

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

AUDREI FERRANTE

**DISCURSO POLÍTICO E *ETHOS*: OS DISCURSOS DE
POSSE DO PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL**

**SÃO PAULO
FEVEREIRO / 2011**

**DISCURSO POLÍTICO E *ETHOS*: OS DISCURSOS DE
POSSE DO PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL**

**SÃO PAULO
FEVEREIRO / 2011**

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

AUDREI FERRANTE

**DISCURSO POLÍTICO E *ETHOS*: OS DISCURSOS DE POSSE DO
PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL**

**SÃO PAULO
FEVEREIRO / 2011**

AUDREI FERRANTE

**DISCURSO POLÍTICO E *ETHOS*: OS DISCURSOS DE POSSE DO
PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do título de Doutora em Letras.
Orientadora Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães.

**SÃO PAULO
FEVEREIRO / 2011**

F373d

Ferrante, Audrei.

Discurso político e *ethos*: os discursos de posse do
prefeito de São Caetano do Sul / Audrei Ferrante - São
Paulo, 2011
190f.; 30cm

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, 2010.
Referências bibliográficas: f. 161-166.

1. Discurso político. 2. Retórica. 3. Ethos
Discurso político e ethos: os discursos de posse do
prefeito de São Caetano do Sul.

CDD 808.859

AUDREI FERRANTE

DISCURSO POLÍTICO E *ETHOS*: OS DISCURSOS DE POSSE DO PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em 14 de abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta e Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisa Guimarães
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Examinadora:
Vera Lucia Harabagi Hanna
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Examinadora:
Regina Helena Pires de Brito
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Examinadora:
Vanda Maria da Silva Elias
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Examinadora:
Janete de Andrade Sartori
Faculdade Mozarteum de São Paulo

'Não sou o herói da minha própria vida. O caráter de acontecimento da minha vida é elaborado pelos outros que nela são heróis'.

Mikhail Bakhtin

Ao Prefeito Municipal de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior, pelos relevantes serviços prestados junto ao Município, com a criação de políticas públicas que só fazem aumentar a qualidade de vida da população e, por ter elevado o nome da cidade em que nasci ao conhecimento de todo o país, receba o conteúdo da presente tese como prova de que seus esforços têm valido a pena.

Obrigada Prefeito!!!

Tímida, mas ao mesmo tempo envaidecida pela honra de ter sido guiada por um dos maiores expoentes da área de Letras deste país, intensifico minha admiração por sua organização, por seu planejamento e rigor técnico exigidos durante o período de Orientação. Dedico à professora Doutora Elisa Guimarães todo conteúdo da presente tese, pois a chancela de seu nome é motivo de orgulho.

Obrigada, professora!!!

AGRADECIMENTOS

Minha profunda gratidão à Universidade Presbiteriana Mackenzie por acreditar no esforço e no trabalho desta aluna.

Agradeço ao Fundo Mackenzie de pesquisa (Mackpesquisa) pela bolsa que me foi concedida e que muito colaborou para realização deste trabalho.

Meu mais sincero agradecimento a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras com quem tive o privilégio de conviver ao longo do período de estudos, especialmente à Professora Doutora Diana Luz Pessoa de Barros pelo apoio.

Agradeço a todos os funcionários desta casa, e especialmente à Secretária do Programa de Pós-Graduação em Letras Rose Gonçalves, sempre atenciosa às minhas solicitações.

Agradeço a Senhora Denise Tibana Ito pelo auxílio prestado quando as dúvidas sobre a bolsa de estudos apareciam.

Meus agradecimentos à Secretaria de Comunicação da Prefeitura de São Caetano do Sul pelas relevantes informações que muito me auxiliaram no presente trabalho.

Não poderia deixar de manifestar meu mais profundo agradecimento aos homens da minha vida: Irineu Cavassani Junior e Irineu Cavassani Netto. A vocês todo meu carinho, amor e afeto pelo incentivo durante o caminho que me levou à conclusão do presente trabalho.

Há muitos diálogos

O diálogo com o ser amado

o semelhante

o diferente

o indiferente

o oposto

o adversário

o surdo-mudo

o possesso

o irracional

o vegetal

o mineral

o inominado

o diálogo contigo mesmo

com a noite

os astros

os mortos

as ideias

o sonho

o passado

o futuro.

Escolhe teu diálogo

e

tua melhor palavra

ou

teu melhor silêncio.

Mesmo no silêncio e com o silêncio

dialogamos.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente tese buscou aplicar os cânones da retórica e os gêneros de *ethos* na análise do *corpus* escolhido, qual seja: os discursos de posse do prefeito de São Caetano do Sul, proferidos respectivamente em 01 de janeiro de 2005 e 01 de janeiro de 2009. Inicialmente, nossos estudos se voltaram para a abordagem de temas teóricos relevantes que serviram como embasamento para a análise da construção de uma imagem de si mesmo exposta pelo discurso argumentativo de cunho político. A partir do levantamento desse instrumental teórico, cuja base reside na obra de Charaudeau para o tema do Discurso Político; Guimarães para Análise do Discurso, entre outros autores também importantes relacionados à Teoria Geral do Estado e à Ciência Política, foram expostas noções gerais sobre sociedade, Estado, democracia, política, linguagem, discurso político e, principalmente, sobre os gêneros de *ethos* aos quais está atrelado aquele que profere um discurso político. Sendo o discurso político altamente argumentativo objetivou-se, com essa análise, mostrar que todo aquele que pretende ser escolhido para um cargo público do nível de chefia do Poder Executivo de um município deve construir uma imagem de si mesmo capaz de se fazer conhecer em face de sua platéia, fazendo uso de artifícios cuja finalidade é persuadir e posteriormente provocar a indução do pensamento coletivo acerca de um tema específico. A finalidade do presente trabalho reside na contribuição para os estudos da linguagem principalmente no que tange à formação de cidadãos críticos capazes e integrados à realidade da sociedade à qual pertencem.

Palavras-Chave: Discurso Político; Retórica e Ethos.

ABSTRACT

This thesis attempts to apply the rules of rhetoric and the types of *ethos* in the analysis of the chosen *corpus*, which is: the inaugural speeches of the mayor of São Caetano do Sul, delivered on January 1st, 2005 and January 1st, 2009. At first our studies were geared toward the study of relevant theoretical topics which served as a basis for the analysis of a construction of an image exposed by the argumentative discourse of a political nature. Based on the research of this theoretical tool whose basis lay in the works of Patrick Charaudeau for the topic of Political Discourse; and Elisa Guimarães for Discourse Analysis, among other important authors related to the General Theory of State and Political Science, general concepts of society, State, democracy, politics, language, political discourse, and especially, the type of *ethos* the one who utilizes a political discourse is related to, were exposed. Because of the highly argumentative nature of political discourse the aim of this analysis is to show that anybody who intends to be chosen for public office at the head of the Executive branch of a city must build a image of himself that is capable of making itself known to the public, making use of strategies to persuade and subsequently provoke the induction of the collective thought on a specific topic. This paper aims at contributing to the studies of language, especially in relation to the making of capable and critical citizens, integrated to the reality of the society to which they belong.

Key words: Political discourse; Rhetoric; *Ethos*.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	16
CAPÍTULO I – SOCIEDADE, ESTADO e PODER, POLÍTICA e PODER POLÍTICO, GOVERNO e DEMOCRACIA.....	25
1.1 Os principais tipos de sociedade.....	25
1.2 Estado e poder.....	29
1.3 Política e poder político.....	33
1.4 Governo e democracia.....	38
CAPÍTULO II – LINGUAGEM, DISCURSO, IDEOLOGIA e DISCURSO POLÍTICO.....	43
2.1 Linguagem.....	43
2.2 Discurso.....	46
2.3 Ideologia.....	51
2.4 Discurso político.....	54
CAPÍTULO III – RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO e PERSUASÃO.....	66
3.1 Retórica.....	66
3.2 A Retórica no Século XX.....	73
3.3 Argumentação.....	76
3.4 Persuasão e convencimento.....	79
3.5 A Retórica e a política.....	85
CAPÍTULO IV – DO <i>ETHOS</i>.....	87
4.1 A construção de uma imagem de si mesmo: o ethos.....	87
4.2 A construção do ethos.....	89
4.3 O gênero ethos de credibilidade.....	94
4.4 Os denominados ethos de ‘sério’, de ‘virtude’, de ‘competência’ e	

da as alteração comportamental'	97
4.5 O gênero ethos de 'identificação'.....	102
4.6 Os denominados ethos de 'potência', de 'caráter', de 'inteligência', do 'parecer', de 'humanidade e proximidade' e de 'solidariedade'.....	104
4.7 O denominado ethos de 'chefe'.....	110

CAPÍTULO V – FATOS HISTÓRICOS e as AÇÕES DO PREFEITO

MUNICIPAL.....	114
5.1 São Caetano do Sul: fatos históricos.....	114
5.2 Ações do prefeito municipal de São Caetano do Sul.....	117

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DO PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL.....

128	128
6.1 As categorias objeto de análise.....	128
6.2 Condições de produção dos discursos.....	129
6.3 Análise dos discursos de 2005 e 2009 à luz dos constituintes da Retórica	131
6.4 A análise da construção do <i>ethos</i> do Prefeito Municipal de São Caetano do Sul.....	140
6.5 Os gêneros de <i>ethos</i> e o discurso de posse de 2005.....	142
6.6 Os gêneros de <i>ethos</i> e o discurso de posse de 2009.....	152

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXO I.....

ANEXO II

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCD	André, Bernardo, Caetano e Diadema
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE-SP	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
STF	Supremo Tribunal Federal
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
SEADE	Sistema Estadual de Análise de dados

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

DISCURSO POLÍTICO e *ETHOS*

Os discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul

É o povo que deve avaliar a idoneidade dos seus candidatos, independentemente de suas condições de elegibilidade (Ministro Cezar Peluso, STF, sessão do dia 23 de setembro de 2010).

Há algum tempo, lendo artigos sobre os grandes índices de aprovação da administração pública que ocorrem na cidade de São Caetano do Sul em vários setores da municipalidade, principalmente nos seis últimos anos, pudemos constatar a importância da figura do Prefeito Municipal para seus munícipes.

Por meio da imagem que ele constrói de si mesmo, vale ressaltar o quanto se faz necessário o desembaraço que essa figura pública deve ter ao fazer uso da linguagem, o quão é essencial que ele tenha alguma técnica de argumentação, além de um bom preparo com relação à Língua Portuguesa. Caso assim não proceda, certamente não conseguirá se comunicar com a coletividade. Portanto, verificamos que o discurso argumentativo de cunho político e que repousa no *ethos* não pode ter um caráter imutável, nem tampouco absoluto. Ele não pode ser considerado imutável uma vez que se trata de opinião e, por consequência é passível de alteração. Por outro lado ele não é absoluto porque é composto de múltiplas características que o tornam relativo.

Isso nos leva a refletir acerca da importância das pesquisas sobre discurso político, cujo interesse ultrapassa o terreno puramente linguístico e passa a invadir outras ciências, estabelecendo uma interdisciplinaridade, cujos efeitos só podem ser bons tanto à compreensão como à produção de discursos.

Importante frisarmos que, ao lado da construção de uma imagem de si mesmo encontramos a presença da retórica argumentativa que, uma vez inscrita na língua se faz presente em quase todos os tipos de discurso, mas muito mais presente em uns do que em outros. É o caso do discurso político, no qual o *ethos* e a argumentação são preponderantes, tendo em vista o objetivo de persuasão do destinatário do discurso.

Julgamos pertinente, considerando nossos objetivos, a realização de uma explanação sobre a retórica e seus procedimentos, uma vez que ela nasceu para os cidadãos. É ela a responsável pela argumentação e pela importância da persuasão pelo caráter.

Foi a partir dessa constatação que surgiu o interesse por analisar a trajetória dos discursos políticos do Chefe do Executivo, verificando a imagem por ele construída em seus pronunciamentos de posse como Prefeito Municipal de São Caetano do Sul. O primeiro discurso de posse foi pronunciado no dia 01 de janeiro de 2005 e o segundo quando de sua reeleição, em 01 de janeiro de 2009, após o transcurso do exercício de uma gestão em que muito de sua imagem já se consolidara.

Portanto, nossa proposta de estudo se justifica sob o ponto de vista da contribuição para os estudos linguísticos uma vez que a linguagem não se encontra inerte e não é imutável. A língua sempre evolui reinterpretando conceitos.

[...] as línguas não são lógicas. Por que deveriam ser? Elas não são construtos perfeitos de um único criador, mas acordos coletivos, e transformam-se visivelmente (VIARO, 2009, p. 59).

É por meio dos atos de linguagem que uma pessoa se faz conhecer. E, não há ninguém mais interessado em comunicar suas virtudes por meio da construção de uma imagem positiva de si mesmo do que o político, principalmente no que tange à Chefia do Poder Executivo, no caso em tela,

Municipal. A ação política e o discurso político encontram-se ligados, o que justifica, ainda mais, o estudo político pelo discurso.

É através do seu discurso que o homem age sobre o mundo e atua sobre os demais para obter deles as mais diversas reações ou comportamentos. Para atingir seus objetivos, o homem argumenta através da língua. Argumentar constitui, pois, o ato lingüístico fundamental (PETRI, 1988, p. 45).

Por outro lado, o discurso político está investido de subjetividade e intencionalidade uma vez que seu objetivo é a persuasão do enunciatário. É subjetivo e intencional porque o político ao produzir seu discurso por meio de enunciados, acaba por revelar suas intenções. Em um período que se caracteriza pelo início de uma gestão que durará quatro anos, a flexibilidade do discurso político permite, se bem construído, uma resposta que varia entre uma perfeita satisfação individual e a realização de grandes objetivos de cunho social que dizem respeito à resolução das necessidades da coletividade.

Com o fim de realizar o exame dessa subjetividade e intencionalidade exploramos um outro aspecto, qual seja, o *ethos* do enunciador e, ao mesmo tempo, verificamos, na expressão dessa construção de uma imagem de si mesmo no discurso político, um canal para a exploração do processo argumentativo dos textos. O *ethos* constitui, então, em sentido subjetivo, o modo de ser, ou disposição interior ou o espírito que anima uma instituição. “Não existe nenhum ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. O sujeito que fala não escapa à questão do *ethos*, a fortiori o sujeito político” (CHARAUDEAU, 2008, p. 86).

Eleito pelo voto direto em um sistema de governo democrático, foi com a construção de uma imagem de si que ele passou a exercer certa influência no comportamento da população municipal de São Caetano do Sul, considerada a melhor cidade do Brasil para se viver como atesta o índice publicado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Até que ponto a imagem do administrador público, sua postura, seu vocabulário e suas ações podem fazer diferença em uma determinada coletividade? Até que ponto as palavras proferidas em seus discursos são capazes de persuadir?

Partindo da hipótese de que o *ethos* do enunciador, então Prefeito Municipal, em seus discursos de posse sofre alterações, apresentamos na presente tese a construção do *ethos* argumentativo desse administrador público, por meio da análise do conteúdo de seus discursos de posse e sua real adequação aos dois principais gêneros de *ethos*, bem como aos seus respectivos desmembramentos.

A questão a que nos propomos nos textos escolhidos para analisar se desenvolve em torno das relações que envolvem o *ethos* enquanto um dos “componentes, ou polaridades, dos movimentos argumentativos” (ADAM, 2005, p. 94). Se o enunciador do discurso, ao proferi-lo, revela ou não sua verdadeira visão de mundo, não nos interessa, uma vez que a análise do *corpus* escolhido não é uma investigação de cunho policial. Preocupamo-nos com o enunciador que está inscrito no discurso.

Se, do ponto de vista genético, as formações discursivas é que determinam o discurso, do ponto de vista da análise, é o discurso que vai revelar quem é o sujeito, qual é a sua visão de mundo (FIORIN, 2009, p. 49).

Portanto, nossa “tese de adesão” (ABREU, 2006, p. 35) é sobre a importância da construção de uma imagem de si como foco argumentativo e persuasivo no discurso político e, nossa ‘tese principal’ é a construção dessa imagem relacionando-a com as palavras proferidas nos discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul, suas atitudes e posteriores ações enquanto administrador público.

Os objetivos específicos desse trabalho são os seguintes: fazer uma abordagem acerca de temas importantes e que deveriam ser conhecidos da população, tais como sociedade, Estado e Governo em um primeiro momento; em um segundo momento fazer uma abordagem sobre outros temas importantes como discurso, linguagem e ideologia; depois mostrar a importância da Retórica, da Argumentação e da Persuasão; e, por derradeiro verificar como o *ethos* se manifesta no discurso político.

Desejamos mostrar, por meio de um *corpus* específico, que todo aquele que pretende ser escolhido como gestor de uma sociedade deve construir uma imagem de si mesmo capaz de se fazer conhecer e entender, em face de sua platéia, fazendo uso de um discurso retórico argumentativo. O discurso político é um discurso construído com o artifício da estratégia, tendo em vista seu poder de persuadir e de induzir o julgamento coletivo sobre um determinado tema.

O método que orienta a presente pesquisa configura-se como analítico, baseado no arcabouço teórico que fundamenta este trabalho. Nosso procedimento metodológico consiste no desdobramento dos temas acima elencados como parte teórica fundamental. Em seguida apresentamos, de forma sintética, um pouco da história da cidade e dos acontecimentos mais importantes nos últimos anos e, por derradeiro, analisamos os dois discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul, considerando sua inserção de acordo com as etapas da Retórica, bem como sua adequação às questões concernentes ao *ethos*.

Os presentes textos que servem como *corpus* foram a base de sustentação para nosso estudo acerca da importância da adequação da imagem construída pelo orador e suas posteriores realizações. Salientamos, por outro lado, que quaisquer outros textos de cunho político cujos enunciadores guardem relação de causalidade entre o dito e o executado podem servir como supedâneo aos interessados.

A análise dos discursos de posse está fundamentada nos pressupostos teóricos do *Discurso Político* de Patrick Charaudeau, sendo certo que os desdobramentos necessários foram feitos no sentido de estudarmos as condições do discurso político para, posteriormente, deciframos as pessoas que fazem uso desse gênero discursivo.

As construções teóricas de Dominique Maingueneau também fazem parte da base de nossa pesquisa porque nele encontramos uma parte da sustentação teórica sobre o *ethos*.

Entretanto, também são de grande valor as pesquisas de Ruth Amossy no que concerne aos seus estudos sobre o *ethos*. De grande importância e contribuição os estudos de Elisa Guimarães sobre Análise do Discurso, além de outros teóricos, vinculados principalmente à Teoria Geral do Estado e à Ciência Política, cujas citações nos auxiliaram na construção da parte acadêmica do presente trabalho.

Em um primeiro momento analisamos os discursos políticos do Prefeito de São Caetano do Sul verificando as questões de ordem argumentativa e persuasiva, com base na etapas da Retórica, uma vez que trabalhamos com um sujeito marcado por traços sociais, ideológicos e históricos com a cidade de São Caetano do Sul. Não nos esqueçamos de que o modo de enunciação e o léxico também são importantes nessa etapa. Em um segundo momento, analisamos a construção do *ethos* do Prefeito de São Caetano do Sul com base nas duas categorias principais de *ethos*, quais sejam, o *ethos de credibilidade* e o *ethos de identificação*, bem como nas várias manifestações ou desdobramentos que esses gêneros apresentam.

A base dos textos analisados tem caráter informativo e emotivo, o que justifica e legitima a escolha do *ethos* argumentativo para apreciação. Enfatizamos que os referidos discursos políticos possuem a nítida tendência evidenciada nos discursos políticos pragmáticos e não teóricos, pois é o enunciador que pretendemos colocar em primeiro plano no trabalho.

Feitas essas considerações, passamos à apresentação da estrutura da tese em linhas gerais.

Os cinco primeiros capítulos são, principalmente, teóricos uma vez que fazemos um estudo sobre os conceitos que desejamos estejam inseridos no presente trabalho.

No sexto e último capítulo fazemos a análise do *corpus* escolhido adequando-o às etapas que explicam os gêneros discursivos e às categorias de *ethos* vistas anteriormente.

Assim, no primeiro capítulo abordamos questões relativas à origem da sociedade, à formação do Estado, ao Governo e ao Poder, além de fazermos menção a temas importantes como política e democracia com o fim de proporcionar ao leitor a possibilidade de trilhar um caminho cognitivo até o conceito da expressão ‘discurso político’ bem como de sua importância para a linguagem social. As questões relacionadas às formas de governo também são importantes nesse capítulo, uma vez que fornecem a clareza necessária para construção de uma visão geral e ampla do assunto principal a ser abordado, qual seja a construção de uma imagem de si no discurso político.

No segundo capítulo mostramos, feitas as considerações necessárias no capítulo anterior, a importância da linguagem e do discurso em conjunto com a ideologia, bem como a análise das expressões “poder político” e “discurso político” no cotidiano dos cidadãos e como é importante que a coletividade conheça conceitos básicos, porém fundamentais para o convívio social.

No terceiro capítulo, em um primeiro momento, abordamos os conceitos fundamentais relacionados à retórica, à argumentação e à persuasão, buscando fornecer os elementos necessários ao entendimento da presente tese na sua globalidade. Em um segundo momento mencionamos um pouco da retórica no Século XX e a questão que mostra a retórica em combinação com a política uma vez que “quando usamos uma palavra, estamos fazendo uma escolha de como representar alguma coisa” (ABREU, 2006, p. 99), assunto esse muito pertinente na esfera da política. Por derradeiro, mostramos que a retórica, enquanto gênero discursivo, possui alguns procedimentos principais.

Esses procedimentos funcionam como fases de uma operação progressiva. Abordamos cada um deles, quais sejam: a *inventio*, a *dispositio* e

a *elocutio*, aplicados ao *corpus* escolhido como objeto de estudo da presente tese.

No quarto capítulo realizamos um estudo sobre o *ethos*, abordando como a sua noção foi desenvolvida pela retórica, e, posteriormente, como foi apropriada pela Análise do Discurso. Importante se faz mostrar as possibilidades de desdobramento do *ethos* para facilitar a identificação dos comportamentos do enunciador e seu posterior estudo.

O quinto capítulo tem como principal objetivo mostrar um pouco da história da cidade de São Caetano do Sul, desde a vinda das primeiras famílias italianas. Posteriormente, fazemos uma retrospectiva dos principais acontecimentos que ocorreram no Município desde 2005 até o presente momento e que são importantes para a verificação da adequação das palavras proferidas nos discursos de posse feitos pelo Prefeito e suas ações junto ao Município.

O sexto capítulo contempla a real adequação dos conceitos anteriormente estudados ao *corpus* escolhido para análise, principalmente no que tange à construção de uma imagem de si mesmo. A análise interpretativa de um discurso político considera as relações existentes entre as partes interessadas no discurso e a situação social a elas correspondente. Nesse capítulo apresentamos a análise da construção do *ethos* do Prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior, em sua trajetória política, tendo como fulcro seus discursos proferidos no início de cada uma de suas gestões.

Damos relevância no exame desses discursos ao processo argumentativo, demonstrando que um falar manso e austero pode indicar um homem íntegro e que diz a verdade com honestidade e imparcialidade. Tudo por conta da persuasão pelo caráter. Os traços que se manifestam no conjunto de características que se vinculam à pessoa do enunciador possibilitam a construção de sua imagem. Aristóteles, ao escrever a 'Retórica', certamente, pretendia apresentar uma técnica cujo objetivo não é examinar o que é

persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipos de indivíduos ou grupos de pessoas.

Em uma sociedade, um dos instrumentos mais persuasivos é certamente o discurso político, pois nele vislumbramos um elo que liga os vocábulos administrador e administrado, sendo certo que a prova pelo *ethos* consiste, então, em causar boa impressão pela forma como se constrói uma imagem de si mesmo no discurso e como ela é apresentada aos seus destinatários.

Ao final, apresentamos nossas considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos, que se constituem pelos discursos de posse na íntegra e que formam o conjunto de documentos necessários à ilustração e à fundamentação do presente trabalho.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, ESTADO e PODER, POLÍTICA e PODER POLÍTICO, GOVERNO e DEMOCRACIA

Na verdade, todo aquele que atua na área educacional precisa trazer o tema da política para o espaço escolar (Cortella e Ribeiro).

1.1 Os principais tipos de sociedade

O homem não consegue viver sozinho. Desde os primórdios da civilização humana o homem necessita viver em conjunto com seu semelhante. Daí a necessidade do surgimento das sociedades, pois, além de viver com seus pares, o homem deve fazê-lo tomando como base uma mesma linguagem e tendo em vista objetivos comuns.

O conceito de sociedade encontra-se intimamente ligado à existência de vínculos mais ou menos definidos, que fazem seus integrantes desejarem viver em agrupamentos.

E isto se chama *affectio societatis*, no sentido de que cada membro de cada sociedade se sente ligado a ela e aos demais associados de tal forma que tudo fará – ou deverá fazer – para a plena consecução de seus fins (FILOMENO, 2006, p. 25).

A primeira sociedade da qual fazemos parte é a família. Ela é um dos mais antigos agrupamentos humanos de que se tem notícia. Composta pelos pais e sua respectiva prole, em regra, trata-se de uma unidade mais ou menos permanente, isto é, não se pode entrar e sair de uma família quando desejamos e não podemos negar nossas relações consanguíneas com determinadas pessoas a quem denominamos parentes¹. É possível, porém,

¹ A história nos informa que a família é, então, a denominada célula *mater* de todo grupo social, isto é, o cerne da sociedade, figurando o pai como mantenedor de todas as necessidades de sua respectiva célula

não estarmos o tempo todo, principalmente, no que concerne ao campo material, a ela vinculado.

Uma das sociedades mais importantes depois da familiar é a religiosa. Desde que percebeu acerca da necessidade de interação com o seu semelhante e com o meio em que vive, o homem busca respostas sobre o princípio de todas as coisas que o cercam. Essa resposta vem, em regra, por meio da crença em uma entidade superior.

[...] a religião é em toda parte a expressão, sob uma forma ou outra, de um sentimento de dependência em face de um poder exterior a nós mesmos, poder cuja natureza é lícita qualificar de espiritual ou moral; os antropólogos modernos põem em relevo o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença como de ritos; os ritos, na maioria dos casos, vieram em primeiro lugar; os mitos, dogmas e teologias foram racionalizações ulteriores; o homem primitivo dependia universalmente da natureza – da sucessão regular de estações, da queda de chuvas nas ocasiões apropriadas, do crescimento das plantas e da reprodução dos animais; esses fenômenos naturais não ocorreriam a não ser que ele cumprisse certos sacrifícios e ritos (FILOMENO, 2006, p. 41).

Fazemos uma observação no sentido de salientar que, nas denominadas teocracias, ainda existentes nesse século o Poder Político, e conseqüentemente seu discurso, encontra-se intimamente ligado à religião, o que reflete o desencadeamento de lutas armadas em nome de uma entidade suprema. Esse tema não constitui objeto de nossos estudos, mas é importante mencionar que muitas autoridades políticas, ainda hoje, em pleno Século XXI, intitulam-se designados de “Deus” na Terra e, por essa razão, suas imagens são construídas em cima desse pretexto. Isso justificaria e legitimaria certas atrocidades cometidas em algumas sociedades.²

No Brasil a separação entre o Poder Político e a Igreja ocorreu após a Proclamação da República.

familiar.

² Salientamos que, embora a história nos mostre que política e religião sempre estiveram misturadas, o que deveria ocorrer é justamente a separação entre esses dois institutos tão essenciais ao convívio social.

[...] em janeiro de 1890 novas medidas continuaram a produzir intensas reformas, salientando-se, em sua elaboração, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa; entre elas, a declaração da liberdade de todos os cultos religiosos e a separação da Igreja do Estado, regulamentando-se, em consequência, o registro e o casamento civil (VIANNA, 1967, p. 223).

Portanto, o Brasil é, pela Constituição Federal, promulgada aos 05 de outubro de 1988, um país laico, embora seus feriados sejam todos baseados no calendário da Religião Católica. Assim estabelece a Constituição Federal em seu artigo 5º:

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Certo, porém, que a história do progresso nos informa que, dessas sociedades mais primitivas a humanidade caminhou para sociedades mais evoluídas, isto é, os homens passam de povos caçadores, sem propriedade e sem governantes para as questões que se caracterizam pela instituição da propriedade e do Estado.

A sociedade que mais interessa ao presente trabalho constitui o terceiro tipo de convívio social mais comum: trata-se da sociedade política que existe quando uma comunidade se organiza para realização de fins que atendam a toda essa coletividade. Os homens quando estão juntos sentem-se mais fortes em razão da união por eles estabelecida em prol de objetivos e finalidades comuns. Os seres humanos se organizam por diversas razões, mas a principal delas, para caracterização da sociedade política, é o bem comum.

A convicção de obter o bem estar de toda coletividade mantém os homens unidos e obedientes às regras estabelecidas pela sociedade política. Essa convicção está diretamente vinculada ao pensamento racional dos seres humanos e a linguagem exerce total influência no convívio estabelecido entre os indivíduos que decidem viver juntos em prol do bem estar de todos. Isso ocorre desde o início dos tempos. A necessidade de viver e conviver com seu

semelhante fez com que o homem desenvolvesse mecanismos para facilitar esse convívio.

O desenvolvimento de uma mesma linguagem social foi um dos fatores fundamentais para o surgimento das sociedades políticas. Ocorre que elas se desenvolveram em demasia e, face à impossibilidade de todos os seus habitantes exercerem o poder de mando ou governabilidade, era chegada a hora de escolher os representantes do povo.

Dentre os institutos estudados percebemos a importância, para a sociedade hodierna, da escolha de seus representantes, isto é, daqueles que possuem a função de governar e zelar pelo bem estar social.

A base de um Estado atuante e próspero, tanto interna quanto externamente, reside na seleção de seus legítimos governantes que deve ser feita pelo povo, pois é ele quem deve determinar, por sua vontade, aquele que melhor representará a vontade da maioria. O povo é quem outorga um mandato dotado de legitimidade suficiente a uma pessoa ou a um grupo de pessoas para que em nome dele elabore, aplique e fiscalize o fiel cumprimento das regras de conduta que pautam a vida social. Por essa razão, a linguagem por ele utilizada deve ser passível de assimilação imediata por toda a sociedade, seja para criticar por não concordar ou para aderir às idéias apresentadas. Encontramos mais uma vez presentes as questões relacionadas ao uso adequado e oportuno da linguagem por aqueles que pretendem governar a denominada *res pública*.

Salientamos a diferença existente entre a sociedade política e a sociedade civil que pode ser entendida como o conjunto das relações que não estão ordenadas pelo Estado, isto é, trata-se do que resta uma vez delimitado o campo de atuação do poder estatal (sociedade política).

Quando se fala de sociedade civil [...] quer-se dizer, [...] que antes do Estado existem várias formas de associação que os indivíduos formam entre si para satisfação de seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se

superpõe para regulá-las, mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a renovação [...] (BOBBIO, 1987, p. 34 - 35).

Podemos dizer que a sociedade civil é o lugar de nascimento e posterior desenvolvimento das questões de ordem econômica, ideológica, religiosa, entre outras, e as entidades estatais têm o dever de disciplinar e resolver eventuais contendas que surjam, pois formam a sociedade política. Tais controvérsias podem ser resolvidas ou por meio da mediação ou por meio da repressão.

Quanto maiores as demandas de uma sociedade civil, maior deve ser a capacidade de resposta da sociedade política, ou melhor, com a capacidade de resposta da sociedade política por meio do Estado, maior a probabilidade do sucesso da governabilidade através da legitimidade. Ressaltamos que, em um Estado totalitário, que é aquele no qual a sociedade civil é totalmente absorvida pela sociedade política, por meio do Estado, a única opinião que existe é a oficial.

A sociedade civil e o Estado, que é a sociedade política, atuam como duas figuras necessárias que estão separadas, mas que caminham no mesmo sentido, pois são partes do sistema social em seu sentido mais complexo.

1.2 Estado e Poder

A sociedade política, em linhas gerais, é o próprio Estado.³ O Estado por sua vez é uma sociedade necessária porque condiciona a existência dos demais tipos de sociedade em seu território em conformidade com regras preestabelecidas.

³ Quando o grupo humano é complexo, abrangendo desde a família até sociedades e comunidades numerosas; quando tem um território fixo e determinado; quando seu poder político é independente, ou quase, de outros poderes políticos, temos a sociedade política denominada Estado. (AZAMBUJA, 2003, p. 22).

O Estado, então, regula as questões relativas ao bom convívio entre os particulares no sentido de legislar sobre temas tais como a posse e a propriedade de bens móveis e imóveis, sobre as obrigações dos particulares, sobre os direitos do consumidor, sobre o direito de família e sucessão, por exemplo. Trata-se da máxima organização de um conjunto de pessoas que se encontram sobre um determinado território em razão de um poder que os comanda e a convicção de que o Estado regulará e aplicará as normas relativas ao bom convívio social que faz com que os membros de uma sociedade queiram assim continuar vivendo.

A sociedade política organizada não permite que nenhum caso passe despercebido, isto é, o Estado é a última instância das decisões coletivas, pois ele regula comportamentos e ninguém dele pode furtar-se, pois ele representa a maioria [...]. O Estado é obra da inteligência e da vontade dos membros do grupo social, ou dos que nele exercem o governo e influência. [...] conforme o desenvolvimento social e a mentalidade de cada grupo, o instinto social leva ao Estado, que a razão e a vontade criam e organizam. (AZAMBUJA, 2003, p. 24).

O Estado é dotado de duas funções básicas, quais sejam: autoridade e poder. O vocábulo função designa as atribuições básicas de um Estado. Vejamos mais detalhadamente o significado dos vocábulos autoridade e poder.

O vocábulo autoridade vincula-se mais ao direito de mandar ou dirigir, de ouvir e ser ouvido, isto é, a palavra autoridade no sentido estatal está vinculada à atribuição dada a alguém ou a alguma instituição, por meio de seu responsável, para que realize alguma coisa.

Nos primórdios da civilização o poder era exercido pelos homens mais fortes de sua comunidade, pois face às crianças, mulheres, idosos e inválidos eram o grupo dominante, uma vez que assumiam o papel de provedores materiais e de grandes defensores contra possíveis inimigos.

Com o passar dos tempos, o poder não pôde mais ser anônimo, uma vez que não basta para manter a ordem interna no grupo social.

Surge então o homem que governa, que orienta, coordena, prevê e provê as necessidades coletivas. Assim, na fase institucional, o poder volta à massa dos indivíduos e são as normas por eles editadas ou aprovadas que regulam a ação dos governantes e as relações dos indivíduos entre si (AZAMBUJA, 2003, p. 53).

Portanto, o vocábulo poder vincula-se mais à obrigação de obedecer, ou seja, o vocábulo se liga ao poder-dever que tem aquele que detém a autoridade de fazer cumprir as regras para o bom andamento social, fazendo uso da força caso seja necessário.

O poder é um estado de fato que resulta de uma conquista e é exercido em uma relação de dominação variável, mas que a todo momento pode encontrar um possível contra-poder (CHARAUDEAU, 2008, p. 201).

A escrita e a fala desempenham um papel essencial no exercício do poder. O poder, por meio do discurso, pode ser visto de forma direta como ocorre no caso das leis. Por outro lado o poder também pode ser visto de forma indireta como “representação na forma de expressão, descrição ou legitimação dos atores do poder ou de suas ações e ideologias”, pois “o poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso” (DIJK, 2008, p. 84/85). Significa dizer que o poder nas sociedades não pode ser exercido e nem legitimado sem a existência da comunicação escrita ou falada, sob pena de ser arbitrário.

[...] a interpretação mais aceita no discurso político contemporâneo [...] remete ao conceito relacional de poder e estabelece que por ‘poder’ se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria (BOBBIO, 1987, p. 78).

O Estado engloba a sociedade estatal que, para ser assim considerada precisa possuir unidade de fins a serem atingidos, vínculo de permanência e identidade de propósitos para sua evolução e aprimoramento.

Então, na composição de um Estado são necessários três elementos fundamentais, quais sejam: Povo, Território e Soberania.

Em sentido amplo a palavra povo designa o conjunto dos habitantes de um determinado Estado que com ele mantém vínculos de ordem política e jurídica. O vínculo de ordem política diz respeito à possibilidade e legalidade que determinados indivíduos de uma sociedade possuem para votar e para serem votados. O vínculo de ordem jurídica diz respeito ao denominado direito público subjetivo, isto é, à faculdade que determinados indivíduos de uma sociedade possuem de agir em face do próprio Estado, quando ocorrer ameaça ou efetivo prejuízo a uma das liberdades fundamentais dos seres humanos, como o direito de ir e vir ou o direito de ter seu próprio credo.

Saliente-se que povo não se confunde com população, sendo certo que a população de um Estado, em linhas gerais, designa a quantidade de indivíduos nacionais e estrangeiros que se encontra em um determinado território. Trata-se do montante de pessoas sob o aspecto quantitativo, aritmético e de alcance estatístico. Já o povo diz respeito à quantidade de pessoas que possuem um vínculo com o solo de um determinado Estado. São os denominados natos porque nasceram em um Estado específico.

O território de um Estado é o seu elemento geográfico, isto é, a porção determinada de terra cercada por uma linha divisória imaginária, continuamente considerada.

Não se concebe a existência de uma sociedade política independente sem que exista uma porção de terra a ela pertencente para que ocorra o desenvolvimento de suas atividades e conseqüentemente a realização do bem comum de seus habitantes.

Desta forma, podemos dizer que, como elemento material e essencial para a própria existência do estado, o território compõe-se das seguintes partes: a) solo, b) subsolo, c) espaço aéreo, d) embaixadas, e) navios e aviões militares em qualquer parte que se encontrem, f) navios e aviões de uso comercial ou civil em sobrevôo ou navegação de território não pertencente a outros Estados e g) o mar territorial (FILOMENO, 2006, p. 76).

O último dos elementos essenciais à formação do Estado é a soberania e, seu conceito é, sem dúvida alguma, o mais complexo deles.

A soberania de um Estado é a forma máxima de poder do qual se reveste a sociedade política. É o poder incontestável que o Estado Político possui em seu território e sobre sua população, principalmente, em relação ao planejamento, criação, execução e efetiva aplicação do conjunto de regras essenciais ao bom andamento da sociedade política, bem como de seu bem comum.

Pelo que é de todo procedente definir o conceito de soberania como a qualidade que o Estado possui, na esfera de sua competência jurídica, de ser supremo, independente e definitivo, dispondo, portanto, de decisões ditadas em último grau pela sua própria vontade e que pode impor inclusive pela força coativa (MENEZES, 2004, p. 149).

Não podemos confundir o significado dos vocábulos Governo e Soberania. Sobre o vocábulo soberania discorreremos anteriormente. Já o vocábulo Governo pode ser entendido como o termo que designa o conjunto de órgãos que o Estado possui cujo fim é promover a necessária organização para o regular exercício de seu Poder Político.

1.3 Política e Poder Político

Homem, sociedade e poder constituem um trinômio difícil de destruir.

Em linhas gerais, entendemos que a política é da arte de bem gerir e governar um Estado considerando-se os fenômenos ou fatos políticos produzidos por esse ente. Toda sua base reside na diversidade humana uma vez que ela trata da comunicação e da reciprocidade existente entre seres muito diferentes.

“Política é a ciência do Estado” (MENEZES, 2004, p. 3).

A palavra política tem origem na *Polis* que era a denominação dada às cidades-Estado na Grécia Antiga, mas com o passar dos tempos passou a designar aqueles cuja função maior é zelar pelo bom e regular andamento do convívio social, quais sejam: os políticos.

A sociedade nasce para os indivíduos e a política tem por fim, partindo dessa premissa, oferecer objetivos, diretrizes e normas para o regular andamento da *Polis*. Por isso, em regra, a linguagem da política deve ser clara, pausada, elegante e sóbria.

A Política diz respeito à ação humana tendente a conseguir a adoção de decisões relacionadas ao governo da sociedade, sua organização e forma de exercício do poder (SOUSA, GARCIA e CARVALHO, 1998, p. 424).

Podemos também entender a palavra política, em linhas gerais, como a arte de bem governar um determinado povo, que ocupa uma área geográfica específica e delimitada denominada território, cujos governantes escolhidos por esse mesmo povo têm o poder-dever de zelar pela sua soberania interna e externa com um objetivo maior que é o bem comum de toda coletividade.

Charaudeau entende a política como “[...] um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81). A política, então, somente pode ser praticada quando existe uma condição mínima de ser construída em face de uma legitimidade adquirida e atribuída. Ocorre que, somente a legitimidade não é suficiente uma vez que o enunciador do discurso político deve mostrar, por meio de sua imagem, credibilidade ao maior número de pessoas com as quais ele comunga determinados valores.

Frisamos que existem vários sentidos para a palavra política dependendo, obviamente, do eixo científico principal de seu estudo, mas, como todo ato de fala é, em geral, um ato social, entendemos que toda fala é uma espécie de exercício de política. Afinal, o desejo de todo indivíduo que vive em sociedade é poder falar, ser ouvido e fazer com que o destinatário de sua

mensagem a ele dê anuência, pois a situação social politiza, regula e regulamenta os atos de fala.

Pensar em política é pensar na soberania de um povo como condição *sine qua non* de independência interna no que concerne à escolha de seus representantes. Esse mecanismo, em que o povo manifesta sua vontade diretamente, escolhendo as melhores propostas dentre as apresentadas segundo sua convicção, ocorre nas formas de governo ditas democráticas e que passam a constituir o denominado Estado Democrático de Direito. Falar de política é falar no Estado enquanto país que abriga seus cidadãos que, por sua vez, devem ter engajamento político e social no sentido de serem atuantes nos processos relativos aos acontecimentos de sua história.

O efetivo exercício da política, no sentido de bem gerir um Estado, se pauta por instrumentos apropriados aptos a proporcionar aos integrantes dessa sociedade política condições para desfrutar de uma vida cada vez melhor e mais digna. Um dos instrumentos mais eficazes que faz parte da política é a prudência. A prudência fornece à ação política o critério mais correto para escolhas morais, imparciais e éticas. O político prudente não cometerá ações desastrosas. Ele seguirá pelos caminhos da paciência e da tolerância. Certamente toda e qualquer sociedade quer ser liderada por um político prudente, pois desmandos não serão cometidos durante sua gestão.

Para bem exercer o verdadeiro significado da palavra política aqueles que a exercem devem, primeiramente, tecer estratégias para a escolha adequada das palavras. Para que os destinatários de um determinado discurso possam entender seu conteúdo, é necessária clareza na exposição seja qual for o grau de cultura. “Penso que, para estimar a política, é importante a ação se eficaz: o indivíduo precisa sentir que sua iniciativa tem um retorno, produz algum resultado” (CORTELLA e RIBEIRO, 2010, p. 41/ 42).

Já o “poder político está sempre direcionado a alguém ou a alguma coisa que fica impossibilitado de reagir face do que nele se encontra disposto”.

Portanto, essa expressão se encontra intimamente vinculada à imposição unilateral de uma vontade (FILOMENO, 2006, p. 131).

Ocorre que, em um Estado Democrático de Direito essa denominada 'imposição unilateral' jamais deverá ser entendida de modo pejorativo, ao contrário, pois é a maior parte da população que decide sobre quem deverá ser seu governante. As ações que serão realizadas posteriormente devem restar claras quando da apresentação de suas idéias enquanto candidato. Ao tomar posse no cargo para qual foi eleito, o político pauta suas decisões tendo em vista o bem estar da sociedade.

O poder político é, em sua essência, uma vontade e a maioria expressa a representação da vontade no poder político com a finalidade do bem comum. Ele é, em grande parte, o que os homens dele pensam, desejam e aceitam.

A sociedade passa, então, a escolher o representante do poder político porque, diante da multiplicação de indivíduos integrantes de um grupo social, multiplicam-se também os pontos de atrito. Portanto, necessário se faz uma autoridade legitimamente considerada pela maioria que zele pelo bem da coletividade, que se manifeste de modo imparcial, que diga a verdade, siga regras e bons costumes.

Concluimos que o poder político, próprio do Estado soberano, tem um aspecto de supremacia sobre os indivíduos que compõem a sociedade política e que encontram-se em um determinado espaço geográfico.

Pelo que é de todo em todo procedente definir o conceito de soberania como a qualidade que o estado possui, na esfera de sua competência jurídica, de ser supremo, independente e definitivo, dispondo, portanto, de decisões ditadas em último grau pela sua própria vontade e que pode impor inclusive pela força coativa (MENEZES, 2004, p.149).

Em alguns homens resta inerente o desejo pelo poder, assim como para outros a obediência é mais latente, ou seja, alguns nascem para mandar e outros para obedecer, porque se todos os indivíduos quisessem somente

mandar não existiria quem lhes obedecesse e se todos quisessem obedecer não existiria quem mandasse. Portanto, a sociedade estaria fadada ao fracasso. Frisamos que a obediência a qual nos referimos não significa subserviência, ao contrário, no caso das democracias o povo escolhe alguém que deve ter capacidade para mandar realizar as coisas que a própria sociedade deseja que sejam realizadas.

O poder político, por meio de seu titular, para ser obedecido e permanecer, necessita do consentimento da maioria dos membros de uma sociedade. Esse consentimento pode ser manifestado de modo expresso ou tácito.

Um dos requisitos básicos para existência e manutenção do poder político por meio de seu titular é a persuasão. Ela é permanente e praticamente não causa resistência à maioria da sociedade. Outro requisito não propriamente do poder, mas de seu titular, é o denominado prestígio. O vocábulo engloba o respeito, a simpatia, a confiança e a gratidão que a sociedade política empresta ao titular do Poder Político.

[...] aos olhos do povo, o que comprova a capacidade dos governantes é a eficiência. Não são sempre as qualidades deles que lhes conquistam obediência e apoio, e sim os resultados da ação governamental, os benefícios obtidos para os governados (AZAMBUJA, 2003, p. 57).

Podemos verificar pela citação exposta, o quanto é importante ocorrer uma identidade de propósitos entre o que o titular do poder político expressa por meio de palavras e as suas ações. A capacidade dos governantes encontra-se ligada à sua eficiência, isto é, à efetiva produção dos efeitos por eles desejados quando de suas ações. Sempre foi assim.

Desde o início dos tempos e da existência da humanidade, a palavra exprime poder:

Quando era tudo trevas e águas, Deus disse – Exista a luz – E a luz existiu (Gênesis, vol. I, 3, p. 3).

1.4 Governo e Democracia

Sintetizando o que até aqui foi exposto podemos afirmar que, desde o início dos tempos, os seres humanos perceberam que, em conjunto com seus semelhantes, conseguiriam ser mais fortes e assim sobreviver. Esse instinto de sobrevivência está intimamente ligado à racionalidade humana.

Com o passar dos tempos esses agrupamentos humanos deram origem às sociedades.

Resta claro, então, a necessidade de comunicação entre esses indivíduos sociais.

A necessidade de evolução social fez nascer, então, regras de convivência social. Essas regras devem ser elaboradas, aplicadas e executadas por um grupo de pessoas. Nasce, então, o Estado cujo papel fundamental é a proteção dos interesses que levem ao bem estar de toda coletividade.

Como a sociedade não pode ao mesmo tempo mandar e receber ordens é necessário que surjam líderes que exerçam funções de mando, enquanto outros obedecem. Saliente-se que tais líderes, para que uma sociedade funcione, devem ser aprovados pela maioria do corpo social. Uma sociedade com líderes não aprovados pela sua maioria configura uma tirania, ao passo que uma sociedade sem líderes configura uma total anarquia. O titular do poder político, através dos seus atos de fala e de sua imagem, vai configurar o retrato de um determinado povo em uma determinada época.

Dizemos que governo é o efetivo exercício da autoridade política pelo soberano, isto é, governo é a soberania quando efetivamente colocada em ação.

Quando afirma e garante as normas de direito, quando estabelece e assegura as situações de direito e quando decide os conflitos de direitos e interesses, o Estado exerce a sua função de governo (MENEZES, 2004, p. 369).

O governo funciona, então, como uma espécie de órgão diretor, isto é, como um aparelho de 'mando e coação exercitado pelo Estado'. Para que exista governo é necessário que existam os demais elementos componentes do Estado. O governo deve ser integrado por pessoas que pertençam à sociedade e, por sua vez exerce função de autoridade. O homem é um ser político e, como tal, não pode prescindir do elemento governamental. O governo, modernamente, é o resultado de uma "quotização de vontades, por intermédio da maioria pensante" (MENEZES, 2004, p. 143).

Expressando a maneira de realização da finalidade do Estado, em um sentido político, encontramos as 'formas de governo'. Por formas de governo entendemos como um Estado mostra o seu pensamento coletivo em face de outros Estados, isto é, a "reação psicológica da sociedade às diversas e complexas influências de natureza moral, intelectual, geográfica, econômica e política através da história" (AZAMBUJA, 2003, p. 206).

As formas de governo mais estudadas na atualidade são a monarquia e a república. Dessas, apenas a república interessa para o presente trabalho. Passamos, então, à verificação de seus tópicos principais.

A palavra república é assim formada: *res* cujo significado é coisa e *publica* cujo significado é comum. Tal conceito nos fornece a ideia de que esse tipo governamental surge em oposição à monarquia que significa governo exercido por uma só pessoa. A titularidade do poder político na república não é hereditária nem vitalícia, posto que essa forma de governo pode ser entendida como comum a todos. Por essa razão a escolha de seu titular será sempre para um período determinado.

Então, concluiremos que a república pode ser definida como a forma de governo em que a chefia do Estado é exercida por

um presidente, eleito pelo povo e empossado para o desempenho de funções periódicas (MENEZES, 2004, p. 215).

As principais características dessa forma de governo são as denominadas eletividade e a periodicidade do governo, nas três esferas administrativas, quais sejam, Federal, Estadual e Municipal. Significa dizer que a atividade governamental é popular, em razão da escolha, e temporária, isto é, ninguém nela pode se perpetuar pela contínua e ininterrupta repetição de eleições. As repúblicas podem ser democráticas e aristocráticas. Ao presente trabalho interessa apenas as denominadas repúblicas democráticas.

República democrática é aquela em que o povo tem a função suprema do governo, podendo todos os cidadãos participar da eleição dos governantes (MENEZES, 2004, p. 216).

A democracia surge como um princípio criador dos governos populares. A Grécia aparece como o cenário perfeito para o surgimento de um Estado com base na ideologia da liberdade do homem. A partir do Século XVIII aparece o Estado Constitucional visivelmente democrático. Na Constituição é possível encontrar o regramento básico para o bom andamento de uma sociedade, regramento esse elaborado pelos representantes do povo. O Brasil incorpora uma democracia real no Século XIX. Necessário informar que, em uma democracia é de vital importância a existência de posicionamentos ideológicos divergentes e, por consequência, diferentes.

A palavra democracia tem sua origem na língua grega, mais precisamente do vocábulo *demos* cujo significado é povo, em combinação com o vocábulo *kratos* cujo significado é autoridade. Então, etimologicamente, o vocábulo democracia significa 'governo do povo'. Ela não pode ser confundida nem com forma de governo e muito menos com forma de Estado, ou seja, ela é o mecanismo utilizado por um governo ou condição de realização governamental.

Esse imaginário é sustentado pelos discursos que se referem a um mundo, atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu bem-estar. É o mito da democracia. O

povo é, então, erigido em entidade abstrata de razão, representante de uma opinião coletiva consensual resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes e tomadas decisões contrárias. Assim, impõe-se a todos uma opinião majoritária (CHARAUDEAU, 2008, p. 227).

Entender a democracia existente em um determinado Estado é entender sua realidade política e social, isto é, entender sua ideologia enquanto base de um governo da maioria e, “talvez a principal característica da democracia seja que ela nunca se sacie” (CORTELLA e RIBEIRO, 2010, p. 72). O poder político na democracia é exercido pela massa dos indivíduos que compõem a sociedade, em regra, por meio de representantes eleitos. A democracia, então, é a patrocinadora do efetivo bem público, pois um governo que promova a consecução apenas das questões privadas significa a total descaracterização da democracia para a tirania.

Democracia é o ambiente em que um governo de feito constitucional garante, com base na liberdade e na igualdade, o funcionamento ativo da vontade popular, através do domínio da maioria em favor do bem público, sob fiscalização e crítica da minoria atuante (MENEZES, 2004, p. 277).

Claro que a democracia vai se adaptando de acordo com a situação histórica, além de se conformar com cada sociedade política na qual é aplicada, mas mesmo com o transcurso do tempo sua essência não se alterou. “A democracia se propagou com a intensidade da fé, o brilho do ideal e a eternidade da vida” (MENEZES, 2004, p. 280).

Essa palavra começa a ser valorizada com a Segunda Guerra Mundial, quando se defrontam as potências do Eixo e os países que se autodenominam democracias (vários dos quais efetivamente o eram). A partir daí a palavra democracia ganha um status positivo que, antes, não tinha. Desde 1945, é raro o regime que não se diz democrático (JANINE, 2010, p. 76).

As conclusões deste capítulo são breves. No que tange aos conceitos estudados entendemos que o poder pode ser exercido por meio da preponderância do discurso principalmente nos governos democráticos.

Verificamos o quanto a política é importante para a sociedade. O quanto o poder político está intimamente relacionado com a ideologia contida na linguagem do discurso político.

CAPÍTULO II

LINGUAGEM, DISCURSO, IDEOLOGIA e DISCURSO POLÍTICO

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (Michel Foucault).

2.1 Linguagem

Em termos gerais, a relação existente entre o tipo de linguagem usada por um indivíduo e o respectivo acesso que ela pode lhe dar a posições de poder e influência resta nítida em uma sociedade democrática.

A palavra linguagem, então, funciona como um fenômeno bastante complexo e, sem dúvida alguma, nas últimas décadas, existe uma grande preocupação dos linguistas (aqueles que estudam cientificamente a língua) no que concerne à função social da linguagem.

A finalidade primeira da linguagem não é informar, mas realizar vários tipos de ação; além disso, considera como central, também, a questão da intenção do locutor e seu reconhecimento pelo ouvinte (PETRI, 1988, p. 59).

A linguagem é uma atividade fundada na ação social, pois é a melhor forma de abordar a realidade.

O estudo da linguagem ordinária dirige a atenção do homem para a multiplicidade e a riqueza da própria experiência. É a linguagem que leva a observar os fatos vivos da experiência, que sem ela, talvez, não fossem vistos (PETRI, 1988, p. 67).

A linguagem, em seus diversos desdobramentos, não só pela palavra falada e escrita, mas pela imagem e pela simbologia, contém toda história e a experiência de gerações passadas. Todos os sentimentos, as ideias, os avisos e as súplicas concernentes à tradição dos seres humanos podem ser encontrados na linguagem. A intenção do locutor, ao proferir o seu discurso, e o reconhecimento dessa intenção por parte daquele que ouve tal discurso constitui a base para que se possa determinar o significado linguístico.

A linguagem apropriada e no momento oportuno possui uma força de persuasão inigualável, assim como a linguagem inócua e inoportuna passa a ser inexpressiva e até ridícula para os destinatários de uma mensagem.

As palavras são como fios, com os quais vamos tecendo nossas ideias [...]. Quando falamos ou escrevemos, vamos retirando da nossa memória as palavras que vamos utilizar. As línguas humanas são sistemas de representação. Quando usamos uma palavra, estamos fazendo uma escolha de como representar alguma coisa. As palavras que escolhemos têm uma enorme influência em nossa argumentação (ABREU, 2006, p. 99 - 100).

Todos os atributos ou qualidades dos seres humanos, assim como seus defeitos ou imperfeições são revelados pela linguagem.

A linguagem, pois, só faz sentido porque se inscreve na história. Portanto, a produção da linguagem, no discurso, é um ato guiado por sujeitos que se constituem em variados papéis sociais a partir de também variadas situações comunicativas (GUIMARÃES, 2009, p. 98).

Entendemos, então, que o meio mais eficaz para o exercício do poder político é através da linguagem, uma vez que ela engloba os mecanismos de comunicação do pensamento desde uma ordem no sentido mais amplo da palavra até as decisões normativo-administrativas mais complexas.

A linguagem é como um mecanismo que serve para chegarmos à realidade política, pois essa é uma ciência na qual muito se pode realizar por meio da palavra. A linguagem, em política, é ação, isto é, em política, dizer é fazer. Não se trata aqui de verificar a veracidade ou não de um enunciado pela

sua correspondência com alguma coisa do mundo real (PETRI, 1988, p. 70), pois nesse caso a verdade está vinculada à crença daquele que fala e acredita no que fala. Assim, o poder político para obter êxito depende do uso eficaz da linguagem.

A eficiência da persuasão no que tange à obrigatoriedade de obediência é inerente à linguagem daquele que detém o poder político. O político não pensa e não fala o que bem entende, mas o que a realidade da situação manda que ele pense e fale.

As normas de atividade social editadas pelo poder, para serem compreendidas e obedecidas, manifestam-se, portanto em palavras. É a linguagem, sob todas as formas, desde o grito e a exclamação até as fórmulas abstratas da filosofia que os torna a força perene do universo humano (AZAMBUJA, 2003, p.57 - 58).

A inteligência, a ética e os mais nobres sentimentos como o respeito e a gratidão devem nortear as mentes e os corações dos governantes que, por sua vez, os exprimem por meio da linguagem. Sendo o político um produto das relações sociais, ele certamente agirá, reagirá, pensará e falará, em regra, como seus pares. Por essa razão, a aprendizagem da linguagem está ligada à produção de uma identidade ideológica, uma vez que este é o papel que o político exerce no seio de uma formação social.

O político sabe que a linguagem tem influência sobre o comportamento da sociedade, pois o discurso político sempre contém um sistema de valores que nos revela estereótipos de comportamentos humanos que são valorizados de forma positiva ou de forma negativa. “Não devemos esquecer que os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social” (FIORIN, 2009, p. 55). Quando a linguagem é deturpada, ocorrem outras deturpações porque a linguagem funciona como o corpo do pensamento. Aqueles que falam demasiado e pensam pouco acabam por dar uso à palavra com o fim de esconder o verdadeiro pensamento e assim induzir os outros a equivocadas opiniões.

[...] o que foi investido de um poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; o que delegou poder deve verificar se a investidura encontra-se sempre justificada.

É por isso que o êxito do político, seu sucesso, sua eficácia, tudo que constrói sua imagem de líder carismático e fidedigno, reforça sua legitimidade. (CHARAUDEAU, 2008, p. 75)

Portanto, a linguagem tem um papel primordial no processo de aquisição do conhecimento, pois ela cria uma imagem do mundo sendo também um produto da história da sociedade em que nasceu. “Isso significa que a linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais, ou seja, é governada por formações ideológicas” (FIORIN, 2009, p. 54).

O estudo da linguagem é uma grande ferramenta política porque, além de outras funções que possui, ele pode ser usado como um grande instrumento de pressão política, principalmente nos governos democráticos.

2.2 Discurso

Com o fim de entendermos um pouco melhor esse mecanismo de entrosamento entre o que diz e o que realiza, efetivamente, aquele a quem foi outorgado mandato para em nome da coletividade agir, passamos ao estudo da expressão *discurso político*.

Salientamos que a melhor maneira de entendermos uma expressão é realizando seu desmembramento para melhor compreensão de cada um de seus termos. Para isso é necessário abordarmos questões referentes não só ao discurso propriamente dito, mas à ideologia e à política. Vejamos:

O que, então, podemos entender sobre o vocábulo *discurso*?

Tudo aquilo que pensamos e fazemos é fruto dos discursos que nos constroem, enquanto seres psicossociais. Na sociedade em que vivemos, somos moldados por uma infinidade de discursos: discurso científico, discurso jurídico,

discurso político, discurso religioso, discurso do senso comum etc. (ABREU, 2006, p. 30)

O discurso é, então, um ato de linguagem interativo, contextualizado e que deve respeitar determinadas normas. Ele é um objeto legítimo da linguística, pois no discurso as frases se sucedem umas às outras de um modo pertinente. Ele não é um simples amontoado de frases sem estrutura, ao contrário. Em sentido *lato*, discurso pode ser entendido como qualquer enunciação cujo pressuposto básico é a existência do locutor com a intenção de influenciar de alguma forma, e do ouvinte.

O discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo (FIORIN, 2009, p.11).

Trata-se de um instituto autônomo, uma vez que possui conceito próprio, origem, regramento e características próprias. Quando ele tem um único enunciador, mostra apenas uma visão do mundo, isto é, revela uma ideologia apenas. O discurso se constitui e se torna real a partir da concretização das questões ideológicas, sendo, por essa razão, determinado por elas. Como informa Guimarães:

Nesse complexo é que se realiza o **discurso**, definido, pois, como uma entidade histórica (ideológica) que se elabora socialmente, através de sua materialidade específica, que é a língua manifestada no texto. É próprio do discurso privilegiar a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua - o que é [...] característica do texto (GUIMARAES, 2009, p. 89).

Por outro lado, a funcionalidade e a interatividade, enquanto características fundamentais ao discurso demonstram o quanto ele se torna imperativo para o regular funcionamento da sociedade, uma vez que deve ser entendido como parte integrante do processo comunicativo, uma vez que ele é social.

Todas as vezes nas quais fazemos uso de formas de comunicação, a nossa real pretensão é sermos entendidos em nossas mensagens. Ninguém sai por aí falando sozinho, pois todos queremos nos comunicar enviando nossas mensagens para que sejam entendidas por aqueles a quem pretendemos atingir.

Com o fim de tornar sua mensagem bem sucedida, o enunciador deve recorrer não só à sua memória textual, mas a seu conhecimento de mundo. O conjunto de conhecimentos que o enunciador possui, certamente, fornecerá a ele chances maiores de conhecer os destinatários de seu discurso. Um discurso pode ser repetido uma vez que sempre cita outros discursos. A liberdade discursiva não é muito grande, pois o enunciador reproduz o dizer do grupo social ao qual pertence. Ele “não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz” (FIORIN, 2009, p. 42).

O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala (FIORIN, 2009, p. 35).

O enunciador por meio de uma construção adequada do perfil de seu enunciatário faz com que a probabilidade de sua mensagem ter êxito seja muito maior. Por outro lado, não nos esqueçamos de que, ao construir o perfil de seu enunciatário, o enunciador mostra uma imagem de si mesmo nesse processo de interlocução.

O discurso é, na verdade, um processo interacional entre sujeitos situados social e historicamente. Essa parece ser a definição mais exata de discurso (GUIMARÃES, 2009, p. 93).

Percebemos que o discurso, enquanto manifestação da linguagem desempenha um papel fundamental na interação social, porque ele é carregado de intencionalidade e subjetividade. Desejamos que as nossas

mensagens sejam assimiladas por nossos destinatários a ponto de fazer com que suas reações sejam aquelas que esperávamos.

“[...] o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos [...] para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor” (FIORIN, 2007, p. 18).

A intencionalidade discursiva encontra-se intimamente vinculada à motivação e à finalidade da comunicação. Já a subjetividade encontra-se intrinsecamente relacionada à instância mais interna daquele que profere o discurso. Ela se vincula à personalidade. A subjetividade ocorre quando o enunciador se coloca na posição do enunciatário antes de proferir o discurso por ele engendrado. Desta forma, o enunciador pode prever com maior exatidão a possível reação de seus expectadores, pois não existe subjetividade sem que exista a intersubjetividade.

Resta claro, também, o papel primordial da situacionalidade histórica nas manifestações discursivas.

O sujeito que fala, se é verdade que quer comunicar-se com seu interlocutor ou seu auditório, deve considerar o campo temático que é determinado pela situação na qual comunica (CHARAUDEAU, 2008, p. 188).

Podemos informar, em síntese, que a interação existente entre os indivíduos que compõem uma sociedade por meio de uma linguagem ideológica cujos objetivos tenham finalidades comuns, nos leva a compreender o discurso como um emaranhado de possibilidades enunciativas inseridas em um dado momento social. “O discurso materializa as representações ideológicas” (FIORIN, 2007, p. 34) porque ele é, simultaneamente, prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo.

Por mais que se fale (ou escreva) com a finalidade essencial de estabelecer uma relação entre si e o outro e de influenciá-lo, tentando persuadi-lo ou seduzi-lo, essa relação seria vazia de sentido se não tivesse por objeto certa visão que trazemos do

mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem. O homem é tomado tanto por um desejo de intelegibilidade do mundo quanto de troca com o outro (CHARAUDEAU, 2008, p. 187).

Informamos, também, que o discurso, principalmente de cunho político, tem seu grau de poder que pode ser direta ou indiretamente persuasivo e, por conseguinte, mostrar argumentos, promessas, justificativas, entre outros mecanismos retóricos que tendem a aumentar a probabilidade dos destinatários formarem as representações mentais desejadas.

Importante abordarmos um pouco acerca do papel do contexto. “O CONTEXTO de algo é a situação na qual se encontra encaixado, na qual é visto como parte de um todo” (DOOLEY e LEVINSHN, 2007, p. 44).

A análise do discurso nos informa sobre a importância do contexto para que possamos compreender a escrita e a fala nas sociedades.

A concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo autônomo e determinado, obriga a análise a voltar-se para dentro e para fora, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto (FIORIN, 2007, p. 77).

Quando entendemos o discurso como evento comunicativo, precisamos levar em conta, os domínios sociais em que ele é usado, como por exemplo o político; as ações sociais globais por ele realizadas; o cenário atual de tempo, lugar e circunstâncias; as partes envolvidas e as crenças e objetivos desses participantes. Tais tópicos de situação social e evento comunicativo influenciarão na escrita e na fala. A grande quantidade de discursos políticos em uma determinada sociedade reflete não só nas várias representações sociais, mas, também, adapta-se a diferentes contextos.

2.3 Ideologia

O conceito de ideologia, assim como os demais conceitos abordados no presente trabalho, é fundamental para nossa argumentação acerca do papel do discurso político no exercício ou na efetiva legitimação do poder político. O assunto merece, então, algumas considerações, apesar da impossibilidade de esgotamento do tema.

Não é possível compreender o discurso tendo um enfoque fechado, pois as partes que dele participam são construídas por meio do convívio social. Significa dizer que o conhecimento está atrelado aos interesses sociais, isto é, não existe um conhecimento que não tome partido nem a favor e nem contra, pois ele sempre mostra o modo de pensar de uma sociedade com relação à realidade e a realidade é mostrada por meio dos discursos.

Estamos informando que a história produzida entre os indivíduos de uma sociedade depende que eles pensem e desejem um convívio harmônico, objetivando que seus representantes, escolhidos pelo consentimento da maioria, possam governar para o bem comum. É o ponto de vista de um determinado grupo de pessoas, o modo como a sociedade elabora seu ordenamento que justifica e explica a ideologia.

Então, o que é realmente ideologia?

[...] esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia. [...] a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais (FIORIN, 2007, p. 29).

A essa visão de mundo que provoca a identidade de pensamentos e objetivos de uma sociedade é que damos o nome de ideologia, pois ela fornece

condições de legitimidade à realidade construída pelo discurso de seus integrantes. Essa ‘visão de mundo’ sempre estará vinculada à linguagem.

A ideologia se instaura na sociedade principalmente pela língua, da qual o sujeito se apropria para comunicar-se, fazer-se entender – fato que justifica a definição de discurso como ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Na relação mundo/linguagem entra como condição essencial à **ideologia** (GUIMARÃES, 2009, p. 103).

Podemos dizer que cada sociedade que desenvolve sua formação ideológica desenvolve também sua formação discursiva, que é ‘um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo’ (FIORIN, 2007, p. 32). Uma vez assimilada essa formação discursiva, os homens passam a construir seus discursos e a entender os acontecimentos. ‘Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer’ (FIORIN, 2007, p. 32).

A ideologia é um sistema de pensamento mais ou menos fechado sobre ele próprio e que é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe (CHARAUDEAU, 2008, p. 201).

Pertence a Teun A. van Dijk os seguintes dizeres sobre ideologia, com o qual concordamos:

Pressupõe-se, em geral, que o termo refere-se à ‘consciência’ de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível). Tanto a ideologia em si quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio das instituições informais, como a família (DIJK, 2008, p. 47).

Não nos esqueçamos que a ideologia predominante em uma sociedade é, por conseguinte, aquela exercida pela parcela de seus integrantes que a

dominam. Isso ocorre também com o discurso, isto é, o discurso dominante em uma dada sociedade é aquele exercido pela classe dominante.

Assim sendo, se todos os enunciados, ou quase todos apontam para determinadas conclusões, somos levados a aceitar a ideia de que não há um discurso neutro, ingênuo, há sempre subjacente uma ideologia (PETRI, 1988, p. 96).

Concordamos com Fiorin quando afirma: Em nosso ponto de vista, a determinação ideológica revela-se, em toda sua plenitude, no componente semântico do discurso (FIORIN, 2007, p. 29).

Resta claro que existem costumes e instituições sociais cujo papel é demasiado importante no significado e no efetivo exercício do vocábulo ideologia. Devemos, então, partir do princípio básico de que a ideologia quando considerada em si mesma não é a mesma coisa que referidos costumes e nem tampouco a prática dessas instituições sociais. Ela é mais do que isso, a ideologia é sim uma forma de cognição social. Isso não significa que ela é composta apenas de um conjunto de crenças ou uma quantidade de atitudes. Não, sua natureza sociocognitiva é mais elementar.

[...] uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais (DIJK, 2008, p. 48).

Entendemos que essa estrutura ideológica é formada por um sistema normativo, por valores e objetivos socialmente importantes que ao serem combinados favorecem a percepção, a interpretação e a ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses de uma pessoa ou de um grupo como um todo. A ideologia, qualquer que seja ela, envolve a construção de uma realidade social que depende de certos interesses.

De fato, de um lado, o homem é dominado por um mundo que se impõe a ele, mas, de outro, é pelos sistemas de representações que ele o apreende, sistemas que o próprio homem constrói e que dependem ao mesmo tempo de sua vivência. Ao sentir a realidade, o homem é mobilizado por essa

experiência: ele constrói seu saber sob a dependência da realidade, pois não pode pensar a si próprio senão mediante as representações que ele se dá. O homem é, portanto, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, conhecedor do mundo e por este conhecido [...] (CHARAUDEAU, 2008, p. 191).

Por essa razão, o discurso bem como a comunicação têm um papel absolutamente essencial tanto na formação quanto na transformação da ideologia.

2.4 Discurso Político

Desde a clássica retórica tratada na Grécia e posteriormente em Roma o discurso político, de base argumentativa e com seu especial poder persuasivo, sempre recebeu muita atenção como objeto de estudo.

Em regra o discurso político é importante para todos os cidadãos que fazem parte de uma sociedade, especialmente a democrática, em razão da possibilidade de exposição de ideias diversificadas. O discurso político está no âmago da vida social.

Com o fim de desenvolver e mudar suas ideias, as pessoas usam uma variedade de discursos e de informações neles contidas. Nada mais tendente a provocar uma mudança nas ideias do que o discurso político. Claro que, devido à complexidade existente nesse tipo de discurso, ele não realiza transformações imediatas nas opiniões públicas.

Entendemos, então, que o discurso político é um ato originário do pensamento humano social, cujo resultado é um ato de comunicação emanado do enunciadador e que se sujeita à aprovação ou não do enunciatário. 'O uso de um determinado discurso é, de certa forma, uma ação no mundo' (FIORIN, 2007, p. 75).

Pertence a Charaudeau a informação seguinte que nos informa sobre a Análise do Discurso que se desenvolve com base em um *corpus* político:

[...] não se questiona sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produzem esse ou aquele comportamento político, nem sobre as explicações causais, mas sobre os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação dos fatos políticos (CHARAUDEAU, 2008, p. 37).

Quando dizemos que o discurso político tem origem no pensamento daquele que o profere, estamos nos baseando na necessidade que o político tem de possuir uma ideologia cercada de princípios que fundamentem a construção de sua opinião ou posicionamento. 'O discurso político não é principalmente definido pelo tópico ou pelo estilo, mas antes por quem fala com quem, como, em que ocasião e com que objetivos' (DIJK, 2008, p. 222).

O discurso político tende a revelar a ideologia daquele que o profere por meio de uma linguagem compreendida pelos membros de uma sociedade. Essa linguagem certamente pretende ser demonstrada por meio de ações. Por isso, afirmamos o quão é importante a existência de vinculação entre o que o político fala ou escreve e suas respectivas ações. A linguagem do discurso político é objetiva e persuasiva porque é soberana e imperativa. Então, não se conceberia a existência de ação política sem a prévia existência de um discurso que a impulsionasse ou motivasse conferindo-lhe o real sentido.

A mensagem proferida pelo discurso é que se constitui no supedâneo das ações políticas porque 'a ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso' (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

Tendo em vista o fato de a política ser a ciência do Estado e de os políticos serem os representantes da sociedade em face desse mesmo Estado, sempre procurando exercer seus cargos em prol do bem estar de todos, é natural que a linguagem seja, em um primeiro momento, a viga mestra entre o que a sociedade pleiteia e o que eles podem e devem realizar.

O discurso político não engloba todo conceito político, mas resta claro que não existe política sem discurso, isto é, o discurso é a base de sustentação

para a política. Por outro lado, a linguagem fornece a orientação necessária dando sentido à ação. Vejamos a afirmação de Charaudeau sobre o assunto e que nos parece bastante pertinente para o momento:

A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU, 2008, p. 39).

Por isso, para que um discurso político faça sentido e possa ser transformado em ação, necessário se faz o entrosamento entre as partes interessadas. Tal entrosamento se dá quando há identidade de ideologia social e histórica, pois é o momento comunicativo social que faz do discurso uma situação política. É da relação existente entre enunciador e enunciatário que nasce a finalidade do político por meio de seu discurso. Então, o enunciador, ora político, deve traçar uma estratégia, de preferência legítima, sem a qual o seu discurso não tem razão de ser.

Segundo Charaudeau, não é o discurso que é político, mas é a situação de comunicação na qual ele se insere que lhe confere tal terminologia. Isso ocorre tendo em vista que qualquer enunciado, mesmo o mais singelamente inocente, pode conter um sentido político, caso a situação de comunicação assim o exija. Ao passo que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política a ponto de mesmo neutralizar seu sentido (CHARAUDEAU, 2008, p. 40).

O autor nos mostra três lugares de fabricação do pensamento político:

[...] que correspondem cada qual a um desafio de troca linguageira particular: um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, um lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação, um lugar onde é produzido o comentário (CHARAUDEAU, 2008, p. 41).

O discurso político enquanto sistema de pensamento pode ser entendido como uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para construção das opiniões e dos pensamentos (CHARAUDEAU, 2008, p. 41). Em razão dessa sistematização são colocadas as filiações ideológicas, como ocorre com a fundamentação acerca da existência dos partidos políticos, que são descritas por meio de uma análise do discurso com base em diferentes textos.

O discurso político enquanto ato de comunicação tem relacionamento direto com as partes que participam da cena de comunicação política, cujos objetivos são seduzir e influenciar as opiniões e posicionamentos para obtenção de suas adesões.

Esse discurso é produzido em aglomerações que estruturam parcialmente a ação política, como os comícios, os debates, as reuniões, as declarações televisivas, e busca construir imagens de atores e utilizar estratégias de persuasão e sedução (GRECO, 2006, p. 87).

O *corpus* escolhido para o presente trabalho trata, prioritariamente, do discurso político enquanto ato de comunicação.

O discurso político como comentário se liga ao político que o profere, mas sem risco para ele, isto é, ele mostra a opinião daquele que faz o comentário ou tece as observações, mas não revela o coeficiente de ligação em relação à opinião. O discurso político enquanto comentário tem como origem de sua produção a família, os amigos ou um bar, por exemplo.

Segundo Charaudeau:

[...] o discurso político manifesta-se tanto “intragoverno”, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto “extragoverno”, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão. Mas tanto em um caso quanto no outro, vê-se que a linguagem se alia à ação, de forma recíproca (CHARAUDEAU, 2008, p.41).

Ainda que existam diferentes lugares de fabricação para a incidência do discurso político, eles não podem ser vistos de forma singular, uma vez que em razão de seu cunho social ele circula nos grupos em que foram gerados e depois em outros grupos, onde podem ser apropriados. Vejamos citação de Charaudeau:

Uma das características de todo discurso social é circular no interior dos grupos que o constituem, depois de exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração. O discurso se difunde, dá voltas, estica-se, fica à deriva, transforma-se a ponto de perder seus dados de origem. Assim é com o discurso político, que pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante, em seu desafio de elaborar um sistema de pensamento, e que depois se manifesta em diferentes situações de comunicação, atravessa diferentes comunidades de opinião edulcorando-se, insinua-se nos comentários, volta às vezes ao seu ponto de origem e reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente (CHARAUDEAU, 2008, p. 43).

Por outro lado, aquele que profere o discurso político pode ser visto como se fosse um ator político, uma vez que [...] o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação (CHARAUDEAU, 2008, p. 65).

Segundo a opinião de Charaudeau, com a qual concordamos, aquele que profere o discurso ou sujeito é sempre duplo:

Uma parte dele mesmo se refugia em sua legitimidade de ser social, outra se quer construída pelo que diz seu discurso. Qual das duas é a verdadeira? A segunda não faria senão esconder a primeira? Não, pois esta não poderia existir sem aquela; ela não adquire sentido a não ser em relação à primeira, da qual é tributária. Nunca se sabe quem esconde quem e qual predomina; as duas se interpelam. Do mesmo modo, os destinatários de nossos atos de comunicação são duplos: existem enquanto tais em sua realidade empírica plural, e são ao mesmo tempo construídos por nós como o destinatário ideal que gostaríamos de submeter à nossa área de influência (CHARAUDEAU, 2008, p. 26).

Portanto, o discurso político busca seu fundamento, em regra, em um ideal idôneo cuja origem é o pensamento daquele que o profere. O político tem a função de conhecer a maior parte dos anseios e desejos da sociedade que representa. Com base nesse ideal e no conhecimento social a atividade discursiva do político deve, então, ser a necessária e eficaz referência que enseja a elaboração de opiniões de uma determinada sociedade. Lembramos que se trata de um ato de comunicação que envolve um indivíduo que o profere e uma plateia que o escuta. A mensagem que dele faz parte deve ser cristalina, isto é, não podem existir dúvidas. Sem a linguagem a ação nada seria, ou seja, autômatos executariam atos e não humanos. O grande desafio daquele que profere o discurso político é provocar a assimilação, depois a decodificação e, ao final, a completa adesão dos destinatários da mensagem a fim de que possam ver realizado aquilo que foi idealizado em seu pensamento.

O discurso político pretende ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade (CHARAUDEAU, 2008, p. 190).

Ele provoca, então, uma obrigatória construção da imagem enunciativa pelos enunciatários. Construção essa que se faz, em nossa opinião, principalmente por meio da análise da imagem do enunciador.

Qualquer que seja a variedade dos propósitos de que trata o discurso político, estes devem se referir aos valores da vida em comunidade, os quais devem, evidentemente, ser apresentados de maneira positiva, uma vez que concernem ao bem-estar social do indivíduo. Mas como esses valores encontram-se em concorrência com os certamente positivos defendidos pelos adversários, a questão não é mais tanto a de sua existência nem a de sua credibilidade, mas, principalmente, a de sua força de verdade: uma força que deve ser superior à do adversário ou do contraditório; na verdade superior à de qualquer outro que em algum momento poderia a ela se opor (CHARAUDEAU, 2008, p. 209).

Um conceito bastante importante para o enunciador do discurso político é a noção que ele deve ter da legitimidade, que se projeta em sua identidade social. A legitimidade:

[...] pode provir de diversas fontes e ter campos de aplicação diversos, pode também ser usurpada ou adquirida pela força (golpe de Estado). A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer (CHARAUDEAU, 2008, p. 67).

Nos dizeres de Charaudeau:

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo status e poderes a seus atores (CHARAUDEAU, 2008, p. 67).

Por sua vez, o político, ora enunciador, faz uso de estratégias de persuasão para obter o resultado positivo que deseja. Ele não quer somente convencer, ele quer persuadir. Ele quer que seus destinatários às suas ideias façam coro e o auxiliem na transformação e aprimoramento da sociedade. Aquele que se encontra legitimado como detentor do poder político deve provar pela persuasão, com o fim de bem desempenhar a missão que lhe foi concedida como representante e garantidor do bem estar da coletividade. Nesse sentido, o político tem uma dupla posição: '[...] por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores' (CHARAUDEAU, 2008, p. 194). Discurso político, então, é discurso persuasivo.

O discurso é constitutivo do político. Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar dos discursos do conceito político do que do discurso político (CHARAUDEAU, 2008, p. 43).

O político precisa falar a sua verdade e conseqüentemente realizar aquilo que estiver a seu alcance. Ocorre que, nem sempre isso corresponde à realidade porque a política funciona como um campo de guerra no qual sempre existe uma batalha entre o verdadeiro e o verossímil. A verificação do sentido de verdadeiro e verossímil depende muito mais da circunstância na qual o discurso é proferido e da conveniência daquele que o profere diante da imagem construída por seus enunciatários.

Podemos dizer que o político constrói uma espécie de dupla identidade discursiva, sendo certo que uma dessas identidades corresponde ao conceito político ‘enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade’, é o que Charaudeau denomina de:

‘posicionamento ideológico do sujeito do discurso’; ao passo que a outra identidade corresponde ‘à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder’, é o que o referido autor denomina de construção da posição do sujeito no processo comunicativo (CHARAUDEAU, 2008, p. 81).

O enunciatário político se dirige aos seus destinatários como legítimo detentor de valores transcendentais. Então, de acordo com Charaudeau:

[...] ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um Terceiro, enunciatário de um ideal social. Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre esses três tipos de voz – a voz do Terceiro, a voz do Eu, a voz do Tu-todos – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia (“Nós não podemos aceitar que sejam ultrajados os direitos legítimos do indivíduo”) (CHARAUDEAU, 2008, p. 83).

Resta clara uma questão quanto ao discurso político quer em sua elaboração, em sua interpretação ou em sua efetiva aplicação quando de sua enunciação: ele é um discurso argumentado, organizado com um determinado propósito e é esse propósito que é colocado à luz da interpretação da plateia. O poder político toma como base o conhecimento, as crenças e as ideologias para poder se sustentar e se reproduzir. Não nos esqueçamos de que o político

raciocina tanto sobre os fatos problemáticos como sobre as soluções para dirimir esses conflitos com suas ações.

A história da humanidade mostra-nos que o discurso político, mesmo sendo uma combinação entre razão, emoção e imagem (*logos, pathos e ethos*), encontra-se mais carregado de emoção e imagem. Não é mais a razão que dá ao discurso político os contornos de verdade, mas sim a emoção e a imagem é que fornecem esse papel. Isso ocorre porque a coletividade busca o político que inspira confiança e admiração, isto é, aquele que 'saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções' (GRECO, 2006, p. 91). É que o campo político é, por excelência, o lugar em que as relações de poder e de submissão são governadas por princípios cuja base é passional. 'O discurso político relaciona-se com a paixão e com a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão a ideias que não passe pelos homens' (CHARAUDEAU, 2008, p. 94).

As estratégias discursivas utilizadas por aqueles que detém o poder político para conquistar a simpatia de sua plateia dependem de alguns fatores, quais sejam:

[...] de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações (CHARAUDEAU, 2006, p. 85).

Os discursos políticos tendem, por conseguinte, a justificar a legitimidade das ações e realizações políticas daqueles que detém o poder político.

Assim, o político percebe se a opinião pública lhe é:

[...] favorável (e, no limite, reduzida ao grupo dos militantes ou dos simpatizantes), desfavorável (nas pesquisas ou nas manifestações de rua) ou incerta (aquela que constitui a grande

massa dos Zes-Ninguéns, reunidos aleatoriamente como leitores de jornais, ouvintes de rádio ou telespectadores), (CHARAUDEAU, 2008, p. 85).

Em regra, todos os indivíduos têm a capacidade de conviver uns com os outros sendo certo que uns têm mais capacidade para governar, enquanto outros têm mais capacidade para serem governados. O exercício do poder de mandar não é tarefa fácil, mas o exercício do dever de obedecer ainda é mais difícil. Para que alguém seja obedecido é necessário que faça uso, com maestria, de argumentos persuasivos. Tais artifícios são encontrados desde o instante em que aquele que pretende representar o povo resolve se candidatar a tal função.

Surge, então, quando da intenção de pleitear um determinado cargo ou função pública de administração da sociedade, o candidato disposto a causar impacto em seus ouvintes para que suas idéias sejam aceitas como verdadeiras, legítimas e eficazes na condução do bem estar social. O político adapta seus discursos aos seus destinatários sabendo que eles podem se sobrepor uns aos outros, causando efeitos nefastos. O político também não pode esquecer dos demais destinatários de seus discursos, em geral seus adversários ou oponentes (nesse caso a busca é pela desqualificação do programa desse oponente), seu antecessor na mesma função administrativa (de quem não se aproxima) ou os oponentes oficiais da sua política (a resposta a cada uma dessas críticas é essencial).

Com o fim de causar essa comoção social, o candidato faz uso, em um primeiro momento, da linguagem combinada com uma boa construção de uma imagem de si em face de seus destinatários. Alguns desses destinatários constituem as elites que se reúnem 'em torno de um projeto comum, para o qual convém estabelecer alianças com diferentes partidos e com diferentes setores dessas elites, e isso com a ajuda de promessas ou ameaças. Os demais destinatários constituem a massa e, nesse caso, o político busca obter a 'dominação legítima', utilizando-se de discursos que procuram provocar um clamor comum dirigido a um homem ou um projeto' (CHARAUDEAU, 2008, p. 86). Quando falamos em 'massa' nos referimos a um conjunto de indivíduos

diferentes do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade e condição de obter informação, de sua capacidade de raciocínio e de sua experiência de vida coletiva.

Desse modo:

Quanto ao que o político julga necessário defender ou atacar, ele pode apoiar seu discurso sobre: o valor das idéias, ao defender a legitimidade de uma causa moral (a solidariedade); o valor do programa e dos meios usados para atingi-lo (pragmatismo, realismo, eficácia); o valor dos homens e das mulheres que atuam na política, sua competência, sua experiência e seu saber-fazer (CHARAUDEAU, 2008, p. 86).

Não é fácil aceitar que, em uma república democrática, o povo vote em um político mais em razão da sua imagem e de algumas frases impactantes proferidas do que em razão de seu programa político. Então, não é de se admirar que esse político procure construir para si uma imagem de um benfeitor capaz de promover à realidade um invisível ideal social. É preciso cautela.

Na esfera política a construção da imagem do político só tem razão de ser se estiver voltada para o público, pois ela deve funcionar como uma espécie de suporte de identificação, por meio dos valores comuns desejados.

O político, em seu discurso, adentra nos imaginários populares mais partilhados, uma vez que deve atingir o maior número de destinatários.

A via é estreita para o político, que não sabendo quais são, em um dado momento, os imaginários mais sensíveis, deve saber conjugar os contrários: mostrar-se ao mesmo tempo, diplomata e engajado, protetor e dinâmico, distante (a grandeza o obriga) e próximo (a cidadania o compele), astuto, mas honesto, rico, mas não corrompido etc., uma vez que uma mesma atitude pode ser construída como imagem positiva por seus partidários e negativa por seus adversários (CHARAUDEAU, 2008, p. 88).

Neste capítulo, buscamos trazer alguns conceitos de vital importância, tais como discurso, ideologia e discurso político. Partimos de uma visão geral

desses conceitos e, a partir daí entendemos que o discurso político procura obter a adesão de seus destinatários a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir um projeto contrário. Ele encontra sustentação na maneira como é apresentado, em um primeiro momento, principalmente no que concerne às questões vinculadas à retórica, à argumentação e à persuasão.

No capítulo seguinte tratamos exatamente desses temas.

CAPÍTULO III

RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO e PERSUASÃO

O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo (Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca).

3.1 Retórica

Vimos até o presente momento temas relacionados ao Estado, à sociedade, à política, ao discurso e ao discurso político. Os conceitos foram fornecidos com o fim de dar base à construção e entendimento deste trabalho.

Não é possível partirmos para a análise dos discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul sem que deixemos registrado o presente capítulo que trata da retórica, da argumentação e da persuasão, pois é cediço que o discurso político é altamente argumentativo. Abordamos alguns conceitos básicos, mas fundamentais para a presente tese na intenção de que sirvam como referência para a construção do presente trabalho.

Desde os primórdios da civilização humana, o homem sempre soube que a comunicação é o caminho para a realização de todos os seus objetivos. A comunicação faz com que os seres humanos consigam conviver uns com os outros até os dias atuais.

A retórica surge, então, na Grécia antiga, com o surgimento da *Polis* ou cidades-estado mais especificamente no Século V a.C., mas seu desenvolvimento ocorre com a solidificação da democracia ateniense em

razão desse modo de governo submeter a maior parte dos assuntos à votação popular.

A retórica surgiu:

[...] por volta de 485 a.C., tendo sido usada por aqueles que se dirigiam ao Tribunal em defesa ou contra uma causa.

Aproximadamente um século depois, em 384 a.C., nasceu Aristóteles, o responsável pela valorização e o prestígio da Retórica. A maior preocupação dele foi com o processo argumentativo, passando a ser a argumentação o eixo dos estudos retóricos (GRECO, 2006, p. 34).

“Aos poucos, o uso dessa eloquência passou a ser ensinado [...] e já é dessa época a tentativa de sistematização do discurso” (PETRI, 1988, p. 2).

Por essa razão era necessário que os cidadãos soubessem não só raciocinar, mas, também, falar e argumentar de modo correto porque o exercício retórico é, acima de tudo, manipulador.

Para satisfazer essa necessidade, afluíram a Atenas, vindo, sobretudo das colônias gregas da época, mestres itinerantes que tinham competência para ensinar essa arte. Eles se autodenominavam SOFISTAS, sábios, aqueles que professam a sabedoria. Como mestres itinerantes, os sofistas faziam muitas viagens e, por esse motivo, conheciam diversos usos e costumes. Isso lhes dava uma visão de mundo muito mais abrangente do que tinham os atenienses da época e lhes permitia mostrar a seus alunos que uma questão podia admitir diferentes pontos de vista (ABREU, 2006, p. 27).

Na retórica clássica, portanto, a base era a multiplicidade de pontos de vista, a verossimilhança e não, apenas, as verdades absolutas.

‘Os métodos retóricos de exploração da verossimilhança e dos diferentes pontos de vista sobre um objeto ou situação têm sido o motor que vem impulsionando o grande avanço moderno da ciência e da tecnologia’ (ABREU, 2006, p. 33).

É cediço que a *Retórica* de Aristóteles, desde a Antiguidade, tem um papel fundamental principalmente quando estudamos discurso e argumentação, pois o mundo é beneficiado até hoje pelos ensinamentos constantes desse autor. Salientamos que:

Aristóteles (384 a.C. -322 a.C.), filósofo grego, é considerado um dos maiores pensadores de todos os tempos e figura entre os expoentes que mais influenciaram o pensamento ocidental. Discípulo de Platão defendia a busca da realidade pela experiência. Interessou-se por diversas áreas, tendo deixado um importante legado nas áreas de lógica, física, metafísica, da moral e da ética, além de poesia e retórica.⁴

Ocorre que, mais do que proferir palavras, o homem precisa mostrar ação e assim conseguir persuadir o seu destinatário. A retórica surge para mostrar que o uso da linguagem tem como principal objeto a persuasão de um ou mais destinatários. Já o interesse pelo ordenamento e conseqüente ensino de uma linguagem escrita estava vinculado mais a objetivos de ordem prática e imediata, isto é, na eficiência cada vez maior das técnicas de persuasão para defesa dos bens materiais, pois é ao direito de propriedade que a retórica se liga mais intimamente.

Nossa intenção é expor os aspectos mais relevantes aos nossos objetivos no que concerne à retórica, com base na obra homônima de Aristóteles, deixando claros alguns conceitos bastante úteis na posterior análise do *corpus* escolhido como fundamento desta tese. No capítulo II, do Livro I, Aristóteles define assim a retórica:

A Retórica pode ser definida como a faculdade de observar os meios de persuasão disponíveis em qualquer caso dado. Essa não é uma função de uma arte qualquer. Mas, consideramos a retórica como o poder de observar os meios de persuasão em quase todos os assuntos que se nos apresentam (ARISTÓTELES, 2007, p. 23).

Com base na obra do autor, a maior e mais fundamental finalidade da retórica é a descoberta do que existe de persuasivo em cada caso. Seu maior

⁴. CORTELLA / RIBEIRO. *Política: para não ser idiota*. 2010. p.104.

empenho era mostrar que qualquer ser possui alguma coisa que se presta à persuasão (PETRI, 1988, p. 67). Assim, no discurso do enunciador o que mais importa é a sua fala entendida como uma forma de ação específica e particular de persuadir, como bem salienta Osakabe (1999). Como o cientista, o orador manipula evidência, situando-se no plano do mundo real e observável (ALEXANDRE, 2004, p. 3).

Concordamos, também, com Osakabe quando afirma que a relação principal entre enunciador e enunciatário, sob a ótica da *Retórica* de Aristóteles é 'muito mais a relação de ação verbal orientadora do que de informação transmitida' e prossegue informando que:

O discurso de um orador é uma ação em direção ao ouvinte; o objetivo desta ação é a persuasão que só se faz à medida que o discurso tenha um valor demonstrativo, revele o caráter do autor e chegue a tornar o ouvinte disponível à persuasão (OSAKABE, 1999, p. 157/158).

Eram três os gêneros do discurso ao tempo da retórica Aristotélica, quais sejam:

O gênero judiciário que ocorre quando o auditório tem o dever de julgar uma ação passada. Ele trata do justo e do injusto e tem por fim a acusação e a defesa.

O gênero deliberativo que ocorre quando o auditório tem o dever de julgar uma ação futura. Ele se vincula ao útil ou ao prejudicial e tem por fim aconselhar ou não.

Por último temos o gênero demonstrativo ou epidítico que ocorre quando não acontece nenhum dos anteriores. Ele trata do belo e do feio e sua finalidade se vincula a louvar ou censurar.

[...] são esses três atos que são de fato utilizados nos momentos decisivos da vida do Estado. Parece claro que a partir do critério da politicidade, dificilmente Aristóteles poderia chegar a outros gêneros, embora o persuasivo, para

ele, pudesse ocorrer em outras formas discursivas (OSAKABE, 1999, p. 159).

Aristóteles definiu tais gêneros oratórios com base na percepção da existência de três tipos de destinatários do discurso ou auditório. Portanto, o ouvinte é o traço fundamental a cada gênero discursivo. Reside na finalidade do enunciador a sua posterior ação e conseqüente direção do discurso para o enunciatário.

Com o fim de melhor explicar tais gêneros discursivos, a retórica possui alguns cânones ou etapas principais. Esses constituintes não são estudados em separado, ao contrário, funcionam como fases de uma operação progressiva.

Os principais procedimentos que explicam os gêneros discursivos e seus aspectos mais relevantes de acordo com a retórica são:

1º - A *inventio* (invenção) cujo significado está atrelado a encontrar o que dizer, isto é, reside na descoberta de argumentos. Nessa fase são recolhidos os argumentos que servirão como base à sustentação de um tema ou de uma causa. Na *inventio* devemos encontrar os pensamentos mais adequados ao tema que desejamos desenvolver. Ela tem dois mecanismos de ação. O primeiro deles é mais lógico e se vincula ao vocábulo *convencer*. O segundo mecanismo de ação é mais psicológico e se vincula ao vocábulo *comover*. O *convencer* está mais ligado ao montante de provas que têm força lógica, não considerando a condição psicológica do enunciatário. Já o *comover* é um mecanismo de ação que faz uso das provas retóricas subjetivas ou psicológicas, considerando a condição psicológica do enunciatário.

Frisamos que o vocábulo *prova* deve ser entendido como o conjunto de mecanismos mais adequados à persuasão. As provas dependem da potencialidade do enunciador, pois, por meio de uma operação lógica é possível a transformação do material disponível em força persuasiva. As

chamadas provas subjetivas dependem do *comover* e consistem, basicamente, na descoberta dos tipos de discursos mais específicos a cada platéia.

Necessário se faz que o tipo de discurso seja direcionado ao tipo de alma que a ele possa aderir. É a psicologia daquilo que o enunciador espera que seu público tenha em mente.

Aristóteles divide, então, as provas subjetivas em dois grupos: o *ethe* e o *pathe*. Os *ethe* dizem respeito à imagem que o enunciador constrói de si, isto é, são suas aparências, suas características e suas maneiras, com o fim de causar boa impressão em sua platéia, não levando em consideração se existe ou não a sinceridade. Já os *pathe* dizem respeito aos afetos, sentimentos e paixões dos ouvintes. Aristóteles considera importante a opinião pública e, sob esse aspecto 'sua psicologia retórica [...] busca conhecer o que há por trás daquilo que as pessoas dizem' (PETRI, 1988, p. 15). Esses dois grandes grupos de provas contribuem muito para a argumentação e, para o autor, a principal prova está ligada ao caráter do orador e a confiança que ele passa aos ouvintes pela construção de sua imagem.

2º - A ***dispositio*** (disposição) que significa 'pôr em ordem o que se encontrou' anteriormente, ou seja, ela trata do ordenamento das partes do discurso, isto é, sua estruturação.

Na *dispositio* ordenamos nossos pensamentos visando favorecer a persuasão. Por sua vez, ela se divide em quatro grandes subdivisões que constituem seu arcabouço oratório. São elas: o *exórdio*, a *narratio*, a *confirmatio* e o *epílogo*. O *comover* (visto anteriormente na *inventio*) encontra base maior no *exórdio* e no *epílogo*, enquanto a razão está mais vinculada à *narratio* e à *confirmatio*. O *exórdio* teria como função a preparação do auditório, por meio de uma introdução, em que seriam expostos os objetivos do discurso. O *exórdio*, em linhas gerais, é composto de dois momentos. O primeiro deles busca a sedução dos ouvintes por meio da real adequação entre a causa e a opinião pública. O segundo momento do *exórdio* busca um

plano a ser seguido pelo enunciador. O *epílogo* tem a função de reforçar a boa impressão do orador, além de salientar os principais aspectos do discurso. O *epílogo* é uma das subdivisões da *dispositio* e contém dois níveis. O primeiro deles consiste na retomada do assunto exposto no início do *exórdio*, mas de forma resumida e o segundo nível consiste na percepção da emotividade dos ouvintes ou destinatários do discurso para posterior adesão. A *narratio* é a terceira subdivisão da *dispositio* e sua função é tratar da exposição dos fatos levando em conta as provas que serão produzidas. Ela apresenta duas características:

“[...] deve ser, antes de tudo, clara, verossímil e breve, por outro lado, deve ser funcional, isto é, deve preparar a argumentação, lançando os germes das provas” (PETRI, 1988).

Portanto, os fatos e as descrições são elementos constantes da *narratio*. A *confirmatio* é a subdivisão da *dispositio* na qual são expostos os argumentos a serem produzidos no discurso bem como devem ser informadas as provas que foram mencionadas durante a *inventio*.

3º - A ***elocutio*** (elocução) cujo significado é ‘acrescentar o ornamento das palavras’. Em linhas gerais, deve ser entendida como a sistematização dos argumentos que deverão ser postos em palavras.

4º - A ***actio*** que significa ‘tratar o discurso como um ator’ no que tange aos gestos e à dicção.

5º - E, por fim, a ***memória*** cujo significado se vincula ao que o próprio nome diz, isto é, recorrer a fatos passados conservados na lembrança.

Em Aristóteles observamos que o bom ou mau uso da arte do bem falar, na busca pela defesa de argumentos verdadeiros ou falsos, depende somente da ética de quem assim procede. Desta forma, a retórica não é boa ou má em si mesma. É o seu uso que a torna boa ou má.

Salientamos que os dois últimos procedimentos, quais sejam a *actio* e a *memória*, não tiveram a mesma importância nem a utilidade dos três primeiros procedimentos para o presente trabalho, razão pela qual eles foram praticamente eliminados uma vez que se referem, predominantemente, à linguagem oral não sendo nosso objeto de estudo.

É nesse ponto que se pode ver a importância da retórica para os estudos da linguagem. Em primeiro lugar, por causa da extensão do seu objeto de estudo, o discurso deve ser visto como um todo. Em segundo lugar, na perspectiva aberta por Perelman, a retórica não abrange somente gêneros específicos, mas também todo domínio discursivo que tenha como finalidade a adesão. O jogo da linguagem faz-se nesse conjunto, em que a ambiguidade não é defeito, mas condição necessária para produção do discurso e da discussão. '[...] a Retórica, interrogando as entidades discursivas (logo as entidades mais amplas da frase), pode fornecer informações fundamentais ao estudo desta' (OSAKABE, 1999, p. 186).

Passamos, então, a outras questões importantes dentro do tema.

3.2 A Retórica no Século XX

Com a queda do Império Romano a retórica perde a sua importância. O fato de ter como ponto fundamental de concentração aquilo que é incerto, não podendo basear-se nem na experiência e nem na dedução lógica, fez com ela não fosse considerada como uma ciência.

O Século XX inicia-se rejeitando a retórica e os seus males. Um longo caminho é percorrido pelo pensamento filosófico [...] que atinge depois a análise da linguagem (PETRI, 1988, p. 25). O melhor do pensamento contemporâneo viu-se levado à exigência da verificabilidade do verdadeiro analítico.

Chegou-se à constatação de que a natureza, assim como a vida, estão em contínua transformação, de sorte que qualquer afirmação a respeito delas não pode ser senão parcial, provisória, hipotética. Houve, então, um relançamento do probabilismo, do ceticismo, atitudes que já haviam beneficiado a Retórica em outros tempos (PETRI, 1988, p. 26).

Chaim Perelman, filósofo e jurista de nacionalidade belga, nos ensina com sua obra que existem campos nos quais devemos nos limitar à argumentação bem como à obtenção da persuasão. Informa o autor:

Reduzir a natureza do conhecimento apenas ao nível lógico é empobrecê-lo, dada a sua complexidade. Necessário tirar desta evolução da lógica e dos progressos incontestáveis que ela tem realizado, a conclusão de que a razão é totalmente incompetente nas questões que escapam ao cálculo e, onde nem a experiência, nem a dedução lógica nos podem fornecer a solução de um problema, nós teremos que nos abandonar às forças irracionais, aos nossos instintos, à sugestão, ou à violência? (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Foi Perelman, com a publicação de seu *Tratado da Argumentação*, quem procurou aproximar a teoria da argumentação da dialética conceituada por Aristóteles como a condição de raciocínio existente com base em opiniões geralmente aceitas. Mesmo que o termo retórica tenha caído em desuso, Perelman o manteve, em razão de seu sentido desde a Antiguidade. O motivo pelo qual Perelman aproximou a dialética da retórica reside principalmente na constatação da similaridade com que a antiguidade se ocupou de ambas.

A dialética se desenvolve por meio de um diálogo com pequenas intervenções que permitem a busca pela verdade. Já a retórica, tem seu desenvolvimento promovido por meio de discursos mais extensos que consistem na arte de falar de modo a persuadir e a convencer diversos auditórios de que uma dada opinião é preferível à sua rival através da elaboração de discursos.

A idéia de adesão dos ouvintes para os quais se destina um discurso é fundamental na retórica mais antiga. Perelman se aproximou da retórica, pois, certamente, para ele, toda argumentação é desenvolvida levando em conta o auditório de destino. O autor delimita seu trabalho aos textos escritos sempre na busca por compreender o mecanismo de pensamento dos espíritos que compõem um auditório. Para Perelman, o auditório consiste no 'conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso'.

Quanto maior for o conhecimento do orador em relação a seu auditório, maior será o número de acordos prévios ao seu dispor. A linguagem que busca persuadir e convencer é a mais importante, pois esse é o objetivo de toda a argumentação. Por outro lado, o auditório deve ser competente para questionar a credibilidade das proposições discutíveis apresentadas. A interpretação do que é fornecido torna-se assim essencial, na medida em que por vezes a linguagem apresentada é ambígua ou imprecisa.

Sua obra ultrapassará, em alguns aspectos, os limites da Retórica antiga, e por outro lado, não se ocupará de outras questões próprias dela, como a memória e a ação do orador. Qualquer outra forma de ação visando à adesão dos espíritos que não se utilize da linguagem também está fora de sua preocupação (PETRI, 1988, p. 29).

A proposta da retórica no Século XX trata de uma teoria da argumentação com base na complexidade da natureza das coisas que cercam o conhecimento humano e que são impossíveis de serem reduzidas a um só conceito ou a uma só abordagem.

Quando à retórica acrescentamos a argumentação, pretendemos fazer uso de manobras discursivas com a finalidade de vermos produzidas determinadas interpretações.

3.3 Argumentação

A argumentação já era estudada desde o período Greco-Romano. Com o tempo, passou a ser desacreditada, mas ressurgiu com a importância que passaram a ter as pesquisas que versam sobre a linguagem. A argumentação é a retórica da língua.

Vejam um conceito bastante elucidativo sobre o tema:

Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das idéias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça (ABREU, 2006, p. 25).

Em Perelman constatamos que uma Teoria da Argumentação deve servir para estudar mecanismos que permitam aumentar as razões pelas quais os espíritos acabem por assentir às propostas ou teses que lhes são apresentadas. Segundo o autor:

‘Argumentação é o conjunto das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento’ (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Quando um sujeito falante produz um determinado enunciado utilizando-se de um artifício que o justifique, temos, então, o argumento.

Salientamos que Perelman faz, em sua obra, uma distinção entre argumentação e demonstração. O autor entende demonstração como sendo:

[...] os meios de prova que permitem concluir, partindo da verdade de certas proposições, a verdade de outras proposições, ou ainda, no terreno da lógica formal, com a ajuda de regras definidas de transformação, passar de certas teses de um sistema, a outras do mesmo sistema (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Na elaboração de um discurso o orador, em regra, recorre a técnicas argumentativas.

Perelman consegue distinguir qual o real sentido de argumentar e qual o sentido de demonstrar, pois tal distinção não era bem nítida na retórica Aristotélica.

Para o autor:

[...] o tempo é fundamental na argumentação e, na demonstração não exerce nenhuma influência. A demonstração, partindo de uma verdade, de uma evidência incontestável, se desenvolve numa seqüência de estruturas e formas, nas quais nada de novo é acrescentado, nenhum dado é alterado, conduzindo inevitavelmente à conclusão prevista, enquanto a argumentação, tendo seu ponto de partida no campo do possível, do verossímil, está sujeita a inúmeras variantes que podem ser inseridas no desenrolar dos argumentos e solicita uma adesão, uma manifestação da liberdade de escolha por parte do ouvinte, tendo, pois, um caráter não restritivo (PETRI, 1988, p. 31).

A argumentação que requer a adesão dos ouvintes é, antes de qualquer coisa, uma ação. Trata-se da ação de um ser, ora denominado orador ou enunciador, que se manifesta sobre um outro ser ou conjunto de seres, ora denominado platéia ou enunciatário, tudo isso objetivando o desencadeamento de uma posterior aceitação. Qualquer argumentação é de um modo geral seletiva, pois ela sempre supõe uma escolha voltada aos elementos que a servem e também à técnica de sua apresentação.

Em um processo argumentativo, nós somos os únicos responsáveis pela clareza de tudo aquilo que dissermos. Se houver alguma falha de comunicação, a culpa é exclusivamente nossa (ABREU, 2006, p. 38)!

Um discurso argumentativo satisfatório contém três princípios básicos, quais sejam: o princípio da universalidade, pelo qual o discurso argumentativo é comum à comunidade ao qual pertence, isto é, tal discurso tem eficácia em seu meio de circulação; o princípio da generalidade, que estabelece que o discurso argumentativo é válido antes da situação real de

sua aplicação, por ser essa validade reconhecida em situações semelhantes; e o princípio da gradualidade, pelo qual o discurso argumentativo percorre escalas gradativas sendo certo que uma sempre estabelece o sentido para o percurso da outra e assim sucessivamente.

Na obra de Perelman, podemos evidenciar três elementos essenciais para qualquer argumentação. São eles: um enunciador, locutor ou orador, que se traduz pela figura que se predispõe a apresentar o discurso, isto é, o responsável pela enunciação uma vez que se expressa por meio dela; um enunciatário, alocutário ou platéia, a quem o discurso argumentativo é dirigido; e, por derradeiro, uma finalidade ou objetivo que se traduz pela tese de adesão. É importante mencionar que adesão pressupõe um consenso.

Considerando as questões de ordem social e política de uma dada sociedade, o grande interesse do orador é possuir uma tese argumentativa que seja capaz de persuadir o auditório. Ocorre que os auditórios devem ser considerados pelo enunciador.

O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige. O grande orador, aquele que tem ascendência sobre outrem, parece animado pelo próprio espírito de seu auditório. “[...] é de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 27).

Perelman informa, então, que o enunciador deve atentar para a existência de três auditórios diversos. ‘O auditório é o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir. Seu tamanho varia muito’ (ABREU, 2006, p. 41). São eles: um auditório universal que é aquele formado por toda humanidade. Ele é formado por um conjunto de pessoas sobre as quais não existe um ‘controle de variáveis’. Citamos a título de exemplo o conjunto de pessoas que assistem a um debate político televisivo. São pessoas em tudo diferentes. Um segundo auditório mais particular formado pelo enunciador e

a quem ele se dirige. Este auditório é formado por um conjunto de pessoas sobre as quais existe um 'controle de variáveis'. Esse segundo auditório se forma pelo diálogo existente entre o locutor e seu interlocutor. A título de exemplo citamos uma turma de pessoas filiada a um determinado partido político. Um terceiro auditório formado, então, pelo próprio sujeito enunciador e que tem origem em seus monólogos interiores.

Na construção de um discurso argumentado, o locutor apresenta elementos que favorecem a tese por ele sustentada. Desse modo, a argumentação pode ser vista como uma construção realizada pelo locutor entre perguntas e respostas de forma a organizar um conflito discursivo.

Concordamos com o conceito de Abreu acerca da argumentação: 'Argumentar é a arte de convencer e persuadir' (ABREU, 2006, p. 25).

Da distinção entre o auditório universal e o particular, Perelman diferencia dois tipos de adesão: a persuasão e a convicção:

Chama de persuasão a argumentação endereçada a um auditório particular e de convicção àquela que é destinada a obter a adesão de todo ser racional. A distinção entre persuadir e convencer fundamenta-se, pois, na intenção do orador (locutor) de dirigir-se a determinado tipo de auditório (PETRI, 1988, p. 32).

Importante fazermos algumas observações acerca dos dois tipos de adesão que fundamentam um bom discurso.

3.4 **Persuasão e Convencimento**

O que é 'convencer' e o que é 'persuadir'?

Citamos o entendimento de Abreu, com o qual comungamos nossa opinião:

CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa VENCER JUNTO COM O OUTRO (com + vencer) e não CONTRA o outro. PERSUADIR é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição PER, 'por meio de' e a SUADA, deusa romana da persuasão. Significava 'fazer algo por meio do auxílio divino' (ABREU, 2006, p. 25).

Então, como podemos identificar a diferença entre convencer e persuadir?

Convencer é construir algo no campo das idéias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize (ABREU, 2006, p. 25).

Fazendo uma comparação entre as duas formas de adesão, persuasão e convencimento, a um determinado discurso, mencionamos as seguintes características:

Convencer é atemporal; dirige-se a um auditório universal; dirige-se à razão; utiliza-se do raciocínio lógico e de provas objetivas; a conclusão decorre das premissas apresentadas e conduz a certezas.

Por outro lado:

Persuadir é temporal; dirige-se a um auditório particular; é subjetiva, atinge a vontade e o sentimento do auditório (ouvinte), parte de argumentos plausíveis e verossímeis, leva as inferências que conduzem o auditório a aderir aos argumentos apresentados (PETRI, 1988, p. 33).

Entendemos, com base na obra de Perelman, que a argumentação está mais vinculada à persuasão em razão da importância de sua temporalidade, ao passo que a demonstração está mais vinculada ao convencimento em razão de sua atemporalidade.

O ato de persuadir que apresenta um caráter ideológico, subjetivo e temporal, procura atingir a vontade e o

sentimento do auditório (alocutário) através de argumentos plausíveis ou verossímeis, levando as inferências que podem conduzir esse auditório à adesão aos argumentos apresentados (PETRI, 1988, p. 97).

Os meios mais convencionais de convencimento se vinculam à racionalidade e atuam diretamente no entendimento humano. Trata-se do resultado do efeito de convencer.

Os mecanismos mais convencionais de persuasão se vinculam à irracionalidade e atuam diretamente sobre a vontade humana. Trata-se da consequência natural de uma ação sobre a vontade. Resta claro que no desenrolar do discurso político essas questões se misturam, e é bem difícil distinguir esses componentes do mecanismo de persuasão.

Persuadir é ter certeza de que o outro também ganha com aquilo que ganhamos.

‘É saber falar menos de si e do que se quer, e mais do outro e do que é importante para ele’ (ABREU, 2006, p. 93).

O ponto de partida mais importante para Perelman no discurso argumentativo trata do acordo do auditório. Significa dizer que, ao se dirigir a um auditório, o enunciador, ora orador, obedece determinadas exigências que, mesmo não pactuadas explicitamente, encontram-se fundadas numa espécie de convenção tácita.

Resta clara a importância de fazermos menção a algumas figuras pertencentes ao gênero de acordos, que leva à adesão, e que são importantes para o discurso argumentativo de cunho político, apenas a título de conhecimento.

Quando destinada a um auditório particular, o movimento argumentativo persuasivo, contido no discurso, pode ter como ponto de partida os denominados *valores* como objeto de acordo.

A primeira lição de persuasão que temos a aprender, então, é educar nossa sensibilidade para os valores do outro. Se não formos capazes de saber quais são esses valores, de nos tornarmos sensíveis a eles, seremos incapazes de persuadir (ABREU, 2006, p. 72).

Perelman faz menção ao *valor* que pode ser entendido como um objeto, um ser ou ainda um ideal, que exerce sobre a ação ou pré-disposição à ação uma determinada influência que pode ser considerada quando da argumentação, sem que esse ponto de vista se imponha a todos. 'O que hoje denominamos valores era englobado pelos antigos, com todos os tipos de afirmações verossímeis, no grupo indiferenciado das opiniões' (PETRI, 1988, p. 34).

Os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações. Nos raciocínios de ordem científica os valores estão na origem da formação dos conceitos e das regras que constituem o sistema em causa. Já nas questões de ordem jurídica, política ou filosófica, os valores intervêm como base da argumentação, ao longo de todo desenvolvimento, tendo em vista levar o auditório a fazer uma escolha em detrimento da outra, e principalmente justificá-la, de forma a torná-la aceitável e aprovada pelos outros (PETRI, 1988, p. 35).

Segundo Perelman, os valores podem ser considerados de dois tipos: *valores concretos* e *valores abstratos*. São considerados concretos aqueles valores relacionados a um ser vivo ou a um grupo determinado. Já os valores abstratos dizem respeito aos sentimentos como a justiça e a honestidade.

O autor faz referência acerca da dificuldade de percepção sobre o papel desempenhado por esses dois tipos de valores. Muitas vezes, os valores concretos podem ser utilizados para fundamentar os valores abstratos e, o inverso também pode ocorrer. Na verdade na construção do *ethos* de um político essa confusão pode ficar bem acentuada. Resta claro, porém, que os valores concretos podem ser amalgamados e funcionar em perfeita harmonia. Já os valores abstratos, se levados a extremo, serão inconciliáveis.

A persuasão, enquanto forma de adesão vinculada à temporalidade, tem como base tanto os valores concretos como os abstratos. 'Aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui seu auditório' (ABREU, 2006, p. 75). O modo como o auditório elenca a hierarquia de seus valores é até mais importante do que os próprios valores considerados em si. 'Mas, como descobrir a hierarquia de valores do outro? Pela intensidade de adesão a eles' (ABREU, 2006, p. 79).

Um outro tipo de objeto referente ao acordo vinculado ao discurso argumentativo, principalmente de cunho político, é o denominado *lugar*. O lugar, para Perelman, trata de uma afirmação bastante geral, mas que permite bem fundamentar os valores. Vejamos o conceito de Abreu acerca dos lugares:

São premissas de ordem geral utilizadas para reforçar a adesão a determinados valores. O nome LUGARES era utilizado pelos gregos, para denominar locais virtuais facilmente acessíveis, onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade (PERELMAN, 2006, p. 81).

Existem vários lugares da argumentação, mas para o presente trabalho interessa o seguinte: *lugar de pessoa*, devido a sua importância para o discurso político.

O lugar de pessoa afirma a superioridade daquilo que está ligado às pessoas. Primeiro as pessoas, depois as coisas! É o slogan que materializa esse lugar. Quando um candidato a governador diz, por exemplo, que, se for eleito, construirá trinta escolas, seu opositor dirá, utilizando o lugar de pessoa, que não construirá escolas. Procurará, isto sim, dar condições mais humanas ao trabalho do professor, melhores salários, programas de reciclagem etc. Dará preferência ao homem, não aos tijolos (ABREU, 2006, p. 91).

Perelman denomina *dado*, também, como um dos objetos do acordo no discurso argumentativo, sendo certo que o orador dele dispõe para servir como apoio na hora da argumentação.

[...] a argumentação, ao fazer uso da linguagem natural, não pode prescindir da elaboração conceitual dos dados, uma vez que eles não apresentam a univocidade própria da linguagem simbólica usada na demonstração. Daí a importância para a argumentação, não só da seleção dos dados, mas igualmente de sua interpretação e da significação que lhes é atribuída (PETRI, 1988, p. 38).

A prática do discurso argumentativo não é algo imutável, muito ao contrário. As noções fornecidas não são taxativas. Devido às peculiaridades vinculadas à mobilidade, tais noções oferecem àqueles que delas fazem uso uma gama variada de possibilidades. Portanto, 'as conclusões de uma argumentação jamais serão restritivas'.

Uma vez estabelecidos os acordos iniciais entre o orador e o auditório, a argumentação se desenvolverá em direção à sua finalidade, isto é, a adesão dos espíritos, segundo o emprego de determinadas técnicas argumentativas (PETRI, 1988, p. 39).

Pertence a Perelman a seguinte assertiva: 'Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase da ação' (PERELMAN, 2005, p. 30).

A importância da obra de Perelman está ligada, principalmente, a um novo modo de olhar a retórica, passando a vê-la de um modo muito mais abrangente compreendendo toda a manifestação discursiva que visa à adesão do ouvinte.

É inegável a contribuição para os estudos da linguagem tanto da obra de Aristóteles como da obra de Perelman, posto que elas não apresentam um caráter ordenatório, mas sobretudo têm como preocupação prioritária a realização de 'uma descrição do ato discursivo' (OSAKABE, 1999).

3.5 A Retórica e a Política

A retórica surge vocacionada para aquelas situações que tratam da escolha ou da decisão sobre questões que admitem, em princípio, mais do que uma solução.

‘Admitamos, portanto, que a retórica é a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão’ (ARISTÓTELES, 2007, p. 76).

Em razão disso não é surpresa situarmos o seu domínio no mundo da opinião, do confronto e do livre debate de ideias e ideais, um mundo, onde não é possível traçar, de forma cabal e inequívoca, qualquer fronteira entre o bem e o mal, ou entre o justo e o injusto. Em sua maioria são as situações deste tipo que permeiam o debate político seja qual for a questão.

Nunca a argumentação faria qualquer sentido se os casos na qual fosse solicitada tivessem solução evidente, única ou obrigatória. Aos casos de solução evidente bastaria a demonstração de sua resolução, sem a necessidade de justificar a razão de terem sido solucionados desta ou daquela maneira e não de outra. É a justificação vinculada à liberdade de pensamento que coloca a retórica na base da mais genuína democracia. A necessidade de se justificar tudo aquilo que pretende convencer, e porque não dizer persuadir o auditório, pode ser vista como uma grande regra geral da retórica.

Ocorre que essa regra é uma das menos obedecidas e mais violadas. A retórica mostra, como base da persuasão discursiva, que não é possível propor a adoção de uma medida política sem a sua sujeição à respectiva discussão. A troca de argumentos que ocorre entre enunciador e enunciatário, numa relação de alteridade, deve ser vista como sinal de respeito e do reconhecimento pela contribuição na decisão a ser tomada. Por

um lado vê-se a liberdade de invenção e, de outro lado, vê-se a liberdade de adesão. Portanto, não resta dúvida acerca do papel essencial que a retórica ocupa nas relações humanas, pois ela aproxima as pessoas que decidem conviver juntas. Ela promove o respeito entre as diferenças por meio da prática de uma tolerância social.

Poucas situações aproximarão tanto a retórica da vida, como aquelas em que o que está em jogo é a discussão ou o debate político. Isso ocorre porque, é nelas que se espelham as legítimas expectativas de um futuro melhor para cada um e para a comunidade em geral (SOUSA, 2001, p. 4).

Uma discussão retórica existente entre enunciador e enunciatários, na esfera política, tem como finalidade a busca da verdade por meio de provas. Um disputa política tem como finalidade vencer e o resultado é aceito sem sabermos quem de fato tem razão.

Se pudermos então concluir que, apesar de tudo isso, foi possível à ciência progredir como progrediu, talvez que esteja ainda por avaliar como a retórica é tão decisiva e mesmo vital, no plano da discussão política. Nomeadamente, quando promove a competência crítica e argumentativa indispensável à realização do próprio ideal democrático (SOUSA, 2001, p. 6).

Existe a possibilidade de, muitas vezes, fazermos uso dos vocábulos argumentação e retórica como se fossem sinônimos, pois a verdade é que ambos, de modo mais acentuado ou menos acentuado, encontram-se presentes em toda e qualquer espécie de discurso.

Neste capítulo pudemos vislumbrar a importância do conhecimento acerca dos procedimentos ou etapas que explicam os gêneros discursivos, além de noções importantes sobre argumentação e persuasão. Nos próximos capítulos nossa preocupação reside em adequar o *corpus* escolhido a esses procedimentos mostrando que o que nos interessa são as provas fornecidas pelo discurso no que concerne ao caráter moral do orador, que se constitui na construção do *ethos*.

CAPÍTULO IV

DO ETHOS

No entanto, várias máscaras são possíveis: mudamos a situação de troca, substituímos as máscaras. Assim, sabendo-o, pode-se jogar com as máscaras, e o outro, que também o sabe entrará no jogo. Tiramos a máscara, depois outra e depois mais outra. A máscara é que constitui nossa identidade em relação ao outro (Patrick Charaudeau).

4.1 A construção de uma imagem de si mesmo: o *ethos*

Um conceito sempre atual e atuante na Análise do Discurso gira em torno da noção do que seja o *ethos*.

Falar de *ethos* não é uma tarefa fácil. Sua noção é bastante abstrata e por essa razão devemos, para que faça sentido, fazer uso de um *corpus* determinado com o fim de que nossos apontamentos e posteriores conclusões possam fazer sentido. O importante para nós é entendermos o *ethos* situando-o no âmbito da linguagem, vinculado aos fatores sociais e históricos de uma sociedade em um determinado momento.

Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as conseqüências (AMOSSY, 2005, p. 09).

No presente capítulo, mostramos o *ethos* em um contexto mais amplo para depois situá-lo na questão relacionada à sua importância para o discurso político. É assim que procedemos em nosso estudo, sempre pautado com uma visão geral para, posteriormente, chegarmos a uma opinião mais específica.

Então vejamos: Aristóteles entendia que o conceito de *ethos* estava ligado ao caráter do orador. Com o passar dos tempos essa noção foi apropriada pela Análise do Discurso para designar como a personalidade do enunciador resta revelada quando da elaboração e posterior proferimento de sua enunciação.

Não é demais mostrarmos que, segundo a concepção aristotélica, os *fatores discursivos* com capacidade para exercer influência sobre a platéia eram divididos em três categorias assim denominadas: o *logos* que pode ser entendido como tudo aquilo que se encontra ligado à razão. Trata-se de um fator vinculado ao domínio da realidade e que propicia o convencimento; o *pathos* que pode ser entendido como a maneira com que a platéia reage às manifestações do orador. Ele é visto também como um fator vinculado ao domínio da emoção e que propicia a persuasão; e o *ethos*, que pode ser conceituado como a construção de uma imagem do orador por meio das palavras que por ele são ditas, bem como de sua postura. Trata-se um fator vinculado, também, ao domínio da emoção, com capacidade para persuadir o auditório.

Importante frisarmos que, atualmente, essa última categoria mencionada, objeto de nossos estudos, faz parte de um eixo científico cuja base é uma ciência humana, mas que faz questão de não condicionar o uso da linguagem a apenas uma e solitária disciplina.

Enquanto na Retórica Antiga o trabalho era desempenhado apenas com o texto oral, em que também eram importantes os gestos do orador e sua entonação, na Análise do Discurso, o *ethos* é aplicado ao texto escrito, pois o texto, ainda que escrito, certamente possui uma voz que a ele dá suporte.

A noção de *ethos* remonta, então, ao início da retórica e, considerando tal informação partimos dessa premissa colocada por Aristóteles para o entendimento desse tema e, em seguida abordamos seu desmembramento, tendo como fulcro principal a obra de Charaudeau.

Pertence a Maingueneau a seguinte opinião sobre o *ethos*:

Um dos maiores obstáculos com que deparamos quando queremos trabalhar com a noção de *ethos* é o fato de ela ser muito intuitiva. A idéia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial (MAINGUENEAU, 2008, p. 12).

Tratamos, então, do modo de dizer, por meio da construção de uma imagem do indivíduo que deseja ser escolhido ou eleito para governar um determinado povo e, de como essa construção é expressa através da figura que se apresenta para seus ouvintes.

4.2 A construção do *ethos*

O que nos interessa para esta tese são as constatações derivadas do caráter moral do orador, que se constitui no *ethos*.

Considerando a opinião de Aristóteles: ‘persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé’; por conseguinte, persuade-se pela forma como as platéias se dispõem quando ‘são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio’. E pelo discurso, [...] quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular’ (2007, p. 49-50).

Resta claro que as constatações feitas sobre o *ethos* contribuem para o proferimento de um discurso argumentativo de cunho persuasivo, principalmente quando falamos de discurso político. O que é realmente importante no discurso político é a confiança que o enunciador passa a sua platéia. Não se trata aqui de constatar o verdadeiro caráter desse sujeito, mas,

sim, de verificar a imagem que ele pretende atribuir a si próprio por meio de seu discurso.

[...] sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz, e, ao mesmo tempo, o interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é. Há uma espécie de essencialização tanto da parte do locutor quanto da do interlocutor, nessa busca de sentido do discurso (CHARAUDEAU, 2008, p. 116).

Percebemos, então, que a construção de uma boa imagem de si mesmo é um dos grandes segredos da persuasão, uma vez que quanto mais favorável ela for, maior será a sedução dos ouvintes. Em consequência do exposto:

[...] há os adeptos de uma concepção discursiva que inscrevem o *ethos* no ato de enunciação, isto é, no próprio dizer do sujeito que fala. Essa posição é defendida pelos analistas do discurso, que situam o *ethos* na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender (CHARAUDEAU, 2008, p. 114).

A essa corrente nos filiamos por entendermos que o *ethos* é uma categoria pertencente ao ato de linguagem que por sua vez é o fulcro da enunciação. 'O eu e o tu são os actantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa' (FIORIN, 2008, p. 137). Como o *ethos* encontra-se intimamente vinculado ao exercício da palavra, o enunciador tem a faculdade de fazer uso ou não de certos atributos que poderão tornar sua enunciação aceitável ou inaceitável por parte dos enunciatários.

Primeiramente, a imagem do sujeito que fala, na esfera política, é construída sob o manto da legitimidade da função que lhe é atribuída. Trata-se da competência estatutária do enunciador que lhe confere a condição de comunicação necessária. É o que denominamos *identidade social* do enunciador. Resta claro que esse sujeito deve ter a exata noção do momento e do local oportuno para fazer uso da palavra sempre de acordo, claro, com a posição por ele ocupada. A sociedade deve ser o grande legitimador da imagem construída e depois transmitida pelo enunciador. 'O *ethos* é uma

imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito' (FIORIN, 2008, p. 139).

Em um segundo momento, o sujeito que fala elabora para si uma espécie de figura cujo alicerce se vincula ao papel que ele possui enquanto enunciador e que se mostra por meio das estratégias que decide escolher e seguir. A esse fenômeno denominamos: *identidade discursiva* do enunciador.

Em uma primeira análise entendemos que o *ethos* é uma questão de percepção, pois a maioria de nós precisa perceber os subtons mais sutis certamente existentes no ato de comunicação, além de não deixar passar despercebida qualquer pista visual acerca do sujeito enunciador. Essas são as principais tarefas dos enunciatários. Afinal, a revelação pessoal é difícil para as pessoas, especialmente aquelas que pleiteiam cargos públicos em nível de governo em uma sociedade.

O modo como a plateia reage quando o enunciador fala, bem como a maneira pela qual o enunciador age diante da forma como ele pensa estar sendo entendido é que estrutura e direciona a condução do discurso. A trajetória de nossas palavras depende, então, do que somos, daquilo que dizemos e da maneira pela qual nossos discursos são entendidos por intermédio da mensagem que enviamos.

A regra deve ser dizer a verdade em qualquer circunstância, mas muitas vezes, o sujeito que fala pode fazer uso de artifícios ocultando o que ele realmente é por meio do que ele diz e, mesmo assim, conseguir persuadir a platéia para a qual se dirige. O que a classe política pretende, na verdade, é atingir um nível de comunicação espontânea que transmita confiança ao eleitorado obtendo, então, a adesão necessária a sua idéia principal.

Entendemos que a *identidade social* e a *identidade discursiva* formam o *ethos* e, é a percepção do destinatário do discurso que se torna sensível e o auxilia na construção do entendimento da mensagem que lhe foi enviada. Na construção do *ethos*, a qualidade do ato de comunicação se faz por meio de

um esforço consciente do enunciador para revelar algo de si mesmo. Fiorin, com base na ‘Retórica’ de Aristóteles afirma que:

Quem discursa inspira confiança se seus argumentos são razoáveis, ponderados; se ele argumenta com honestidade e sinceridade; se ele é solidário e amável com o auditório. Podemos, então, ter três espécies de éthe: a) a *phrónesis*, que significa o bom senso, a prudência, a ponderação, ou seja, que indica se o orador exprime opiniões competentes e razoáveis; b) a *areté*, que significa a virtude, mas virtude tomada no seu sentido primeiro de ‘qualidades distintivas do homem [...]’, portanto, a coragem, a justiça, a sinceridade; nesse caso o orador apresenta-se como alguém simples e sincero, franco ao expor seus pontos de vista; c) a *eunoia*, que significa a benevolência e a solidariedade; nesse caso o orador dá uma imagem agradável de si, porque mostra simpatia pelo auditório (2008, p. 140).

Quando falamos em sujeito enunciador, no discurso político, devemos ter a percepção de que o *ethos* encontra-se intimamente vinculado à questão da representação da visão social e que, portanto, “ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 117). Em síntese, o *ethos* enquanto construção e posterior exibição de uma imagem voltada para uma plateia pode estar relacionado a uma só pessoa, bem como a um grupo de pessoas.

No caso dessa visão social, relacionada a grupos, podemos dizer que os indivíduos que deles fazem parte, comungam de características similares que acabam por parecer um todo simbiótico. Isso ocorre, a título de exemplo no campo político, entre os filiados a uma determinada sigla partidária. Aqueles que resolvem fazer parte de um partido político, em regra, acreditam em suas propostas e nos seus ideais.

A confiança em si mesmo certamente é um dos requisitos fundamentais, pois ninguém está obrigado a fazer parte de um grupo cujas idéias sejam diferentes das suas. Ocorre que, na realidade deste país, isso não acontece. Os indivíduos filiados a um determinado partido, sem maiores explicações, decidem mudar para outro partido com idéias bem diferentes. Então, os eleitores, ora enunciatários, acabam por duvidar da real intenção dos políticos.

Essa é uma das maneiras pelas quais os políticos tendem a ter sua imagem desacreditada perante seus eleitores. Com uma imagem bem construída de si mesmo e fidelidade a ideais partidários, o sujeito enunciatário, ora político, certamente terá chances muito maiores de ter sua mensagem entendida e decodificada com maior facilidade pelos enunciatários que pretende persuadir.

‘O *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

A construção do *ethos* se faz por meio de várias marcas tais como o tom de voz, o vocabulário, os gestos, as maneiras pelas quais se emprega a expressão corporal, a fala e, até mesmo, pelo conteúdo daquilo que é dito. Portanto, as opiniões do sujeito enunciatário também fazem parte da construção de sua imagem face os enunciatários.

Separar as ideias do *ethos* é sempre um alibi que impede de ver que, em política, aquelas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as explica. É preciso que este seja, ao mesmo tempo, crível e suporte de identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir à suas idéias é preciso aderir à sua pessoa (CHARAUDEAU, 2008, p. 118).

Tomando, então, como base, a classificação de Patrick Charaudeau para a explicação das categorias de *ethos* e seus respectivos desdobramentos, passamos a desenvolver as figuras identitárias do discurso político que se desdobram em dois grandes *gêneros* de *ethos*: o denominado *ethos de credibilidade* e o denominado *ethos de identificação*.

Frisamos a importância da noção de identidade para a Análise do Discurso:

Em análise do discurso, para poder utilizar a noção de identidade, convém acrescentar-lhe duas outras noções que circulam igualmente nos domínios filosóficos e psicológicos, as de sujeito e de alteridade. A primeira dessas noções permite

postular a existência do ser pensante como o que diz 'eu'. A segunda noção permite postular que não há consciência de si sem consciência da existência do outro, que é na diferença entre 'si' e o 'outro' que se constitui o sujeito (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 266).

Charaudeau propõe que a identidade do sujeito do discurso pode ser formada de duas maneiras diferentes, ambas construindo-se em combinação com o ato de enunciação, quais sejam: uma identidade por ele denominada como *identidade pessoal* e outra denominada como *identidade de posicionamento*.

A *identidade pessoal* não pode ser dita como unicamente psicológica ou sociológica. Ela deve ser considerada dupla. Esse desdobramento da *identidade pessoal* nos traz, por um lado, a chamada *identidade psicossocial* ou *externa* 'que consiste em um conjunto de traços que definem o sujeito comunicante segundo sua idade, seu sexo, seu estatuto, seu lugar hierárquico, sua legitimidade para falar, suas qualidades afetivas, isso tudo 'em uma relação de pertinência com o ato de linguagem'.

Por outro lado o desdobramento da *identidade pessoal* também nos traz a denominada *identidade discursiva* ou *interna* que pode ser explicada com 'a ajuda de categorias locutivas, de modos de tomada da palavra, de papéis enunciativos e de modos de intervenção'. Esse jogo existente entre os mecanismos de identidade externa e interna é que dá origem às estratégias discursivas.

Já a denominada *identidade de posicionamento* trata da posição que o sujeito enunciador possui em uma esfera discursiva no que tange aos sistemas de valor que circulam não de forma absoluta, mas em função dos discursos por ele mesmo produzidos.

4.3 O gênero *ethos* de 'credibilidade'

A primeira grande espécie de *ethos* que será analisada trata do gênero denominado *ethos* de *credibilidade*. Em um primeiro momento é preciso saber

qual o significado da palavra credibilidade e qual sua real aplicação no mundo político.

Entendemos que enquanto a palavra legitimidade encontra-se mais vinculada à legalidade, isto é, ao exato e fiel cumprimento dos ditames legais, o vocábulo credibilidade está mais ligado à autoridade, isto é, à posição de supremacia de uns em face de outros.

A autoridade gera a credibilidade porque se encontra ligada ao respeito que certas pessoas, órgãos e entidades se revestem gerando, por consequência, sua aceitação pela sociedade. A credibilidade tem origem na *identidade discursiva* do sujeito enunciador que, ao realizá-la de modo estratégico, permite que os enunciatários sejam levados a crer que ele é '*digno de crédito*'.

O enunciador, ora político, tem o condão de tecer prodigiosas construções para se fazer aceito perante seus destinatários. Ele, então, constrói uma imagem de si mesmo que corresponda à imagem necessária à sua aceitação.

A autoridade, que leva à credibilidade, encontra-se intimamente vinculada a dois requisitos básicos: a *sinceridade* e a *clareza*. O político digno de crédito tem compromisso com seus eleitores e com a sociedade em geral. A sinceridade do sujeito enunciador no discurso político, bem como a transparência de sua linguagem devem ser analisadas por seus destinatários quando existir o perfeito encaixe entre o que é dito e o que realmente é pensado. Melhor ainda, isso ocorre quando os destinatários puderem realizar a correspondência entre o que promete o sujeito enunciador e os meios de colocar em prática aquilo que anunciou.

Caso seja constatado pelos enunciatários o caso oposto, o político será desacreditado e considerado incapaz de cumprir com suas propostas iniciais. Sem dúvida, o descrédito da opinião popular funciona como uma guilhotina para os políticos. Eles são ceifados do poder político, além de serem

esteriotipados pela sociedade. Pelo menos durante certo lapso temporal. Infelizmente a população pátria não é bastante cuidadosa com relação à memória política, o que acaba por trazer, novamente, ao poder político, pessoas que outrora não cuidaram muito bem das coisas públicas.

A situação comunicativa é que fornece o lastro, em cada caso concreto, acerca da importância entre o que o político fala e o que ele realmente faz.

No discurso político o *ethos de credibilidade* é fundamental. Somente a título de informação, devemos observar a distinção que deve ser feita com relação aos vocábulos *essencial* e *fundamental*. Essencial é tudo aquilo sem o qual o ser humano sucumbiria, principalmente, no que concerne a seu relacionamento com os outros, isto é, todos os sentimentos que devem ser desenvolvidos pelos seres humanos e que os tornam suficientemente capazes de alcançar a satisfação de seus desejos como, por exemplo, o amor, a honestidade, a amizade, a tolerância, entre outros sentimentos ditos nobres.

Por outro lado, pode ser considerado fundamental tudo aquilo que vai se tornando importante para o ser humano ao longo de sua existência como, por exemplo, a questão do enriquecimento financeiro.

‘No discurso político, a credibilidade é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 120).

Ser entendido como digno de crédito não constitui tarefa fácil. Para conseguir obter a aprovação de seu público alvo, o político deve satisfazer algumas condições já elencadas, isto é, ele deve ser sincero no sentido de pensar e dizer aquilo que corresponda à verdade porque pode ser realizado; dizendo a verdade, o político promete aquilo que poderá realmente cumprir.

Estamos diante, então, da denominada ‘*condição de performance*’ segundo Charaudeau. Isso significa que o político que diz a verdade e somente promete aquilo que poderá cumprir terá suas idéias validadas pela sociedade

se demonstrar, por derradeiro, que dispõe dos mecanismos necessários e suficientes para tornar suas atitudes eficazes.

Então, com o fim de tornar concreto o *ethos de credibilidade*, que é o gênero, o político acaba por construir espécies de *ethos derivados* para conseguir compor a imagem de portador de confiança da sociedade.

O político busca construir para si o *ethos de sério*, o *ethos de virtude*, o *ethos de competência* e o de *não alteração comportamental*.

Caso ele consiga construir essas imagens, certamente a aprovação de seus destinatários será incontestável.

4.4 Os denominados *ethos de 'sério'*, de *'virtude'*, de *'competência'* e da *'não alteração comportamental'*

Tomando sempre como base os conceitos de Charaudeau, vimos anteriormente que o *ethos* se divide em dois grandes grupos, quais sejam o *ethos de credibilidade* e o *ethos de identificação*. Eles constituem os dois grandes gêneros de *ethos*. Vimos que o político deve cumprir algumas condições para que seu *ethos de credibilidade* seja validado pela sociedade. Então, o político precisa construir algumas derivações desse *ethos de credibilidade*, que estão inseridas no contexto do gênero maior, para ter êxito em sua mensagem. A primeira dessas derivações trata do denominado *ethos de sério*.

Em um primeiro momento podemos entender o vocábulo seriedade como uma qualidade do indivíduo que é sincero, verdadeiro e que atribui um caráter importante às coisas e às pessoas.

O indivíduo sério tem mérito, pois, em regra, é austero e honrado. Resta claro que a situação social deve ser analisada pelo político na construção do *ethos de sério*, uma vez que cabe ao grupo social ditar as regras de

identificação daquilo que deverá ser considerado ou não como sério. A primeira percepção que os destinatários têm do sujeito enunciativo para determinar seu *ethos de sério* encontra-se intimamente vinculada a certas posturas corporais, comportamentais e, principalmente, verbais.

Quando nos referimos a certas posturas corporais devemos ter em mente que o político deve ser firme em sua apresentação demonstrando altivez, mas não soberba. A expressão facial do político sério é adaptada ao momento que se apresenta, mas de modo geral deve ser de pouco sorriso. Ao mencionarmos certas posturas comportamentais nos referimos a capacidade de equilíbrio emocional que o político sério apresenta face às críticas de seus adversários, bem como face às adversidades.

O político sério não se deixa levar pela cólera nem tampouco demonstra a raiva contida com objetivo de vingança posterior. O político sério mostra disposição interna para o trabalho e ‘arregaça as mangas’ quando o objetivo for o bem comum da coletividade. O político sério tem atividades úteis e não pratica aquelas que não o sejam. Quanto às colocações verbais podemos dizer que o político sabe conversar com todos os indivíduos da sociedade que dirige, pois conhece os anseios do povo.

O domínio da linguagem, por meio da exposição clara de um assunto, é importantíssimo, pois muito melhor é ser conhecedor de um pouco de cada assunto, mas que seja útil, do que conhecer muito de um assunto inútil. No *ethos de sério* as denominadas ‘frases de efeito’ não são bem-vindas, na medida em que podem provocar admiração, mas não conferem credibilidade.

‘Frases de efeito’ são expressões utilizadas, em regra, com o objetivo de ‘expressar um pensamento conciso (de maneira poética, se possível) e dizer muito em poucas palavras’ (SEGURA, 2009, p. 22). Em política é preciso deixar todas as idéias bem claras e explicadas. Como visto anteriormente, o discurso político, enquanto ato de comunicação, se liga àquele que o profere que, por sua vez, tem a intenção de torná-lo perfeitamente assimilável com o fim de seduzir e, por fim, persuadir a platéia para o qual é destinado. Por essa

razão as frases de efeito são capazes de convencer, mas não de provocar a adesão do auditório como, em regra, deseja aquele que profere um discurso político.

Vale lembrar que o *ethos de sério* abrange, também, as questões relacionadas à vida privada do político. O político é um homem da *polis*, um homem público, mas tem, também, uma dinâmica de ordem pessoal. Qualquer questão que possa 'arranhar' a imagem do que aquela determinada sociedade considera importante, pode arruinar a imagem de sério que ele constrói enquanto gestor dessa coletividade.

Frisamos que, quanto mais inerente ao sujeito enunciador for o *ethos de sério*, melhor ele será construído e, posteriormente, aceito pela sociedade. Caso isso não ocorra, isto é, a construção de um *ethos de sério* forçada poderá ser percebida de maneira negativa e o político cairá no descrédito, além de perder a simpatia de seus eleitores.

[...] as promessas firmadas que exprimem a justa medida, a consciência dos limites, a recusa da demagogia, a necessidade de ajustar os projetos aos meios existentes [...] serão capazes de garantir o espírito de seriedade que convém ao político e de construir a imagem daquele que, reivindicando para si certo pragmatismo, preocupa-se com o bem público de maneira realista, em comparação com as duas outras atitudes que seriam a do imobilismo ou a do sonho irrealizável (CHARAUDEAU, 2008, p. 122).

Uma outra derivação de *ethos*, inserida no gênero *ethos de credibilidade*, trata do denominado *ethos de virtude*. A virtude é uma qualidade própria para produzir determinados efeitos, tais como a força moral e a disposição constante para a prática do bem. Aquele que tem força moral e pratica o bem é fiel a bons princípios. Em regra, aquele que possui bons princípios é sincero com seus pares. Assim como o contrário é plenamente verdadeiro. Saliente-se que a construção de uma imagem de virtude é longa e constante, enquanto que a destruição dessa mesma imagem pode ser rápida e imediata. Por essa razão é que os políticos se preocupam tanto com as notícias oriundas da mídia.

O homem virtuoso se apresenta com o passar do tempo. O indivíduo moralmente honesto se constrói todo dia, um pouco por meio de suas atitudes em nível público e privado.

O político virtuoso deve ser fiel às idéias e aos ideais de seu partido mantendo sempre sua linha de pensamento. Por essa razão ele se filia ao partido X e não ao partido Y. Isso não quer dizer que ele não possa mudar de opinião. Ao contrário! Caso ocorra algum evento que o faça mudar seu entendimento sobre alguma coisa, ele deverá vir a público e colocar a razão que o fez alterar sua idéia original. O político virtuoso é cristalino em suas atitudes, principalmente quando elas disserem respeito à sua condição de homem público.

O *ethos de virtude* é fruto da construção do próprio político sendo certo que ele demonstra sua honestidade e sua lealdade. Ele não se deixa guiar por assessores inescrupulosos que estão interessados somente em índices de pesquisa e na sua própria ascensão. Caso ele permita ser influenciado de forma inábil, a opinião pública o processará, julgará e ao final, o condenará, não mais o elegendo. No mundo hodierno em que as informações são divulgadas em tempo real, as pessoas têm maior acesso aos meios de comunicação e o mundo tornou-se menor em razão das novas tecnologias.

Não se pode subestimar o que pensa a sociedade, pois ela pode ser facilmente influenciada pela opinião dos adversários que, por sua vez, aproveitam a situação que se instala ao redor do político. O homem virtuoso é aquele que prima pelo respeito para com seus semelhantes. Respeitar é possuir um sentimento de consideração para com o outro. Considerar o outro como importante não é apenas uma questão de dizer, mas sim de tornar as palavras concretas por meio de ações claras que demonstrem esse sentimento.

Outra derivação importante para formação do gênero *ethos de credibilidade* é o denominado *ethos de competência*.

O vocábulo competência pode se entendido como a capacidade que possui um determinado indivíduo, no caso em tela o político, de ter a habilidade e a aptidão necessárias para exercer regularmente a atividade para a qual foi eleito. Não basta somente que o titular do Poder Executivo Municipal seja sério e virtuoso, tenha habilidade ao falar com a sociedade, seja sincero, tenha uma boa postura e bom comportamento.

Necessário, também, que demonstre profundo conhecimento acerca do funcionamento da máquina administrativa. O político competente é aquele que constrói sua imagem com base no conhecimento adquirido acerca das atribuições que o cargo exige. Ele conhece a geografia de sua cidade de modo minucioso e o perfil do povo que nela habita. Sabe bem as características materiais e pessoais de seu entorno e suas dificuldades. Por vezes, a competência política pode ser confundida com experiência política. Em nosso entendimento, isso não corresponde à realidade.

Capacidade ou competência política tem o indivíduo que se interessa pelo bom andamento da sociedade da qual faz parte. A competência está diretamente vinculada à vontade de agir e solucionar os problemas sociais porque somente através das iniciativas dos detentores do poder político é que veremos o progresso da qualidade de vida em um determinado local. Ela constitui um grande requisito para construção de uma trajetória experiente e bem sucedida. No que concerne à experiência política podemos entendê-la como o período de tempo em que um determinado indivíduo encontra-se ligado ao poder político. O sujeito experiente politicamente certamente passou muitos anos de sua vida envolvido com os assuntos da *polis* ou por ter ocupado funções na Administração Pública, ou por ter exercido mandato. O que resta claro é que experiência não é competência. Na prática essas expressões são bem distintas.

Vimos até agora que para composição do *ethos de credibilidade* concorrem três derivações importantes, quais sejam o *ethos de sério*, o *ethos de virtude* e o *ethos de competência*. Por derradeiro, em nossa opinião, uma

outra derivação que certamente contribuirá para a construção do primeiro grande gênero de construção de uma imagem de si trata do denominado *ethos da não alteração comportamental*.

Quando conhecemos uma pessoa certamente tecemos sobre ela uma opinião. Com o passar do tempo, essa opinião tende a se consolidar. Ocorre que, se essa pessoa começa por alterar seu comportamento, assim entendido, suas opiniões, modo de se expressar, seu vocabulário ou tom de voz, certamente nossa opinião também será alterada. Em outras palavras, o político que decide candidatar-se a cargo eletivo tem o dever de manter seu próprio padrão comportamental. Aquele sujeito que inicialmente se apresenta como um administrador mais introvertido deve manter esse comportamento por todo período de seu mandato.

A plateia para qual seu discurso é destinado o identificará, sempre, como sendo a mesma pessoa de antes da eleição. Grandes alterações comportamentais são rechaçadas pela população. Não raro, o político que se apresenta como sério e de pouco sorriso, mas quando chega o período próximo de novas eleições passa a ser simpático e altamente carismático, desperta a indignação da população que se sente lesada com tamanha falta de comprometimento com o sentimento social. Importante observar que cada sociedade fornece os elementos característicos mais importantes relacionados a seus valores.

Cabe ao político identificar o que é importante e mostrar-se centrado para atingir a satisfação desses valores. Para isso, é necessário que tenha ações comportamentais lineares, pois é essa linearidade que despertará a confiança da coletividade.

4.5 O gênero *ethos* de ‘identificação’

A segunda grande espécie de *ethos* analisada trata do gênero denominado *ethos de identificação*. Em um primeiro momento é preciso saber

qual o significado da palavra *identificação* e qual sua real aplicação na esfera política. O vocábulo *identificação* tem o sentido de reconhecer a afinidade ou a percepção no que concerne à semelhança da própria opinião com a opinião de outra pessoa ou grupo de pessoas.

A construção do *ethos* tem como base três personagens, quais sejam o enunciador, o enunciatário e um terceiro cuja imagem se busca, pois ele é o referencial. O político, ora enunciador, busca alcançar a imagem ideal de referência e assim conseguir uma simbiose de afinidade afetiva com os cidadãos da sociedade à qual pertence e comanda. Essa afinidade é um sentimento que não se explica racionalmente, mas liga o político aos cidadãos.

Esse imaginário irracional que caracteriza o *ethos* de *identificação* não é de fácil explicação. O político, muitas vezes, encontra dificuldade em detectar quais seriam as imagens que poderiam atrair os destinatários de seus discursos. Por essa razão o político:

[...] vai querer mostrar-se, ao mesmo tempo, tradicional, mas também moderno; sincero, mas igualmente sagaz; poderoso, mas simultaneamente modesto etc., sem contar que algumas imagens, que poderíamos julgar em si mesmas negativas, podem tornar-se positivas em certas circunstâncias (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

Portanto, o gênero *ethos* de *identificação* está intimamente ligado às imagens ideais que os políticos fazem de si mesmos e das imagens que os cidadãos fazem dos políticos que, diga-se de passagem, são muitas, mas sempre existem as mais recorrentes principalmente na esfera política.

Abordamos, primeiramente, as imagens ideais relacionadas à figura dos políticos. Depois, mencionamos a imagem ideal relacionada aos cidadãos. Sempre tomando como base a classificação de Patrick Charaudeau podemos informar que as imagens de identificação ligadas aos políticos são denominadas *ethos* de '*potência*', *ethos* de '*caráter*', *ethos* de '*inteligência*', o *ethos* do '*parecer*', o *ethos* de '*humanidade e proximidade*' e o *ethos* de

'*solidariedade*'. Já a imagem de identificação ligada aos cidadãos é denominada *ethos* de '*chefe*'.

4.6 Os denominados *ethos* de '*potência*', de '*caráter*', de '*inteligência*', do '*parecer*', de '*humanidade e proximidade*' e o de '*solidariedade*'

Vimos, anteriormente, que o *ethos* se divide em dois grandes grupos, quais sejam o *ethos de credibilidade* e o *ethos de identificação*. Eles constituem os dois grandes gêneros de *ethos*. O político precisa, então, construir algumas derivações desse *ethos de identificação* para ter êxito em sua mensagem.

A primeira dessas derivações trata do denominado *ethos de potência*. O vocábulo *potência* significa o emprego de força ou energia utilizada para a realização de determinado evento. O *ethos de potência* trata de um imaginário de identificação que provoca no político a construção de uma imagem de si mesmo como um atributo que o impulsiona para a prática de ações ou grandes realizações. É essa a imagem que o político deseja transmitir à sua platéia por meio dos seus atos de fala.

A imagem do político que faz, resolve o que deve fazer e quando deve ser feito, que não esmorece, que não diminui a intensidade de seu trabalho e tem sempre vigor para mostrar que em sua vida privada mantém a mesma energia. Por outro lado, não há que se confundir o *ethos de potência* com poder político.

O vocábulo poder, no sentido político, está vinculado à capacidade de governar e daquele que governa ter a condição de fazer com que suas ordens sejam obedecidas desde que comprovadamente legítimas. A palavra poder, no que tange à política, não é um atributo individual e pessoal, ao contrário, trata de uma condição do grupo ao escolher seu representante. Já a *potência* está ligada à atitude do político enquanto pessoa física.

Outra derivação do gênero *ethos* de *identificação* trata do denominado *ethos* de *caráter*. Essa construção de uma imagem de si mesmo trata de um imaginário irracional relacionado à imagem do político em seus princípios pessoais. O vocábulo *caráter*, no sentido político, diz respeito às qualidades de uma pessoa, principalmente, com relação à firmeza de suas atitudes. Firmeza de atitudes significa a não oscilação no comportamento. O *ethos* de *caráter*, em política, tem como pressuposto básico a obediência a sentimentos como honestidade, amizade e respeito para com seus semelhantes.

Quando um político se manifesta e, em seu discurso, se constata a alteração de voz ou quando um político brada, gritando acerca de um determinado assunto, esse fato pode indicar a construção de uma imagem de si cheia de firmeza de sentimentos.

A indignação sobre um determinado tema que aparece na linguagem do político por meio de seu tom de voz pode indicar que ele quer que sua platéia sinta a mesma revolta que ele está sentindo. Quando um político se exprime por meio de gritos ele está *vituperando*, porque repreende duramente aquilo que lhe causa um dissabor imenso. Necessário se faz ao político, sempre, ter cautela em relação à demonstração de sua indignação aos 'berros', uma vez que, se por um lado mostra sua altivez de caráter, por outro lado pode provocar certo embaraço aos integrantes de seu grupo em relação aos demais, principalmente os opositores que podem alegar a falta de equilíbrio desse político.

A *provocação* também é uma das formas de constatação do *ethos* de *caráter*. A provocação pode gerar uma construção errônea. Por um lado pode mostrar que o político que tem conhecimento de causa pode desafiar os outros, principalmente seus adversários, com o fim de que provem a verdade de suas alegações que certamente são desprovidas de conteúdo digno exequível. Por outro lado, pode mostrar que o político quer apenas insultar os outros, o que certamente demonstraria sua não obediência aos princípios que devem ser inerentes à firmeza de caráter.

A *polêmica* é outra manifestação do enunciador que pode ajudar na construção do *ethos* de *caráter*. A polêmica trata da controvérsia sobre um determinado assunto em debate. O debate, por sua vez, trata de uma discussão entre duas ou mais pessoas com opiniões divergentes. Nada mais polêmico do que um debate político. Aquele que conseguir demonstrar mais domínio de causa durante a contenda, certamente terá maior aprovação do público. A *polêmica* também é uma faca de dois gumes, pois dependerá muito da maneira como for entendida pelos enunciatários.

É possível também a construção do *ethos* de *caráter* por intermédio de uma operação enunciativa que recebe o nome de *advertência*. Advertir significa chamar a atenção para um determinado assunto ou prevenir, ter cautela com um tópico importante.

Em política, o indivíduo consegue construir uma imagem de si mesmo, portadora de caráter, por meio da advertência, quando informa a sua opinião sobre determinado tema em voga, isto é, o seu posicionamento sobre determinada questão. Poderá, inclusive, informar aos enunciatários sobre os desdobramentos desfavoráveis de sua opinião. O político faz a advertência e mostra, por consequência, sua firmeza de caráter. Se não agir dessa forma corre o risco de perder o prestígio.

Existem duas outras figuras importantes na construção do *ethos* de *caráter* que vale a pena mencionarmos. São elas: a *força tranquila* e o *controle de si*. A *força tranquila* dá idéia da calma vinculada à perseverança, pois tudo tem seu tempo para acontecer. O político que assim age demonstra sua obstinação na luta que o levará, no tempo oportuno, à vitória. Já o *controle de si* demonstra que o político obstinado mantém seu caráter equilibrado e não se deixa abater com feitos de menor potencial ofensivo provocados por seus opositores.

O político, que consegue construir uma imagem de si com base nessas duas figuras, certamente transmite uma mensagem a seus enunciatários de

homem que pensa para tomar suas decisões e que pondera os benefícios e os malefícios de uma determinada situação.

A *coragem* é outro ingrediente importante na construção do *ethos* de *caráter*. O que dizer sobre coragem a não ser que ela é uma das virtudes que impulsiona não só os políticos, mas os seres humanos em geral. Todos sabemos que o medo é um mal conselheiro e, se ante a adversidade existir a desistência, ninguém chegará a lugar algum, quanto mais os políticos.

Existe outra figura importante para a construção do *ethos* de *caráter*: o *orgulho*. Embora os políticos sejam orientados no sentido de sucumbirem sempre à humildade, certamente não existe nenhum político que não seja orgulhoso. É claro que tudo é uma questão de medida, isto é, uns são mais e outros menos orgulhosos. O resultado é sempre um só: os políticos querem que seus nomes entrem para a história como grandes heróis realizadores.

Todos os políticos desejam imprimir sua marca na história daquela determinada Cidade, Estado ou País. Não há melhor chefe que aquele levado pela ambição de realizar uma grande obra (CHARAUDEAU, 2008, p. 143). Frisamos que estamos tratando do *orgulho* como figura de construção do *ethos* de *caráter*, quando existe a combinação com as demais figuras até aqui apresentadas. O político que não consegue combinar tais figuras entre si e se deixa levar apenas pelo orgulho estará fadado a tornar-se um tirano impiedoso e cruel disposto apenas a atingir seus objetivos a qualquer preço.

Por derradeiro, outra figura importante na construção do *ethos* de *caráter* trata da imagem que o político deve desenvolver enquanto gestor *moderador*. A *moderação* consiste na qualidade firme que o político possui quando da condução das questões de interesse público. O político moderador é aquele que sempre possui uma estratégia e tem sempre uma finalidade em suas ações. Por essa razão esse político tem um caráter, predominantemente, conciliador.

O *ethos* de *inteligência*, assim como o *ethos* de *potência* e o *ethos* de *caráter* são desdobramentos do gênero *ethos* de *identificação*. Qual o significado do vocábulo *inteligência*? O indivíduo inteligente é aquele que possui destreza mental, possui perspicácia para compreender as coisas, além de adaptar-se com facilidade não só ao meio em que vive como às pessoas que o integram. O político inteligente não é apenas aquele que fala bem e tem um bom comportamento quando dos acontecimentos da vida pública.

‘Isso explica por que os políticos escrevem livros, respondem a solicitações da mídia para participar de programas culturais, freqüentam exposições e outras manifestações artísticas’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 146).

O *ethos* de *inteligência* pode ser construído por meio de algumas manifestações dentre as quais destacamos a *malícia* e a *astúcia*. O vocábulo *malícia* significa a tendência para a dissimulação. Em política, o indivíduo pode demonstrar sua inteligência fazendo uso da malícia quando souber articular entre aquilo que é e aquilo que parece ser.

O político malicioso é aquele que faz com que sua plateia acredite em suas propostas e no caminho para conseguir chegar a determinadas finalidades. Não há nada de escuso nisso, muito ao contrário. O político malicioso não se deixa levar por conversas que desejam apenas desestabilizá-lo.

Já o vocábulo *astúcia* se vincula a certa habilidade na arte de esconder algo que não precisa ser mostrado. Aliás, uma das máximas em política pode ser considerada aquela que informa que o bom político nunca deve chamar a atenção para aquilo que ele não quer que seja visto. Num primeiro momento essa afirmação parece ser malévola, mas, na realidade não o é. Isto porque, como já dito anteriormente, o político tem de lidar com pessoas das mais várias estirpes, principalmente em se tratando de desafetos e adversários.

Outra maneira de construção de um *ethos* imaginário, relacionado à inteligência, se vincula ao uso da manifestação do *parecer*. O vocábulo *parecer*

significa a probabilidade na realização ou não de uma determinada ação. Tudo depende do contexto. O político precisa sempre parecer ter todas as atribuições necessárias para o cargo para o qual foi eleito. Já dissemos anteriormente que todos os seres humanos, independentemente do cargo que ocupam, possuem defeitos, medos e inseguranças.

O político inteligente demonstra que apesar de ser um indivíduo dotado de imperfeições, busca sempre o melhor e todas as suas atitudes têm esse escopo.

Em se tratando da construção da imagem do sujeito enunciador denominado político, salientamos a importância existente no ingrediente chamado *humanidade*. A construção de um imaginário irracional cujo suporte reside em um sentimento não é muito fácil. O vocábulo humanidade significa, em política, o tamanho da capacidade que o político possui de demonstrar, não só através da linguagem, mas de seus atos, sua reação a determinadas situações que se lhe apresentam.

Tais situações podem ser traduzidas como a capacidade do político de se compadecer face aos seus pares menos favorecidos, mas pode também traduzir a fragilidade do político face às situações com as quais não lidou no curso de sua vida pública. O político não é um sujeito desprovido de sentimentos e que não se compadece face às atribuições alheias. Ao contrário, em situações catastróficas é mais do que natural que os governantes manifestem suas aflições e desejem o mais rápido possível ajudar os mais necessitados.

Algumas manifestações devem ser consideradas pelo político quando da construção do *ethos* de *humanidade*. Demonstrar que se tem *sentimento* é uma excelente porta de entrada na construção da identificação entre enunciador e enunciatário. Em algumas situações, inclusive, o governante deve deixar transparecer sua angústia face à dramaticidade do evento. Outra manifestação que auxilia o político na construção do *ethos* de *humanidade* é a *confissão*.

Salientamos que a *confissão* precisa ser entendida com cautela, pois, uma vez que se trata de um sentimento, certamente pode gerar uma dupla interpretação. O político que confessa uma fraqueza ou uma atitude equivocada, por exemplo, pode dar impressão de um agente público fraco que não merece o cargo para o qual foi escolhido. Por outro lado, reconhecer e confessar que sempre se pensou no melhor resultado, mas não foi o suficiente, é uma atitude que merece grande respeito porque, certamente, não vai de encontro às posturas, em regra, tomadas pela maioria dos governantes.

‘Isso foi sempre um modo de construção da imagem psicológica dos políticos cujo verdadeiro impacto sobre a opinião pública é difícil de medir, mas cuja influência não se pode negar’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 153).

Na esfera política a *solidariedade* está vinculada ao apoio que o político deve dar aos interesses da coletividade. O político deve estar atento às necessidades do povo em sentido amplo, isto é, daqueles que o elegeram e daqueles que não o fizeram, sob pena de ser considerado parcial. O político solidário está unido à coletividade partilhando com ela de suas idéias e ideais. Todos com uma mesma finalidade.

O político solidário não é aquele que se compadece das atribuições dos seus pares, ao contrário, ele sente que o outro sofre e quer ajudá-lo. O administrador público solidário entende importante a opinião da sociedade que comanda.

Por essa razão ele ouve a sociedade quando atende diretamente os cidadãos, quando realiza campanhas em que os indivíduos podem manifestar-se ou quando delega funções a assessores de sua confiança para que ouçam o que as comunidades têm a dizer e depois lhe repassem para tomada das medidas necessárias e cabíveis.

4.7 O denominado *ethos* de ‘chefe’

O *ethos* de *chefe* trata da imagem de identificação ligada aos cidadãos. O *ethos* de *chefe* é uma construção elaborada para o outro, no caso o enunciário, para que ele acabe por aderir a esta imagem irracional do outro idealizado. O político ocupa um determinado cargo graças à confiança que lhe foi depositada pelos cidadãos. É ao povo que o elegeu a quem o político deve prestar contas.

Em um governo democrático se faz mister respeitar que ele é formado para o povo, pelos representantes do povo e sua finalidade é zelar pelos interesses comuns desse mesmo povo. Não é fácil a aplicação dessa máxima na prática. As pessoas decidem viver em conjunto porque juntas elas conseguem superar mais obstáculos, mas é cediço que cada uma delas tem seus interesses próprios. Mas como podem, então, viver em conjunto? O povo, no regime de governo democrático, precisa de instituições fortes e necessita também que tais instituições sejam comandadas por pessoas cujo estereótipo seja aquele ligado ao de 'chefe'. Por essa razão é fundamental que vejamos algumas considerações sobre essa construção de uma imagem 'representada por um outro si-mesmo idealizado' (CHARAUDEAU, 2008, p. 153).

O *ethos* de *chefe* pode ser identificado por meio de algumas manifestações. A primeira delas é a que trata do chamado *guia supremo*. A sociedade, seja ela qual for, familiar, religiosa, entre outras, sente necessidade de possuir um guia ou um direcionador. Esse guia detém a capacidade de direcionar o andamento dessa sociedade. Se o caminho for vitorioso esse guia passará a ser um herói e o contrário também poderá ocorrer. Então, será chegada à hora de escolher um outro guia.

Não raro, as pessoas podem sentir-se inseguras por não terem alguém para conduzi-las porque, uma vez que as instituições democráticas devem ser comandadas por cidadãos eleitos para essa função, quando isso não acontece parece que a sociedade fica acéfala.

É o guia quem informa que as instituições e seus estatutos devem ser respeitados acima dos interesses de cada um dos membros da sociedade. E

caso alguém assim não entenda, medidas punitivas serão tomadas contra essa pessoa. Frisamos que nos regimes democráticos o Estado está acima de qualquer coisa, isto é, os interesses coletivos são maiores que os interesses individuais. Com base nessa máxima, o poder público, por intermédio de seu 'guia', pode desapropriar, requisitar e tomar imóveis, por exemplo. Ocorre que esse guia também pode ser um ser *abstrato*.

Porém, essa abstratividade necessita ser figurativizada, caso as culturas assim o permitam. Essa manifestação do *guia supremo*, que auxilia na construção do *ethos* de *chefe*, possui algumas variações segundo Patrick Charaudeau com o qual concordamos. Esse *guia* pode ser entendido como '*guia-pastor*, como *guia-profeta* e como *guia-soberano*'. O chamado *guia-pastor* é aquele que indica o caminho por meio do qual suas 'ovelhas' devem seguir. Ele é calmo, manso e adota a pacificação como filosofia sempre fazendo uso do diálogo como mecanismo de disseminação de eventuais conflitos.

O *guia-profeta*, como próprio nome indica tem o dom de profetizar indicando movimentos sempre manifestos para o futuro. Trata-se de uma espécie de empreendedor futurista, muitas vezes solitário em suas idéias que parecem mirabolantes. Certamente o *guia-pastor* tem maiores chances na política do que o *guia-profeta*.

[...] a figura do profeta é uma tentação permanente para todo político na medida em que ela constrói, ao mesmo tempo, uma imagem de "pai" e de "inspirador do espírito", que propõe ao povo uma possibilidade de redenção, com a condição de que este o siga (CHARAUDEAU, 2008, p. 156).

Por derradeiro, a terceira e última variação do *ethos de chefe* é denominada *guia-soberano*. O líder soberano tem profundo conhecimento da máquina administrativa e seu procedimento na maioria das vezes burocrático. Ele polemiza com seus supostos adversários e não se deixa levar por burburinhos sem a menor consistência real. É preciso cuidado no que concerne a essa variação do *ethos de chefe*. O *guia-soberano* não está distante do povo, está longe sim, das arapucas armadas por seus adversários.

O líder soberano tem sensibilidade, não é arrogante e se comove face às reivindicações da população. O líder soberano não é apático às manifestações contrárias às suas ações, mas sabe a hora de responder e como deve fazê-lo. O silêncio é um grande aliado assim como o uso da linguagem. O grande segredo é saber quando e em que proporção o silêncio deve ser usado. Falar demais pode ter um efeito avassalador sobre a imagem do político, mas falar pouco pode ser compreendido como impotência ou desconhecimento do assunto. Caso assim não proceda, correrá sério risco de ser visto convencido, arrogante e insensível. O *guia-soberano* comanda a sociedade por meio da instituição que representa com garra e perseverança sempre pensando no bem estar de todos.

Por outro lado, sabe arrepender-se quando algumas de suas tentativas de ação social não tenham logrado êxito. Os enunciatários, no caso a sociedade, o perdoarão porque o guia tentou e não conseguiu, mas fez uso de todos os mecanismos que podia para tentar reverter o quadro situacional.

Tudo em política é uma questão de discurso comedido. Tudo é uma questão de retórica, argumentação, persuasão e *ethos*, construído em um contexto histórico. É exatamente um pouco da história de São Caetano do Sul e das realizações do Prefeito Municipal que tratamos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V

FATOS HISTÓRICOS e as AÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Nós percebemos que, aos olhos eleitores, os problemas importavam menos que a personalidade, a autoridade, a competência do candidato [...] As pessoas acham os problemas complicados demais. O que elas desejavam era acima de tudo um líder no qual pudessem confiar (Gerald Rafshoon, conselheiro de Jimmy Carter).

5.1 São Caetano do Sul: Fatos históricos

O objetivo deste capítulo, em um primeiro momento, é contar um pouco da história de São Caetano do Sul mostrando o seu surgimento, sua emancipação e algumas de suas características. Em um segundo momento, descrevemos algumas iniciativas da atual administração, mostrando que o Prefeito Municipal de São Caetano do Sul não chegou a um lugar de destaque no Estado de São Paulo por acaso.

O nome São Caetano tem origem em uma fazenda homônima estabelecida na região no ano de 1631 por frades beneditinos. Antes da vinda dos primeiros imigrantes italianos oriundos do norte da Itália, mais precisamente da região de Vêneto, em 1877, esse local já tinha seu valor histórico.

O denominado Bairro Fundação foi o primeiro núcleo colonial formado por esses imigrantes e cresceu ao redor da Igreja de São Caetano, a matriz religiosa mais antiga da cidade, construída, então, pelos frades beneditinos.

Com o crescimento da cidade e do número de habitantes, a Paróquia São Caetano tornou-se pequena. Por essa razão foi, então, construída a nova Igreja Matriz que recebeu o nome de Sagrada Família, em alusão ao nascimento do Menino Jesus, e foi inaugurada em 1936. Essa Igreja foi edificada com tijolos fabricados no próprio município, pois, com a imigração italiana, além de outras atividades, chegaram as olarias. As olarias, por sua vez, empregavam várias pessoas que muitas vezes preferiam morar próximas de seu trabalho. Essa foi uma das razões pelas quais a cidade começou a se formar.

O denominado Marco Zero da cidade está localizado na Praça Cardeal Arcoverde e foi construído em torno da nova Igreja Matriz para direcionar melhor o município nessa fase de seu desenvolvimento e expansão.

O complexo industrial das *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* foi instalado em São Caetano, no bairro Fundação, em 1913. Por mais de sessenta anos a *Matarazzo* permaneceu na cidade e produziu produtos químicos, visco-seda e cerâmica.

Com o passar dos anos, o primeiro bairro formado em São Caetano do Sul, o bairro da Fundação, passou a ser um centro de referência para pesquisas históricas da cidade.

O palacete onde se encontra instalado, atualmente, o Museu Histórico Municipal foi construído por uma das famílias de imigrantes italianos que chegou à cidade como colonizadores, aos 28 de julho de 1877, data da comemoração de aniversário da cidade.

No Museu, as fotos dos colonizadores que chegaram ao fim do século XIX encontram-se dispostas ao lado dos objetos das olarias, das ferramentas e peças sacras que ajudam a compreender o início da história do município.

Em 1930, ocorreu a instalação da fábrica da empresa automobilística *General Motors do Brasil* no denominado bairro Santa Paula. Com essa

chegada ocorreu um grande desenvolvimento não só para a cidade, mas para toda a região. Desenvolvimento esse que trouxe a instalação elétrica, mais e maiores opções de empregos diretos e indiretos e o conseqüente crescimento populacional. Era a indústria automobilística crescendo junto com a cidade. No dia 12 de agosto de 2010, a *GM do Brasil* completou 80 anos de sua inauguração oficial na cidade.

Outro bairro importante é o Cerâmica, que se desenvolveu a partir da fábrica 'Cerâmica São Caetano'. Ela foi fundada em 1913 e ficou conhecida pelos ladrilhos, telhas e tijolos produzidos, muitos dos quais ajudaram na construção do Museu do Ipiranga em São Paulo. Devido à qualidade do material, à época, que chegou ao padrão de excelência, era comum a denominação 'do tipo São Caetano', modelo que as olarias concorrentes deveriam atingir. A Cerâmica São Caetano extraía sua valiosa argila de um espaço que ficou conhecido como 'buracão da Cerâmica', uma vez que com a contínua extração o local se transformou em uma cratera. Em meados da década de 70, esse lugar passou a abrigar um espaço para recreação e, posteriormente, lá foi construída uma grande área de lazer para a população denominada *Espaço Verde Chico Mendes*. Hoje, anexo ao *Espaço Verde Chico Mendes* está localizado o Paço Municipal, sede do Poder Executivo da cidade, além de outras diretorias importantes para o desenvolvimento logístico da máquina administrativa. Bem próximo também dessa imensa área verde e do Paço Municipal encontramos o Departamento de Água e Esgoto do Município de São Caetano do Sul. Trata-se de uma autarquia municipal cuja finalidade é a distribuição adequada e fiscalização do volume de água de cada residência do município.

Depois do transcurso de diversas mudanças territoriais nas quais São Caetano pertenceu a São Paulo, a São Bernardo do Campo e a Santo André, chegando a ser um subdistrito dessas cidades, o povo local começou a pleitear por sua emancipação.

Devido à iniciativa do Engenheiro Armando de Arruda Pereira, então diretor da *Indústria Matarazzo*, e com a criação do *Jornal de São Caetano*,

importante instrumento de comunicação e conscientização política, o desejo da população ganhou força por seus direitos de emancipação.

Os moradores, maiores de 18 anos, brasileiros ou estrangeiros, deveriam manifestar sua opinião acerca da autonomia da cidade por meio de um plebiscito enviado e votado pela Assembléia Legislativa.

A consulta foi realizada no dia 24 de outubro de 1948 e deu uma vitória considerável aos emancipacionistas: 8.463 votos a favor da emancipação e 1.029 contra a emancipação. São Caetano estava emancipada.

‘O município passou a possuir, oficialmente, o nome São Caetano ao qual foi adicionado do Sul para diferenciá-lo da cidade homônima que existe no Estado-membro de Pernambuco’ (Revista Novo Tempo – São Caetano mais perto de você, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 2007, p. 70).

5.2 Ações do prefeito municipal de São Caetano do Sul

Sabemos que São Caetano do Sul passou por muitas mudanças ao longo dos seus 133 anos de existência, completados no ano de 2010. Chamamos atenção, porém, para as ações do Prefeito Municipal José Auricchio Júnior enquanto responsável, ao longo dos seis últimos anos, não só pela manutenção dos bons serviços públicos prestados, mas também como idealizador de políticas públicas que só fazem aumentar a qualidade de vida da população elevando o grau de importância da cidade que passa a ser um modelo para todo o país. Esse é um caso que merece nossa atenção, pois ele é a base da presente tese.

A cidade de São Caetano do Sul possui um mercado com grande potencial de consumo nacional além de ser a cidade com as melhores condições de vida do Estado de São Paulo. Com cerca de 150 mil habitantes, em uma área de 15 km² possui infra-estrutura invejável em termos de comunicação, sistema viário (transporte coletivo), de saúde, educacional, e

serviços básicos. A cidade se caracteriza pelo crescimento vertical (prédios residenciais e comerciais), pela localização geopolítica privilegiada na região de maior destaque econômico do País e, especialmente, pelos recursos humanos de notável qualidade cuja atuação profissional vai além de suas fronteiras.

O Município detém o título de melhor cidade brasileira no que concerne ao denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), e possui o menor índice de exclusão social do país. Além disso, está entre os 60 (sessenta) municípios com o maior índice de Desenvolvimento Infantil de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Há dois anos, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) iniciou um levantamento sobre todos os municípios brasileiros levando em consideração critérios ligados à moradia, educação, saúde e segurança, divulgando o resultado final que mostra a qualidade de vida em São Caetano do Sul. O resultado da pesquisa realizada por essa entidade foi divulgado no Jornal Nacional no programa que foi ao ar no dia 22 de agosto de 2009 revelando os seguintes dados concluídos pela pesquisa:

‘Estão no interior as melhores cidades para se viver. Essa é a conclusão de uma pesquisa sobre a qualidade de vida nos municípios brasileiros. Nem São Paulo, nem Rio de Janeiro. Nenhuma das grandes metrópoles brasileiras. A melhor cidade para se viver no país é São Caetano do Sul, no ABC Paulista e a educação é mesmo um dos itens para definir a qualidade de vida de uma cidade’.

Essa conquista não se deu por acaso. Ela é, antes de tudo, resultado de um trabalho incansável, dedicação intensa e, acima de tudo, persistência. São Caetano do Sul é motivo cada vez maior de orgulho para seus habitantes que já estão ficando acostumados com índices positivos e conquistas cada vez mais representativas para toda coletividade. Isso não quer dizer que não existem problemas, ao contrário. Isso quer dizer que, em São Caetano do Sul, o trabalho é realizado com base em agenda positiva, pois as ações que estão

no caminho certo continuam no mesmo ritmo e aquelas que não estão, acabam sendo redirecionadas. Não existem lamentações e sim realizações.

Por ser uma cidade considerada de pequeno porte pode parecer que é de fácil administração. Não é bem assim! Desde a vinda dos primeiros imigrantes italianos para essa região a população tem se mostrado muito exigente. Não basta que o chefe do Poder Executivo Municipal seja um bom prefeito. É necessário que ele seja um administrador com visão de futuro, sempre encontrando soluções profissionais e criativas para tornar o convívio social cada vez mais harmonioso. Afinal, as pessoas decidem viver juntas, mas conviver em conjunto exige muitas habilidades. Nesse ponto, reside o mérito das gestões à frente do Poder Executivo Municipal de José Auricchio Júnior. Na primeira eleição obteve cerca de 46% dos votos do eleitorado sulsancaetanense, mas, quando de sua reeleição, em 2008, confirmou as expectativas sedimentando não só a identificação como a credibilidade dos munícipes com relação às ações realizadas e, hoje, ocupa novamente o cargo de Prefeito com a votação de 78% da população votante. Na primeira administração (2005-2008) e nesta segunda, iniciada no ano de 2009, o prefeito tem lançado à sua equipe de governo desafios cada vez mais estimulantes. Esse é o pensamento de um gestor do século XXI que trabalha para a sociedade e com a sociedade, realizando várias ações importantes que vão ao encontro das palavras proferidas em seus discursos.

‘Seja no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no levantamento da respeitadíssima agência classificadora de risco de crédito Austing Rating, ou ainda em várias pesquisas de abalizados institutos de opinião, os indicadores nos últimos anos têm sido unânimes: a São Caetano do prefeito José Auricchio Júnior (PTB) é a melhor cidade do país para se viver’.

Para corroborar tal assertiva, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) acaba de apontar São Caetano como a melhor cidade do ABCD e a quinta do País para se fazer carreira. Isso sem contar os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que colocam São

Caetano com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e um dos melhores do mundo.

Para coroar todo esse quadro, um dado ainda mais significativo, que vem reafirmar o compromisso com a sustentabilidade, que significa demonstração de respeito para com o planeta e com as futuras gerações: São Caetano é a primeira cidade brasileira a cumprir um dos principais objetivos do milênio para a humanidade, que é o de ter 100% de seu esgoto tratado. (Revista *ABCD Real*, 2009, p. 6).

No que concerne à importância das realizações das ações propostas pelo Prefeito Municipal de São Caetano do Sul temos a oportunidade de expor e explicar algumas delas, principalmente as que ocorreram entre 2009 e 2010. Vejamos:

No ano de 2009 ocorreu uma reforma Administrativa implantada pelo Prefeito: 'Com a criação das secretarias demos mais agilidade à máquina administrativa, o que beneficia diretamente a população'.

O Prefeito Auricchio entregou, em 2009, diversas obras. Dentre elas destacamos: a reforma de duas escolas municipais, a Farmácia Municipal, a unidade de Saúde Oftalmológica, o 4º Centro Integrado de Saúde e Educação da Terceira Idade e o Centro Municipal de Reabilitação. Ele ainda reformou dez praças municipais, entregou a nova Câmara Municipal totalmente reformulada e ampliada, além do Plenário dos Autonomistas.

Na área ambiental, foram diversos os avanços no ano de 2009. A Prefeitura implantou a denominada coleta 'porta a porta' em alguns bairros da cidade, isto é, a população faz a coleta seletiva de lixo e o caminhão passa para efetuar o recolhimento. Outro serviço implantado foi o 'disque plantio de árvores' sendo certo que, até o momento, foram plantadas mais de mil árvores. Além disso, foi feita a inspeção veicular na frota utilizada pela Prefeitura. Tudo visando o desenvolvimento sustentável e maior qualidade de vida para a população.

Outra área de grande destaque, durante o ano de 2009, foi o desenvolvimento econômico. O município ganhou uma Agência de Desenvolvimento Econômico no bairro Prosperidade e sua função é fomentar o intercâmbio entre os municípios vizinhos visando a obtenção de mais vagas de empregos. Outra novidade foi a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, além do programa de incentivo à Micro e à Pequena Empresa. A inovação também ficou por conta do programa Pague Fácil, que permitiu o parcelamento de débitos.

Foram abertas também 800 vagas para cursos de extensão profissional. Estima-se que quatro mil pessoas foram beneficiadas com o programa 'Graduar' que oferece bolsas de estudos e, além disso, foram abertas 300 vagas para o programa 'Agente Cidadão Sênior'.

Ainda segundo o Prefeito, o ano de 2009 fechou com 'chave de ouro'. Além de vários prêmios conquistados, Auricchio entregou uma das mais importantes obras da história de São Caetano do Sul, qual seja: a cidade passou a ter 100% de seu esgoto tratado e coletado. Frisamos que essa realização tem sido sentida.

Entre os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010, o Estado de São Paulo jamais viu tanta chuva e vieram à tona as grandes enchentes. Certamente, a coleta e o tratamento de todos os dejetos produzidos no município constituem uma grande realização efetuada com muito esforço, mas que produzirá um enorme legado para as gerações futuras.

Com conquistas comparadas somente às de cidades de primeiro mundo, o prefeito avalia que 2009 'foi um ano muito positivo, com grandes conquistas'. Ele afirma que esse resultado é fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido há 5 anos desde que assumiu, em 2005, o comando do Executivo Municipal.

No que concerne ao título de melhor cidade para se viver, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, acima mencionada, salientamos que a pesquisa encontra base nos índices divulgados pelo Governo Federal e por essa razão começou a ser feita desde o ano de 2006. Somente no ano de 2009 foi possível reunir dados oriundos do Ministério da Educação, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social, para a divulgação do resultado.

São Caetano também foi eleito o melhor município do ABCD e o quinto melhor do País para trabalhar. A avaliação é fruto da oitava edição da pesquisa 'As 100 Melhores Cidades para Fazer Carreira', coordenada pelo professor Moisés Balaciano, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e publicada pela Revista 'Você S/A'. Este levantamento leva em consideração três indicadores: Educação, Vigor Econômico e Serviços de Saúde e foi desenvolvido em 127 cidades de todas as regiões do Brasil (Revista ABCD Real, 2009, p. 7).

A Administração Pública Municipal é sempre parceira em projetos que visem melhores condições de trabalho, pois o Prefeito de uma cidade precisa ser um empreendedor e é exatamente esse o papel do prefeito José Auricchio Júnior, sempre criando oportunidades, seja por meio de parcerias, seja por meio do oferecimento de cursos de reciclagem, entre outras ações, o que torna possível uma melhor qualidade de vida. Um dos exemplos que podem ser citados diz respeito ao Fundo Social de Solidariedade, comandado pela Primeira Dama do Município. No local, são realizadas várias atividades, dentre elas a ministração de cursos que oferecem a oportunidade para pessoas mais carentes realizarem um aperfeiçoamento em seus conhecimentos e, fazendo uso deles, poderem aumentar a renda familiar. Outro fator fundamental para o sucesso da Administração Municipal é o investimento realizado na área da Educação. A Constituição Federal, em seu artigo 212, *caput*, estabelece:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Administração Municipal, sabedora que é da importância dessa área, investe muito mais do que o mínimo estabelecido pela Constituição Federal em educação.

O investimento abrange desde o ensino infantil até o ensino superior, passando também pelas escolas em período integral e toda rede complementar. Isso sem falar na qualidade do ensino. A cidade foi apontada, em 2008, como líder em escolaridade entre todos os 645 municípios do Estado de São Paulo pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), tendo sido o primeiro neste índice nos cinco anos em que o levantamento foi realizado.

A cidade também ostenta o título de município livre do analfabetismo, concedido em 2007, pelo Ministério da Educação, entre todos os municípios brasileiros. A mais recente iniciativa da atual gestão municipal na área da educação foi a concessão de uma bolsa de estudos, aos estudantes da rede municipal de ensino, para realização de cursos de língua estrangeira. O estudante, desde que cumpridas algumas formalidades, recebe a bolsa para estudar em escolas particulares da cidade. Assim, os estudantes podem aprender ainda mais e melhor outro idioma, além da geração de empregos diretos e indiretos que essa iniciativa do poder público pode proporcionar.

O Poder Público também investe na área da saúde com a entrega de novos equipamentos e a melhoria dos existentes. O investimento nesse seguimento fez com que São Caetano fosse apontada em julho de 2009, como município com menor índice de mortalidade infantil no Estado de São Paulo. Na cidade, a média é de 4,1 óbitos de crianças menores de um ano para cada mil bebês nascidos vivos, índice comparado ao de países desenvolvidos como Alemanha, Áustria, Bélgica e Dinamarca e menor do que o dos Estados Unidos (7 por mil), Canadá e Reino Unido (5 por mil). Segundo o relatório denominado 'Situação Mundial da Infância' de 2009 da Unicef – o índice médio do Brasil é de 19,3 e no Estado de São Paulo, 12,5 mortes para cada mil nascidos.

Destacamos, também: o 'Projeto Amanhã Será Melhor' que ofereceu, no mês de abril de 2009, exames oftalmológicos a 399 crianças entre 6 e 8 anos e que estudam em unidades de ensino do município e distribuiu gratuitamente óculos aos pequenos que dele necessitavam; a criação Programa 'Gente Cuidando de Gente' que facilita ainda mais o acesso dos moradores ao sistema público de saúde de São Caetano do Sul; o XXII Curso de Gestantes; o Programa de Humanização do Sistema de Saúde que busca padronizar e aprimorar ainda mais o atendimento oferecido aos usuários da rede municipal; o teste do pezinho passa a ser responsabilidade da rede pública (Centro de Referência Pós-Natal) além de outras iniciativas.

O município é o segundo mais seguro do país para jovens de 12 a 29 anos, de acordo com pesquisa realizada em 266 cidades com mais de 100 mil habitantes de todo o Brasil. O trabalho foi coordenado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e diagnosticou até o final de novembro de 2009 a questão da exposição do jovem brasileiro à violência.

A cidade recebeu o certificado 'Município Verde Azul' que faz parte de um projeto da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo focado na avaliação do desempenho ambiental dos municípios. São Caetano garantiu uma pontuação de 86,72 no *ranking* ambiental e ficou com a segunda colocação entre as cidades da Região Metropolitana.

No campo esportivo, a cidade sediou e conquistou seu 13º título de campeã geral da 73ª edição dos Jogos Abertos do Interior, em 2009, mas, antes, em Santo André, faturou os Jogos Regionais.

A cidade ganhou o denominado 'Profamília' que é o maior programa social da história do município. No ano de 2009 a Prefeitura promoveu o recadastramento do projeto, com aumento dos beneficiados. Em sua estrutura o 'Profamília' abrange quatro projetos, quais sejam: auxílio-medicamento para idosos (MAIS Medicamento); complemento na cesta básica (MAIS Alimento); vagas para Frente de Trabalho (MAIS Emprego); e subsídio para famílias com estudantes na rede municipal de ensino (MAIS Renda para o Estudo). Os

benefícios são concedidos por meio de cartões eletrônicos, de diferentes modelos para cada tipo de projeto.

Salientamos, ainda, duas iniciativas da Administração Municipal que merecem ser consideradas. A primeira delas diz respeito ao denominado *bairro-a-bairro*. Por essa iniciativa, durante um final de semana por mês, todas as diretorias saem de seus gabinetes e se instalam em um dos bairros da cidade. Assim é possível não só ao Prefeito, mas a todos que o assessoram, conversarem com a população mais diretamente. Outra iniciativa importantíssima é a designação de *audiência pública* para discussão de eventuais controvérsias em um ou outro bairro da cidade acerca de projetos que possam ser instalados. Assim, toda população participa podendo dar sua sugestão ou fazer sua crítica.

O prefeito continuou destacando a cidade com dois grandes prêmios conquistados, um no âmbito estadual e outro no federal: o Prêmio de Prefeito Empreendedor (SEBRAE-SP) e Prêmio Nacional Prefeito Empreendedor Destaque Desburocratização (SEBRAE).

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano de 2009 a administração Auricchio já conquistou e realizou diversos programas sociais e eventos em benefício da cidade e da população de São Caetano do Sul. Destacamos que a Prefeitura já beneficiou 622 famílias com cartões 'MAIS Alimento' para a compra de comida, produtos de limpeza, higiene pessoal, e também com 250 cartões 'MAIS medicamento' que disponibilizam a quantia de \$50,00 reais mensais para aquisição de medicamentos que não são fornecidos pelo poder público. Além disso, lançou o 'Programa Amigo do Idoso' (PAI) com o intuito de promover ações para a inclusão do idoso capacitando servidores dos segmentos público e privado da sociedade para melhor atender esta camada da população.

No ano de 2010 o prefeito José Auricchio Júnior prosseguiu o trabalho intenso para fazer com que São Caetano continuasse a conquistar espaço entre os melhores municípios do país e que sua população sentisse, ainda,

mais orgulho de sua cidade: 'Como sempre as prioridades continuarão a ser Educação e Saúde, áreas onde temos investido valores superiores aos previstos pela Constituição Federal', afirma o prefeito.

Apenas para ilustrar as ações, no mês de outubro de 2010, a Prefeitura entregou 7 mil *netbooks* para os alunos do Ensino Fundamental, em uma parceria com a 'Positivo Informática' que cuida de Tecnologia Educacional. Esse projeto recebeu o nome de 'Aprender Mais São Caetano' que também conta com a instalação de outros equipamentos tecnológicos tais como lousas virtuais e interativas. Segundo informações da Diretora de Comunicação da Prefeitura, 'trata-se do maior investimento em educação na história de São Caetano do Sul'.

Por todas essas ações, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio de seu titular, o Prefeito José Auricchio Júnior, tem tido cada vez mais êxito. Isso se reflete na população que, em sua maioria, aprova essa gestão.

Todas as pessoas estão predestinadas ao exercício de uma determinada função. Parece-nos que o Prefeito de São Caetano do Sul encontrou a sua função no exercício do cargo público. Por outro lado, resta claro ao Prefeito que, se aquele que detém o poder desliga-se da maioria, que possui desejos e crenças, certamente corre o risco de ser substituído por outro que atue e fale em consonância com essas vontades.

Por essa razão não está só em questão a pura capacidade de resolver problemas. Mais ainda deve ser considerado: o saber, querer e fazer do político estão também na construção de uma imagem de si em face de seu auditório, na intuição das oportunidades e na capacidade de persuasão e mobilização da sociedade. Claramente, basta lançar um breve olhar ao uso corrente da retórica política do Prefeito para nos darmos conta do manifesto aproveitamento das suas potencialidades para gerar comportamentos agregadores e consensuais.

É isso que acontece não só nas conversas diárias dos cidadãos nas ruas, clubes e mercados, mas entre os próprios assessores do Gestor Municipal que não medem esforços para tentar solucionar eventuais controvérsias. O regular exercício de uma função pública, do porte da chefia do Poder Executivo de um município é, por natureza, uma prática discursiva que se inscreve na categoria do diálogo em seu sentido mais amplo, cuja maneira, o significado e a importância sempre dependem de uma prévia avaliação do humano, ou seja, dos sujeitos que a protagonizam.

É a relação sincera existente entre esses sujeitos do discurso, no Município de São Caetano do Sul, que torna a administração vitoriosa.

É preciso quebrar o suposto paradigma de que, em política, as coisas continuam a ter o seguinte fundamento: aquele que detém o poder, debate para o exercer e aquele que não o tem, discute para conquistá-lo. A sociedade é muito maior do que tais mesquinhas. Em São Caetano do Sul as ações controvertidas são discutidas entre enunciador e enunciatários por meio da prova da verdade dos fatos.

Neste capítulo elencamos, primeiramente, alguns dos mais importantes dados históricos acerca da cidade de São Caetano do Sul. Depois, abordamos algumas das principais ações do Prefeito Municipal enquanto titular do Poder Executivo, procurando mostrar suas ações e os efeitos que elas têm junto aos moradores da cidade.

No capítulo seguinte trabalharemos com os discursos de posse propriamente ditos mostrando as categorias que pretendemos analisar.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DO PREFEITO DE SÃO CAETANO DO SUL

Somos autores do quadro atual, somos responsáveis por ele (CORTELLA e RIBEIRO).

6.1 As categorias objeto de análise

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise dos constituintes da retórica em conjunto com a construção do *ethos* do Prefeito José Auricchio Júnior em sua trajetória política, tendo como *corpus* do presente trabalho seus discursos de posse como Prefeito Municipal de São Caetano do Sul proferidos, respectivamente, em 2005 e, em 2009.

A construção do *ethos* por meio do discurso retórico argumentativo, ao qual o *corpus* analisado pertence, faz com que os discursos políticos, responsáveis pela produção deste texto, apresentem um objetivo bem preciso e específico: obter a adesão e conseqüente aceitação dos ouvintes.

Nossa análise é dividida em dois momentos, isto é, as categorias analisadas no presente capítulo encontram-se divididas em duas partes distintas.

Na primeira parte analisamos nos dois discursos de posse a presença dos constituintes da retórica sendo certo que eles, ainda hoje, encontram-se

presentes na construção dos discursos políticos, mesmo depois de tanto tempo de sua formulação por Aristóteles.

Na segunda parte deste capítulo analisamos as feições do *ethos* do Prefeito Municipal de São Caetano do Sul, em cada um dos discursos proferidos, e sua adequação aos gêneros de *ethos* vistos no capítulo IV, quais sejam: *ethos de credibilidade* e *ethos de identificação*. Mostramos por meio de partes dos textos a perfeita consonância entre esses gêneros de *ethos*, com seus respectivos desmembramentos, e o que foi dito pelo Prefeito. Sendo assim, a imagem de José Auricchio Júnior se constrói na relação existente entre seus discursos e suas ações.

Salientamos que, antes da análise propriamente dita, apresentamos as condições de produção de cada discurso, considerando sua importância para a análise.

6.2 Condições de produção dos discursos

O primeiro discurso analisado, tanto no que concerne aos procedimentos da retórica quanto na questão do *ethos*, foi aquele que aconteceu no dia 01 de janeiro de 2005, na primeira vez em que José Auricchio Júnior venceu as eleições para Prefeito Municipal de São Caetano do Sul.

O pleito, que ocorreu em outubro de 2004, ficou marcado porque o Prefeito à época, Luiz Olinto Tortorello, encontrava-se muito doente e veio a óbito um pouco antes da posse de seu candidato. Tortorello era um político experiente e já havia sido prefeito da cidade por três vezes. Ele participou da campanha de Auricchio, pelo menos enquanto conseguiu fazê-lo.

Como seu estado de saúde se agravou ele teve que ser internado sendo certo que o candidato da situação, já bem próximo do dia da votação, teve que desenvolver suas habilidades políticas ainda mais depressa. José Auricchio Júnior, por outro lado, já tinha ocupado cargos públicos como médico e

posteriormente como diretor da saúde, mas ainda não tinha ocupado um cargo eletivo.

A candidatura de Auricchio defendia posições democráticas representadas pelo *slogan* 'Continuando no caminho certo' e era formada por vários partidos, sendo o principal deles o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido ao qual o Prefeito sempre pertenceu enquanto ocupante de cargos públicos.

Por outro lado, o povo sulsancaetanense não estava tão familiarizado à sua figura. Além disso, enquanto candidato, Auricchio teve alguns adversários para enfrentar. Mesmo tendo sido indicado pela situação, o trabalho na construção de sua imagem, em conjunto com sua retórica e poder de persuasão, foi intenso. Era fundamental que o povo se identificasse com o *ethos* por ele construído ao longo de sua campanha e com a linguagem por ele desenvolvida, enquanto ato de comunicação, no sentido de conseguir obter a persuasão dos munícipes.

O segundo discurso analisado foi aquele que aconteceu no dia 01 de janeiro de 2009, quando do segundo mandato de José Auricchio à Chefia do Poder Executivo no Município de São Caetano do Sul. A campanha eleitoral foi inevitável mesmo em se tratando de uma reeleição, o que é permitido pela Constituição Federal de 1988 uma única vez.

De acordo com uma 'agenda estratégica' elaborada por uma equipe de profissionais escolhidos pelo então candidato, as prioridades para o quadriênio (2009-2012) estariam voltadas, principalmente, para áreas como moradia, saúde e educação. Mais uma vez, vários partidos participaram dessa coligação, principalmente o PTB, e todos trabalhavam sob o *slogan* 'Por uma São Caetano que trabalha pelo futuro'.

Já com uma imagem mais consolidada em face da população, o candidato precisava, então, demonstrar que permanecia digno de crédito para continuar ocupando o cargo que havia sido seu nas eleições anteriores.

Ambos os discursos se caracterizam por serem de cunho bastante argumentativo e com trechos bem acentuados dos dois grandes gêneros de *ethos*.

É o que passamos a ver nos ítems que se seguem.

6.3 Análise dos discursos de 2005 e 2009 à luz dos constituintes da retórica

Sendo um dos objetivos do nosso trabalho procurar reconhecer as questões importantes que se vinculam ao discurso retórico argumentativo, natural que déssemos a necessária atenção aos principais constituintes da retórica, enquanto base para a Análise do Discurso, considerando a construção do *ethos* do político.

‘A arte do discurso político é a arte de dirigir-se ao maior número de indivíduos para fazê-los aderir a valores comuns’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 241).

Nossa intenção é mostrar, em linhas gerais, como o *corpus* escolhido está totalmente vinculado à retórica argumentativa e como ele se encaixa nas etapas estudadas no capítulo III.

‘Vemos, pois, a importância da retórica ressurgir, não mais como uma classificação de figuras de estilo, mas vista como a argumentação que, em graus variados, está subjacente a todos os discursos’ (PETRI, 1988, p. 47).

Apresentamos os discursos de posse proferidos, respectivamente, em 2005 e 2009, em consonância com os principais cânones que explicam os gêneros discursivos e seus aspectos mais relevantes de acordo com a retórica. Então, vejamos:

Em seu primeiro discurso de posse como Prefeito (2005) notamos a *inventio* enquanto um dos constituintes dar retórica. Sabemos que ela está dividida em dois momentos: o momento de *comover* e o momento de *convencer*. Sua finalidade está destinada a explicar um gênero discursivo estabelecendo seu conteúdo e, seu fundamento reside predominantemente na descoberta de argumentos, sendo certo que no texto abaixo transcrito salientamos o sentido mais destinado ao *comover* do que ao *convencer*. Vejamos:

‘Os compromissos assumidos nos palanques, nas praças, nas esquinas e nas ruas **me tocarão**, a todo momento, **como força de impulsão que ousamos despertar nos moradores** de São Caetano do Sul’.

Sabemos que, ao falarmos da *inventio*, o *comover* se condiciona mais às provas que não têm força lógica e considera a condição psicológica do enunciatário.

Quando falamos em *comover*, nos referimos ao modo de persuasão pelo coração.

No *comover* a afetividade leva o destinatário do discurso a aderir ao ponto de vista do enunciador. No trecho abaixo tal assertiva resta evidente corroborando com o acima transcrito uma vez que, nunca tendo ocupado cargo eletivo, nada mais natural que as suas primeiras palavras, como candidato eleito, fossem no sentido de confirmar sua escolha pelo voto direto da maioria da população, deixando clara sua legitimidade para gerir os interesses da coletividade, buscando comover a todos. Vejamos outra parte desse primeiro discurso de posse, em que a descoberta de argumentos no sentido de *comover* resta nítida:

‘E faço questão de reiterar o juramento de Hipócrates, numa síntese admirável, de que **se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu, para sempre, a minha vida e a minha**

arte, com boa reputação entre os homens. Se o infringir ou dele afastar-me, suceda-me o contrário’.

Interessante notarmos o predomínio da manifestação de sentimentos nessa parte do discurso, o que leva a deixar claros os traços da subjetividade, bastante marcantes na personalidade da figura em destaque.

Já num segundo momento do discurso de posse de 2005, ainda falando da *inventio*, é possível verificarmos a intenção do autor configurada no propósito de convencer. O *convencer* nos mostra a intenção de adesão ao ponto de vista do enunciador por meio de provas lógicas, que podem ser indutivas como ocorre com os exemplos, ou dedutivas como ocorre com os argumentos. Vejamos:

‘A construção de um novo caminho, por alguém ainda jovem, que entende, compreende e interpreta os sentimentos e os anseios mais fortes da nossa coletividade e que aprendeu, como médico, a ver o ser humano na sua integralidade, com virtudes e fraquezas, capaz de gestos surpreendentes, apesar da incredulidade de muitos’.

Observamos a insistência do autor no sentido de propor-se como alguém cujo exemplo de vivência seja capaz de levar seus ouvintes ao convencimento transmitido pelas idéias veiculadas por ele. Vemos no exemplo citado acima a intenção de falar à razão do outro, no caso, os munícipes. Notamos, ainda, a manifestação clara do sujeito enunciador em mostrar argumentos mais lógicos aos enunciatários por meio de expressões direcionadas a esse tipo específico de auditório. Abaixo transcrevemos mais um trecho do discurso que nos mostra a intenção de convencer:

‘Queremos ir mais longe. Desejamos ver a sociedade mais integrada com a Administração mediante múltiplas formas de participação. Problemas de um bairro ou de uma rua podem e devem ser discutidos pelos moradores, antecipando-se, inclusive, à atuação da Prefeitura Municipal’.

‘Há, também, **o caminho da parceria**, que ganha contornos bem mais amplos e objetivos, posto que **amplia, consideravelmente, as possibilidades de colaboração entre a empresa Privada e o Poder Público**’.

Somos sabedores de que, ao final dos discursos, principalmente os de cunho político, as manifestações subjetivas, com o sentido de *comover*, reaparecem. Então vejamos as últimas considerações do primeiro discurso de posse:

‘Inteligente e generoso povo de São Caetano do Sul’.

‘É com amor à cidade, e respeito por cada um dos senhores, que juntos caminhamos na campanha eleitoral’.

‘Juntos discutimos os desafios da nossa cidade’.

‘Juntos somamos esperanças de um futuro melhor e, juntos, vamos governar São Caetano do Sul’.

‘E que Deus nos abençoe’.

Exposta a *inventio* no primeiro discurso de posse, passamos a transcrever trechos do discurso proferido em 2009 mostrando como o discurso político, em regra, mantém a tendência de seguir os constituintes da retórica.

É cediço que na *inventio* o enunciador busca deixar claras as idéias sobre as quais pretende discorrer. Sabemos que nela existem dois momentos distintos (*comover* e *convencer*), sendo certo que a vontade de comover por meio de uma linguagem mais afetiva e emocional aparece no início do discurso:

‘Esta é uma manhã muito especial para mim, porque representa a realização de mais uma importante etapa em minha vida: a concretização do sonho de novamente servir à

cidade onde nasci. Portanto, não poderia deixar de estar emocionado e honrado em ser empossado pela segunda vez Prefeito de São Caetano do Sul’.

E, aparece também, no final do discurso:

‘[...] após o encerramento de *minha missão* como Prefeito, em 2012, *seja onde eu estiver servindo*, seja como político, seja como médico, *serei acima de tudo um cidadão*’.

‘Obrigado a São Caetano do Sul. Estejam todos confiantes de que a coragem e identidade com minha cidade jamais me faltarão’.

Já a *inventio*, com sentido de *convencer* resta manifestada nos trechos a seguir transcritos do discurso de 2009, mostrando por meio de provas lógicas indutivas o desejo do autor do discurso em levar a plateia a aderir ao seu ponto de vista considerando os exemplos por ele expostos. Então, vejamos:

‘Em quatro anos demos um verdadeiro salto nesse setor. A começar pela *nossa capacidade de investimento*, que saiu de pouco mais de 3% do orçamento para cerca de 15%’.

‘O orçamento em si, perto de R\$800 milhões para 2009, é muito acima do projetado para 2005, quando assumi a prefeitura’.

‘Essa política econômica elevou São Caetano no ranqueamento de arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo, e também à 13ª colocação no ranking do PIB do Estado’.

Visto o primeiro cânon da Retórica nos dois discursos de posse passamos, então, à explicação do segundo constituinte da retórica aplicado ao *corpus* objeto de nossos estudos.

Com relação à *dispositio* podemos informar que seu fundamento reside na estruturação ou organização do conteúdo do discurso, salientando que ela se divide em quatro partes, quais sejam: *exórdio* (introdução), *narratio* (exposição dos fatos considerando as provas a serem produzidas), *confirmatio* (considera os argumentos produzidos pelo discurso) e o *epílogo* (reforço da boa impressão do orador). Mostramos, então, cada uma dessas subdivisões no discurso de 2005:

No *exórdio* (introdução) o que se busca é a sedução dos ouvintes por meio da empatia. Isso se dá através da manifestação de sentimentos do enunciador. Vejamos:

‘Porém, eu vejo [...] na **humildade** da descendência de imigrantes, **filho de uma classe média** que **aprendeu a necessidade imperiosa** da relação dos **valores sócio-educacionais** como **único meio de ascensão social**, valores esses inclusive que fazemos **absoluta questão de repassar aos nossos filhos**’.

No *epílogo* encontramos uma síntese dos tópicos mais importantes tratados até então e, novamente, uma retomada da emotividade com o objetivo de reforçar a boa impressão do orador, para que ele consiga a adesão do auditório. Vejamos:

‘**Três princípios nortearão a minha administração: desenvolvimento, transparência e solidariedade**’.

‘**Desenvolvimento** como expressão do **grande esforço que farei** para ampliar o mercado de trabalho em nossa cidade’.

'Transparência significa gestão aberta aos cidadãos e ampla publicidade dos atos administrativos'.

'E solidariedade, palavra chave na gestão moderna, síntese da ênfase social que terá a nossa Administração'.

Já a *narratio* e a *confirmatio*, partes explicadas no capítulo III encontram-se mais ligadas, respectivamente, à narração dos fatos levando-se em conta as provas lógicas e a conseqüente exposição persuasiva. A *narratio* deve ser clara e breve, além de preparatória para a *confirmatio*. Os trechos abaixo transcritos nos mostram a real aplicação de ambas:

'A saúde, como bem primeiro, será preocupação ininterrupta de nossa administração'.

'Aprimorar o que já existe, ampliar o que for necessário, agregar novos equipamentos e recursos exigidos pelas necessidades do cotidiano, sempre dinâmico na sua renovação e altamente específico nas suas finalidades'.

Passamos a mostrar a *dispositio*, e suas divisões, agora aplicada ao discurso de posse proferido em 2009.

A transcrição abaixo nos mostra o *exórdio* com o sentido de apelo aos sentimentos demonstrando que, mesmo depois de muitas ações concretizadas nos primeiros quatro anos de sua gestão, o Prefeito ainda se emociona:

'Senhoras e Senhores, bom dia'.

'Esta é uma manhã muito especial para mim, porque representa a realização de mais uma importante etapa em minha vida: a concretização do sonho de novamente servir a cidade onde nasci'.

‘Portanto, não poderia deixar de estar **emocionado e honrado** em ser empossado pela segunda vez Prefeito de São Caetano do Sul’.

Ao final do discurso de 2009, voltamos a nos deparar com a *dispositio*, mas agora no *epílogo*. Vejamos os trechos seguintes:

‘[...] **afirmo** que **dois valores me nortearam: a coragem e a identidade com a cidade**’.

‘**Coragem para enfrentar os desafios**’.

‘**E a identidade com São Caetano, que sempre cultivei** e que só aumentou nos últimos 04 anos’.

‘Porque **desde que me coloquei o desejo de servir a cidade** como agente político, **passei a entender muito bem que a identidade com a cidade faz enxergar de forma privilegiada o valor da diversidade [...]**’.

‘**Emocionado, tenho um agradecimento especial nesse dia a outro pilar mais do que fundamental de minha vida: minha família. Meus pais, minha esposa, meus filhos, meus irmãos**’.

O trecho a seguir transcrito nos explica a *narratio* e a *confirmatio* por meio de dados estatísticos divulgados pelo próprio Prefeito empossado. Vejamos:

‘**As mudanças estruturais terão início no capítulo econômico e administrativo**’.

‘**O ano passado foi coroado com a conquista do rating A+, pela Agência internacional de classificação de risco econômico Austin. São Caetano é considerada hoje a**

melhor e mais segura cidade brasileira para as empresas investirem, segundo esse estudo’.

‘Os ajustes devem ser permanentes porque só cresceremos se mantivermos a até ampliarmos nossa capacidade de investimento’.

Mostramos agora, o terceiro constituinte da retórica aplicado ao discurso de 2005, qual seja: a *elocutio*. Referido cânon tem a função de sistematizar os argumentos que devem ser colocados em palavras, isto é, ele ordena a expressão linguística dos pensamentos encontrados na *inventio* e sua consequente aplicação pela *dispositio*. Vejamos os trechos abaixo transcritos:

‘E para que esse grande legado de modernização administrativa seja de fato atingido, é absolutamente fundamental abraçarmos o pilar da regionalidade, sobretudo nas questões estruturais’.

‘E é através dessa visão que acreditamos que essa conurbação em que vivemos possa encurtar de fato o caminho para as soluções de seus problemas, que são crônicos e enraizados, numa estreita visão de limites geopolíticos, há muito tempo já demarcados’.

Por derradeiro, transcrevemos um trecho do discurso de posse de 2009 em que resta evidenciada a *elocutio*:

‘Seguiremos com afincos os preceitos de Lei de Responsabilidade Fiscal, eixo de garantia de uma boa gestão [...]’.

‘Aliás, defendo a aliança entre a Lei de Responsabilidade Fiscal, clássico mecanismo de controle dos gastos públicos, e o que chamo de Lei de responsabilidade pessoal, que embora ainda não esteja normatizada na legislação, é um

compromisso moral em política pública que defendo de forma veemente, para dar fim definitivamente, por exemplo, ao empreguismo como ferramenta eleitoreira, entre outras atitudes irresponsáveis que condeno’.

6.4 A análise da construção do *ethos* do Prefeito Municipal de São Caetano do Sul

Sabemos que os participantes da ação enunciativa são o *eu* e o *ocê*. Segundo Maingueneau: ‘[...] todo enunciado implica um enunciador em relação ao qual é definido o *ocê*, constituído como tal pelo enunciador’ (MAINGUENEAU, 2001, p. 106). Então, o enunciador e o enunciatário são os atores da enunciação e, é por essa razão que podemos explicar o *ethos* por meio da enunciação.

A imagem de um político dotado de competência se constrói na maneira como ele organiza suas ações e no modo como ele discorre, em seus discursos, sobre a realização delas. À medida que o político vai proferindo seus discursos sobre os temas que à sua função dizem respeito, vai informando sobre sua competência. A análise da construção do *ethos* de um enunciador político corresponde à análise do ator da enunciação.

Passamos, então, ao estudo do *ethos* desse nosso ator político, cuja manifestação se efetiva por meio dos discursos por ele pronunciados. ‘O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito’ (FIORIN, 2008, p. 139). Fiorin, com base na ‘Retórica’ de Aristóteles afirma que:

O orador que se utiliza da *phrónesis* se apresenta como alguém sensato, ponderado e constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos* do que com os do *páthos* ou do *éthos* (em outras palavras com os recursos discursivos); o que se vale da *areté* se apresenta como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *ethos*; o que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, cheio de

benevolência e de benquerença e erige suas provas muito mais com base no *páthos* (FIORIN, 2008, p. 140).

Por conseguinte, sabemos que o caráter do enunciador, construído pelas características que ele demonstra ter e que são reveladas por suas declarações, constituem o *ethos* propriamente dito. Por outro lado, não nos esqueçamos de que as características físicas também são importantes na construção de uma imagem de si mesmo. E, por derradeiro, fazemos menção também à importância do tom de voz do enunciador ao proferir seus discursos.

Quando analisamos o conjunto do *corpus* escolhido é que podemos apreender o *ethos* do enunciador, podendo identificar alguns traços de caráter. Em quais momentos podemos notar esses sinais do *ethos* do enunciador? No conteúdo dos temas elencados, no modo de discorrer sobre tais assuntos, na utilização da linguagem, etc.

Numa situação discursiva política o sujeito enunciador tem como alvo os destinatários enunciatários e ‘Não se pode negar a importância do *ethos* no discurso político’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 182). Um discurso político eficaz é um discurso que atinge sua meta, qual seja: a persuasão dos ouvintes.

No domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados. O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros (CHARAUDEAU, 2008, p. 87).

Vimos, anteriormente, os dois grandes gêneros de *ethos*, quais sejam: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. Sabemos, também, que ‘Em alguns momentos são os *ethé* de credibilidade que têm forte impacto, em outros, os de identificação [...]. Há um tempo para os *ethé* de credibilidade e outro para os de identificação’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 184).

O *ethos* pertence ao domínio das representações sociais, e sua valorização no domínio político depende das circunstâncias. Não é, portanto, de se estranhar que as diferentes figuras que o compõem se entrecruzem, coexistam, se reforcem ou mesmo se contradigam. Reforço entre as figuras de fidelidade e de honestidade, em nome do compromisso com si mesmo; de orgulho e de comando, em nome da potência combativa; de força tranquila, de pastor e de profeta, em nome da inspiração sobrenatural e da força de alma que devem habitar aquele que comanda. Superposição de diferentes figuras em um mesmo ato ou em uma mesma declaração [...] (CHARAUDEAU, 2008, p. 181).

6.5 Os gêneros de *ethos* e o discurso de posse de 2005

A seguir transcrevemos trechos do primeiro discurso de posse, proferido em 2005, mostrando o *ethos* de credibilidade e suas derivações - *ethos* de sério, *ethos* de virtude, *ethos* de competência e o de não alteração comportamental, inseridos nesse contexto. Não nos esqueçamos de que esse enunciador, no exato momento de proferir tal discurso, é um homem que nunca havia ocupado anteriormente um cargo dessa envergadura, sem menosprezar as funções ocupadas em outros períodos e, em outras pastas. Vejamos, então, a insistência com que o prefeito salienta aqueles fatos ligados à sua vida pessoal, e que são capazes de transmitir credibilidade ao seu auditório, ou seja, a seus destinatários representados pelo povo de São Caetano do Sul:

‘Tenho consciência do que esse privilégio representa’.

‘A construção de um novo caminho, por alguém ainda jovem, que **entende, compreende e interpreta os sentimentos e os anseios** mais fortes da nossa coletividade e **que aprendeu**, como médico, a **ver o ser humano na sua integralidade**, [...]’.

‘[...] eu quero trazer, através da minha formação ético-humanística, obtida num Curso de Medicina, ciência a que me dediquei por inteiro, à construção de uma nova fase de relacionamentos interpessoais calcados no respeito e no valor da liberdade e justiça social [...].’

Nos trechos transcritos, vislumbramos que a credibilidade repousa na sinceridade do poder de fazer e na real demonstração de que se tem esse poder. No primeiro parágrafo o prefeito informa ter a ‘consciência’ acerca do privilégio que lhe foi concedido pela população.

Por sua vez, o *ethos* de *sério* é construído com a ajuda de declarações a respeito de si mesmo e sobre as idéias que o norteiam enquanto político. No terceiro parágrafo é exatamente isso que faz o prefeito eleito, isso é, ele informa sobre dados de cunho pessoal que servirão como base para sua administração.

O Prefeito de São Caetano do Sul constrói seu *ethos* de credibilidade por meio de sua postura austera, seu comportamento comedido e suas expressões mais formais ao se dirigir ao povo sulsancaetanense.

A sua linguagem é firme enquanto orador:

‘Em São Caetano do Sul esta máxima já prevalece: somos uma comunidade marcada pela solidariedade, que repudia a violência e que acredita no entendimento e no diálogo’.

As suas colocações verbais expressam tranquilidade, demonstrando que ele não se deixa abater em face de seus adversários.

‘[...] é preciso dizer, em verdade: São Caetano do Sul ignorava que há sim, pobreza em nossa cidade’.

‘Há sim, pessoas que vivem em condições menos favorecidas economicamente, o que lhes tolhe uma série de direitos’.

‘Por isso, digo que tive a coragem de confrontar-me com aqueles que acreditavam que tudo se resumia a uma cesta básica, um litro de leite e ponto final’.

‘Não! Para mim, não existe política social sem inclusão social’.

Suas respostas são pensadas, calmamente proferidas e inseridas no contexto de sua fala.

‘Porque contrariar interesses faz com que surjam, em abundância, aqueles que usam especialmente a mentira para combater rupturas de paradigmas, pois se beneficiam de um modelo retrógrado, com o qual não compactuo’.

Já o *ethos* de *virtude*, que exige do político a demonstração de sinceridade, fidelidade e coragem, aos quais deve ser acrescida uma imagem de honestidade pessoal, fica evidente também nos parágrafos acima transcritos, principalmente, quando diz que ‘Não! Para mim, não existe política social sem inclusão social’. Uma pessoa ainda jovem na idade e jovem no sentido de não ter experiência política eletiva e que, mesmo assim, busca entender os sentimentos e os anseios mais fortes da municipalidade, nos mostra um elevado grau de tais sentimentos. As afirmações feitas têm o condão de revelar a sinceridade, a fidelidade e sua coragem para com a coletividade. Podemos afirmar que a virtude está intimamente ligada à coragem na medida em que ela afasta tanto a covardia (que é a falta de coragem) quanto a temeridade (que se configura no excesso de coragem).

O *ethos* de *virtude* é demonstrado, também, por meio de atitudes ou declarações que demonstrem respeito para com os integrantes de uma sociedade.

‘A Prefeitura de São Caetano do Sul entenderá a inclusão como um denominador comum. Tudo o que ela fizer e nela se fizer, haverá de existir o empenho em reduzir a fragilidade do ser humano diante de um mundo tão cruel e cheio de tantas injustiças’.

A honestidade pessoal é outro fator fundamental na construção do *ethos* de credibilidade por meio do *ethos* de *virtude*. Vejamos o trecho transcrito:

‘Serei obstinado na busca de soluções para o problema da segurança pública, que hoje é nacional’.

O político deve ser direto, isto é, não precisa se valer de artimanhas para conquistar seus objetivos. A eficácia do discurso do ator enunciador, na política, está em poder falar e dever fazer. O sujeito digno de crédito diz a que veio e informa as maneiras como pretende fazê-lo. Isso resta claro no parágrafo abaixo transcrito.

‘Em razão disso, devemos fortalecer e aplicar o conceito de Prefeito-Gestor, e, conseqüentemente obtermos um novo modelo de governo, onde a gestão produza respostas eficientes e eficazes, frente às noções operacionais, devendo ainda essas ações serem dominantes sobre a conservadora retórica política discursiva’.

Podemos notar, ainda mais, a construção de uma imagem de virtude no parágrafo abaixo. Vejamos:

‘E eu lhes garanto que estarei aqui, com os meus colaboradores com vistas a acompanhar o equacionamento das questões em exame preliminar ou em fase de implementação. Eu lhes garanto que será a governança da integração’.

O *ethos* da *competência* mostra que o político tem o domínio do conhecimento sobre a estrutura de funcionamento do poder público, de como a Administração Pública deve interagir com a sociedade e qual a real função de um Prefeito. A internalização do conceito de democracia, das funções de um gestor público, do conhecimento da sociedade e das suas necessidades mais vitais são tópicos bem latentes no enunciador em questão. O texto a seguir demonstra o perfeito encaixe entre esses conceitos e as palavras proferidas:

‘O Poder Público não tem como solucionar todos os problemas dos carentes e mais sofridos. Pode, contudo, mobilizar forças, recursos de outros núcleos de poder, que ajudem a tornar suas vidas menos angustiadas’.

‘Com a participação de entidades e associações filantrópicas e beneméritas, órgãos de classe, enfim, os segmentos mais organizados da sociedade, e conhecidos como terceiro setor, que podem e vão dar uma contribuição muito significativa [...]’.

‘Além da capital participação do grande parceiro estratégico das modernas gestões públicas – a Universidade – que através tanto do seu caráter acadêmico como do seu setor de pesquisas, engrandece e otimiza as ações e programas governamentais’.

No que concerne ao *ethos* da *não alteração comportamental*, podemos mencionar as primeiras aspirações e posteriores realizações executadas pelo Prefeito e descritas no Capítulo V do presente trabalho. Elas vão ao encontro das palavras proferidas quando de sua posse.

Não existem palavras e ações diferentes. Não, ao contrário! Linguagem e ação caminham paralelamente, mas sempre em conjunto. Uma fornece suporte à outra. Já que a linguagem é o real mecanismo de interação humana, nada mais eficaz do que poder ouvir, ver e sentir tal interação.

Vimos, até o presente momento, o discurso proferido pelo Prefeito José Auricchio Júnior quando de sua posse em 2005 sob a ótica do *ethos* de *credibilidade*, que é o primeiro grande gênero de *ethos* estudado, e seus respectivos desmembramentos. Verificamos que as palavras proferidas no presente discurso tornam seu sujeito enunciador digno de crédito, posto cumprir os requisitos essenciais para construir tal imagem de si mesmo face a seus destinatários.

Por derradeiro, faremos agora a adequação desse mesmo discurso proferido em 2005 com o *ethos* de *identificação*, que é o segundo grande gênero de *ethos* estudado, bem como com seus desmembramentos.

O *ethos* em matéria política é bastante complexo porque reúne um conjunto de elementos sempre voltados ao atendimento das expectativas da coletividade. ‘No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

Sabemos que o *ethos* de *identificação* se vincula a um processo de ‘afeto social’ que mobiliza a maior parte de uma sociedade. Em razão dessa mobilização, consciente ou não, o fato é que a maioria da população de São Caetano do Sul escolheu o então candidato José Auricchio Júnior como Prefeito municipal. Essa maioria populacional incorporou um processo de ‘identificação irracional’ e passou a fundar sua própria identidade na identidade do político e com ele comungou ideias e ideais. ‘Apesar dessa polivalência de imagens, é possível destacar algumas, entre as mais recorrentes, que caracterizam o *ethos* de identificação do discurso político’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 138).

Assim como o *ethos* de *credibilidade*, o *ethos* de *identificação* também possui seus segmentos. Os mais comuns e que serão abordados são os seguintes: o *ethos* de *potência*, o *ethos* de *caráter*, o *ethos* de *inteligência* e o *ethos* de *humanidade*. É cediço que a complexidade do *ethos* de *identificação* está nitidamente vinculada à confusão de todos esses desmembramentos.

No *ethos* de *potência* o Prefeito Auricchio – como é chamado pela população – demonstra sua determinação em agir informando que se trata de um homem de ação e não apenas de palavras, pois as palavras se propagam. Por vezes não se sabe de onde elas vieram e tampouco para onde vão. As ações não! As ações ficam, solidificam e perpetuam a imagem daqueles que as executaram.

Vejam os alguns trechos do discurso de 2005 em que o denominado *ethos de potência* fica latente:

'[...] , mas o desafio só nos tornará mais fortes e determinados. Não pode haver um mínimo de indecisão diante dos grandes embates dos problemas contemporâneos'.

'Tudo o que ela fizer e nela se fizer, haverá de existir o empenho em reduzir a fragilidade do ser humano diante de um mundo tão cruel e cheio de tantas injustiças e violências'.

'Parafraseando Mahatma Gandhi, que nos deu ensinamentos de uma forma magistral: a verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se todos cumprimos os nossos deveres, será fácil obter o respeito aos nossos direitos. Se negligenciamos nossos deveres e reivindicamos os nossos direitos, estes nos escapam'.

'E eu lhes garanto que estarei aqui, [...]. Eu lhes garanto que será a governança da integração'.

Outra derivação do *ethos de identificação* é o denominado *ethos de caráter*. Trata-se aqui mais da força do espírito que da do corpo, como quando se diz que alguém tem caráter. Vejam os alguns trechos do discurso de posse de 2005:

'Tenho consciência do que esse privilégio representa'.

'Os compromissos assumidos nos palanques, nas praças, nas esquinas e nas ruas me tocarão, a todo momento, como força de impulsão que ousamos despertar nos moradores de São Caetano do Sul'.

‘Serei obstinado na busca de soluções [...]’.

‘A sociedade tem de ter o direito de caminhar livremente’.

‘E eu lhes garanto que estarei aqui, com os meus colaboradores com vistas a acompanhar o equacionamento das questões, em exame preliminar ou em fase de implementação. Eu lhes garanto que será a governança da integração’.

‘Executivo determinado, atuante e dinâmico, atento e fiel às emanções do Poder Legislativo Municipal [...]’.

‘Três princípios nortearão a minha administração: desenvolvimento, transparência e solidariedade’.

‘Queremos ir mais longe’.

Vimos anteriormente que o *ethos* de *caráter* pode ser identificado por meio de algumas figuras. O denominado ‘controle de si’ perfeitamente demonstrado no primeiro e no terceiro parágrafos acima transcritos demonstram a imagem de si construída pelo enunciador no sentido de demonstrar o *ethos* de *caráter* pelas declarações conscientes e pertinentes. A denominada ‘tenacidade combativa’ constante do quinto e do sétimo parágrafo acima transcritos demonstra o caráter do enunciador evidenciando sua vontade de vencer, sua força protetora e o compromisso daquele que jamais abandona seus afazeres. O quarto parágrafo demonstra bem essa questão do caráter enquanto manifestação da franqueza do enunciador.

A coragem de ir além do que se imagina também é outra forma de demonstração de caráter. Claro que sempre com prudência e conhecimento de causa, como demonstrado no segundo parágrafo transcrito.

É motivo de orgulho para o político mostrar seu caráter por meio de sua vontade de defender os valores em conjunto com a integridade identitária da coletividade por ele governada. Vejamos os textos transcritos:

'E para que esse grande legado de modernização administrativa seja de fato atingido, é absolutamente fundamental abraçarmos o pilar da regionalidade, sobretudo nas questões estruturais'.

'Eu sei que nossos concidadãos, sempre que convocados, nunca faltaram com seus gestos de compreensão e de ajuda aos apelos dos mais necessitados'.

'Inteligente e generoso povo de São Caetano do Sul'.

'[...] com amor à cidade, e respeito por cada um dos senhores, que juntos caminhamos na campanha eleitoral'.

'Juntos discutimos os desafios da nossa cidade'.

'Juntos somamos esperanças de um futuro melhor e, juntos, vamos governar São Caetano do Sul'.

O *ethos* de *inteligência* resta evidenciado, sobretudo, na maneira como o enunciador fala e age, em combinação com situações peculiares que demonstram sua intimidade com o assunto que está sendo tratado. Os conhecimentos e a formação cultural do enunciador, certamente, são questões que pontuam sua inteligência. Senão vejamos:

'Assim sendo, eu quero trazer, através da minha formação ético-humanística, obtida num Curso de Medicina, [...]'

Por derradeiro, o *ethos* de *caráter* resta evidenciado quando o político consegue demonstrar sentimentos como a humildade, sinceridade e compaixão. Os textos transcritos demonstram a existência de tais sentimentos:

‘Porém, eu vejo de uma maneira quase inversa, na humildade da descendência de imigrantes, filho de uma classe média que aprendeu a necessidade imperiosa da relação dos valores sócio-educacionais como único meio de ascensão social, valores esses inclusive que fazemos absoluta questão de repassar aos nossos filhos’.

‘E foi, através da sensibilidade humana, que na campanha eleitoral ouvimos e compreendemos as demandas da nossa sociedade, que requisita respostas competentes [...]’.

‘Sei que o administrador público convive, o tempo todo, com o natural confronto das expectativas da população com os recursos disponíveis’.

‘É normal que o cidadão esteja sempre a esperar mais dos governantes’.

Por todo o exposto, entendemos que o primeiro discurso de posse do Prefeito de São Caetano do Sul tem como pretensão maior a construção de uma imagem de si mais vinculada ao *ethos* de *identificação* do que ao *ethos* de *credibilidade*.

A justificativa para tanto reside, principalmente, no fato de ser o primeiro mandato de José Auricchio Júnior. Sem nunca ter ocupado cargo eletivo antes, o jovem prefeito do município teve o voto de uma parcela significativa da sociedade, mas restava estabelecer com ela uma relação de identidade, isto é, era preciso construir uma imagem com habilidade suficiente para criar uma equação triangular: ‘entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência uma vez que o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência’ (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

6.6 Os gêneros de *ethos* e o discurso de posse de 2009

Já o segundo discurso de posse do Prefeito José Auricchio Júnior, proferido em 01 de janeiro de 2009, tem também em sua composição os dois grandes gêneros de *ethos* estudados além de seus respectivos desdobramentos, mas salientamos que esse discurso considera muito mais o *ethos* de *credibilidade* do que o *ethos* de *identificação*.

Essa conduta é procedente, uma vez que, quando do segundo discurso, a sociedade sulsancaetanense já estava identificada com a imagem construída pelo prefeito. Faltava, então, consolidar ainda mais a imagem de digno de crédito. Na primeira eleição de José Auricchio restava nítida na população uma percepção maior da importância desse ‘recém chegado’ político para a política municipal. O mesmo não aconteceu quando de sua reeleição, pois a sociedade, ao longo dos primeiros quatro anos de sua administração, já estava mais consciente de seus direitos e deveres políticos entendidos como virtudes dos cidadãos.

A primeira gestão lhes proporcionou o convívio com essa linguagem democrática e dinâmica. Tanto é verdade que ele foi reeleito com 78% dos votos válidos. Restava a construção de uma imagem com a predominância da credibilidade. Credibilidade no sentido de seduzir a platéia para que ela pudesse entender ainda mais e melhor que ‘o que nos torna mais humanos é justamente a capacidade do exercício da política como convivência e como conexão de uma vida. O contrário disso é o idiota – que, portanto, é menos humano’ (CORTELLA e RIBEIRO, 2010, p. 38).

Salientamos exatamente esse tema nos trechos do segundo discurso a seguir transcritos em que o *ethos* de *credibilidade* resta bastante evidenciado. Suas ideias, quando colocadas em prática, sempre com a oitiva anterior do povo por meio de audiências públicas, levaram a cidade a índices tão elevados que lhe conferiram a imagem de modelo de administrador público para todo o país.

‘Na educação, conquistamos certificação do Governo Federal de Município livre do analfabetismo. Municipalizamos o ensino fundamental no primeiro ciclo, beneficiando mais de 6 mil crianças. Adotamos o ensino em tempo integral [...]’.

‘São Caetano do sul possui hoje um hospital de emergências que é modelo não somente no grande ABC, mas em toda grande São Paulo. A cidade passou a contar com uma unidade de saúde em cada bairro, e a oferta de medicamentos mais do que triplicou nesses quatro anos’.

‘O ano passado foi coroado com a conquista do rating A+, pela Agência internacional de classificação de risco econômico Austin. São Caetano é considerada hoje a melhor e mais segura cidade brasileira para as empresas investirem, segundo esse estudo’.

Vemos claramente exposto o *ethos* de *credibilidade* na maior parte do discurso de 2009. Como salientado anteriormente, a imagem de identificação foi construída com o primeiro discurso de posse de 2005 e com a real adequação das palavras então proferidas às ações do prefeito no decorrer de seus primeiros quatro anos de mandato.

Em sua segunda gestão o prefeito volta, então, a dar maior ênfase à imagem de credibilidade, que fica latente com a construção de uma imagem de si com base na seriedade, no virtuosismo e na competência.

Vejamos agora o *ethos* de *identificação* no discurso de 2009. Restam claros os desmembramentos desse gênero principalmente no que tange ao caráter e à inteligência.

‘Porque desde que me coloquei o desejo de servir a cidade como agente político, passei a entender muito bem que a

identidade com a cidade faz enxergar de forma privilegiada o valor da diversidade: de raça, origem, gênero, credo, enfim... que são desses elementos é que é constituída uma cidade’.

‘Tudo isso me levou a compreender ainda mais o lugar onde nasci, onde sempre vivi, e que hoje governo’.

‘Emocionado, tenho um agradecimento especial nesse dia a outro pilar mais do que fundamental de minha vida: minha família. Meus pais, minha esposa, meus filhos, meus irmãos’.

Vale destacar que a razão mais preponderante que encontramos para justificar a maior carga do *ethos* de *identificação* no primeiro discurso reside no fato de a sociedade sulsancaetanense necessitar de um gestor que compreendesse a estrutura organizacional do município, com boas idéias para melhorar a qualidade de vida.

‘Viver é conviver, seja na cidade, ainda que em casa ou prédio, seja no país, seja no planeta. A vida humana é condomínio. E só existe política como capacidade de convivência exatamente em razão do condomínio’ (CORTELLA, 2010, p. 12). Só alguém com uma real noção do que significa estar junto com seu semelhante é que poderia vencer as eleições em 2004. ‘[...] quando elegemos o prefeito, focalizamos a cidade que queremos. Aliás, esta [...] escolha tem até um impacto mais direto sobre nossas vidas [...]’ (JANINE, 2010, p. 17). Por essa razão, a identificação com a sociedade era importantíssima num primeiro momento. Isso só ocorre quando a linguagem está vinculada às ações e tal questão resta nítida na primeira gestão do prefeito Auricchio.

Já a razão mais evidente para justificar a intensa carga do *ethos* de credibilidade no segundo discurso de posse do prefeito, reside no fato de que, mesmo tendo identidade com a população, ele não poderá mais ser o prefeito

da cidade. Pelo menos, não nos próximos quatro anos. Por essa razão, certamente ele indicará alguém de sua inteira confiança. Fazer o sucessor é, certamente, bastante gratificante para quem exerceu dois mandatos de quatro anos como Chefe do Executivo. Afinal, alguém que tanto fez pela cidade deseja, no mínimo, que ela continue sob o comando de um bom gestor público. Mas, será que é possível transferir credibilidade e identificação para outra pessoa? Essa é uma resposta que ficará para outro trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos motivou a trabalhar com o *corpus* escolhido, no curso de Doutorado em Letras, está associado à percepção acerca da necessidade do estudo do *ethos* para o discurso retórico argumentativo de cunho político.

Os resultados da análise do *corpus*, mais precisamente dos discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul, em conformidade com os cânones da Retórica e, principalmente, com os dois grandes gêneros de *ethos*, evidenciam o grau de importância de tais abordagens não só para a compreensão, mas também para a produção de discursos políticos.

Partindo dessa constatação, procuramos abordar conceitos que estivessem vinculados ao tema central de nossa pesquisa, de modo que pudéssemos efetuar um recorte adequado para exposição de nossas constatações.

Tratamos, então, da importância da sociedade. É inevitável que o homem viva com seu semelhante e, para que isso ocorra de modo adequado, necessário se faz que existam agrupamentos humanos cujos interesses girem em torno do bem de todos.

Ocorre que, onde existe mais de uma pessoa podem existir problemas. Embora a maior parte da sociedade queira melhores condições de vida, é claro que as formas para que isso ocorra não são as mesmas para todos. A finalidade é a mesma, mas a forma de alcançá-la varia entre os seres humanos.

A sociedade passou, então, a sentir necessidade de um comando. Esse comando passou pelo autoritarismo, mas era chegada a hora de cortar relações geridas pela força.

Esse comando, por sua vez, começa a tomar forma com o aparecimento de algumas instituições. Dentre elas o surgimento da figura do líder com poder suficiente para gerir os interesses comuns.

Os interesses comuns de uma sociedade, por sua vez, somente serão atingidos quando esse gestor for escolhido pela maioria dos administrados. Surge o governo democrático.

Por outro lado, aqueles que pleiteiam o cargo de administrador da *pólis* precisam se comunicar com a população.

Essa comunicação terá o efeito desejado se for realizada por um líder sedutor.

Surge a política e o seu mecanismo de veiculação é o discurso político.

O discurso político se caracteriza como sendo um discurso argumentativo e persuasivo, cuja organização se estabelece tendo em vista um objetivo que é tratado em face de uma platéia geral, à luz de valores que lhe são inerentes. Ele depende, para sua real eficácia, da construção de uma imagem hábil do enunciador inscrita na própria linguagem da qual ele faz uso.

No curso de nosso estudo pudemos verificar o quanto essa linguagem é importante e o quanto ela é essencial para qualquer ciência do saber. Sabemos que a linguagem trata do mecanismo de interação entre os seres humanos e nada mais interativo que o discurso político.

Por meio do discurso político, a sociedade brasileira, que se caracteriza por ser uma democracia, pode ler e ouvir idéias e ideais daqueles que se sentem preparados para concorrerem e depois exercerem um cargo público. No caso em tela, a sociedade escolhe seu representante, por meio do voto direto e secreto, e o sujeito toma posse como Chefe do Poder Executivo do Município.

Importante salientarmos que a escolha da construção do *ethos* do Prefeito de São Caetano do Sul reside, prioritariamente, na ascensão do Município em nível nacional. Essa curva ascendente se deve, em grande parte, pela gestão do atual prefeito municipal nos últimos seis anos.

Sabemos que para a política não bastam apenas idéias. É necessário que aquele que pretende ser titular do poder político possa transformá-las em ações.

As idéias transformadas em palavras encontram-se diretamente vinculadas à retórica e à argumentação que, desde os primórdios da civilização humana, guardam sua importância. Os procedimentos que explicam os gêneros discursivos e o discurso político certamente estão inseridos nesse contexto.

Parece-nos que o *ethos* chegou a superar o *logos*. A maneira como a imagem do enunciador é apresentada à platéia é que provoca sua reação.

Feitos tais estudos consideramos duas categorias para análise, sendo que a primeira delas diz respeito aos cânones da retórica aplicados ao *corpus* escolhido. Em seguida tratamos do *ethos*, enquadrado, principalmente, no discurso político. Fizemos a contextualização dos dois grandes gêneros de *ethos* e seus respectivos desmembramentos, sempre procurando conceituar cada item importante para nossa análise.

Por derradeiro, entrelaçamos o *ethos* com os discursos de posse do Prefeito de São Caetano do Sul. Ao reproduzir e analisar referidos discursos desse personagem político procuramos evidenciar que qualquer palavra pronunciada na esfera política, em regra, é interpretada ao mesmo tempo pelo que ela diz, mas também pelo que ela não diz.

Vimos, então, que o primeiro discurso de posse do Prefeito de São Caetano do Sul encontra-se mais vinculado ao *ethos* de identificação em razão

da figura em destaque pretender demarcar seu terreno, mostrando por meio de suas palavras, suas intenções na busca pela aprovação da sociedade.

Por outro lado, o segundo discurso de posse já mostra um *ethos* mais consolidado, mas nunca acomodado. A intenção passa a ser, então, a busca pela confiança dos administrados, para que haja a outorga de um segundo mandato.

A partir de tais levantamentos pudemos concluir que o que move o político é, e sempre será, enquanto a humanidade existir, a necessidade de influenciar sua platéia por meio da persuasão.

Então, procuramos destacar a questão da importância das imagens que o político constrói para estar identificado com o povo que o elegeu e ser digno de crédito. Imagens essas que sustentam seus propósitos, mas acima de tudo, viabilizam as escolhas e suprem as necessidades de uma coletividade.

Pretendemos contribuir, não só para a Ciência que estuda a linguagem, mas para a formação de cidadãos críticos capazes e integrados à realidade da sociedade. Além disso, desejamos demonstrar que o *ethos* do atual Chefe do Poder Executivo de São Caetano do Sul está totalmente vinculado às suas ações enquanto ocupante desse cargo.

Nossa intenção, também, foi tornar a leitura bastante prática provocando no leitor o desejo de que ele realize comparações entre aqueles que almejam um cargo público na carreira política em nosso país. Somente eleitores engajados no sistema democrático pátrio exercerão melhor seu poder de escolha na hora de depositar seus votos nas urnas. Para que isso ocorra, a coletividade poderá identificar determinadas posturas e colocações verbais naqueles que pretendem ser candidatos.

A responsabilidade que decorre da posição ocupada pelo enunciador quando tratamos das questões relacionadas ao poder político é imensa. O grau de legitimidade e de autoridade que essa ocupação pública confere a seu titular

muito contribui para que os administrados, ora enunciatários, criem uma grande expectativa de vinculação entre aquilo que é dito é o que pode ser efetivamente realizado.

A lição que pudemos extrair do presente trabalho reside no fato de que os discursos analisados têm como base argumentos de cunho muito mais social do que científico. Neles, o Prefeito Municipal introduz características que se vinculam à construção de sua imagem. O fundamento das suas idéias não estava na ciência e sim na sua comunhão com as pessoas que integram a municipalidade. Isto atribui aos seus discursos elementos que não são absolutos. Em outras palavras, a imagem construída pela figura em destaque consegue legitimar suas ações quando estas possuem um foco universal, ou seja, quando são voltadas para todos.

O político em destaque, no presente trabalho, mostrou sua imagem por meio de um discurso que constrói uma verdade e essa verdade, no discurso argumentativo de cunho político, é incerta porque ela pode ser reconsiderada, repensada e reconstruída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suarez. A arte de argumentar – gerenciando razão e emoção. **9ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.**

ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940 *in* Imagens de si no discurso: a construção do ethos. **Ruth Amossy (org.), São Paulo: Contexto, 2005.**

ALEXANDRE, Manuel Junior. Antiguidade Clássica: que fazer com este Património? À Memória de Victor Jabouille, site malexandre.no.sapo.pt/Docs/AlexandreJunior_2004c.pdf. **Colóquio 2003-Maio-8,9,10. consultado em 19 de fevereiro de 2010.**

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso *in* Imagens de si no discurso: a construção do ethos. **Ruth Amossy (org.). São Paulo: Contexto, 2005.**

ARISTÓTELES. Retórica. **1ª ed., tradução Marcelo Silvano Madeira, Coleção biblioteca clássica. São Paulo: Rideel, 2007.**

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. **15ª ed. São Paulo: Globo, 2003.**

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Baktin às Teorias do Discurso, *in* Baktin, dialogismo e construção do sentido. organ. Beth Brait., **2ª ed. rev, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.**

_____. Reflexões sobre os estudos do texto e do discurso *in* Revista Língua e Literatura. **número 22.**

BÍBLIA SAGRADA: Nova tradução na linguagem de hoje. **Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.**

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. **16ª reimpressão: Paz e Terra, (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).Rio de Janeiro: 1987.**

BRASIL. Constituição Federal. **6ª ed. Atual até a EC n. 57, Barueri, São Paulo: Manole, 2009.**

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. **1ª ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.**

___; **MAINGUENEAU, Dominique.** Dicionário de análise do discurso. coordenação de tradução Fabiana Komesu, **2 ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.**

CHAUVEL, Lucrecia Escudeiro et al. De Signis/2. La Comunicacion Política – tranformaciones del espacio público. Gedisa, Barcelona: 2002.

CORTELLA. Mario Sergio; RIBEIRO, Renato Janine. Política para não ser idiota. **Campinas, São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2010.**

DIJK, Teun A. Van. Discurso e poder. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (organização). **São Paulo: Contexto, 2008.**

DIMITRIUS, Jo-Ellan; MAZZARELLA, Mark. Decifrar pessoas: como entender e prever o comportamento humano. trad. Sonia Augusta. **São Paulo: Elsevier, 2000.**

DISCINI, Norma. O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura. **São Paulo: Contexto, 2003.**

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística. **3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.**

FIORIN, José Luiz. Em busca do sentido: estudos discursivos. **São Paulo: contexto, 2008.**

_____. Linguagem e ideologia. **8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.**

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política. **6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.**

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. **6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.**

GRECO, Eliana Alves. Discurso Político e cena de enunciação – A construção do ethos de um candidato à presidência. Tese de Doutorado, **São Paulo, 2006.**

GUIMARÃES, Elisa. Texto, discurso e ensino. **São Paulo: Contexto, 2009.**

_____. Figuras de Retórica e Argumentação in Retóricas de Ontem e de Hoje. Lineide do Lago Salvador Mosca. org., **3ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.**

JADON, José Carlos. O ethos do discurso televisivo da IURD do ponto de vista da semiótica francesa in *Texto e discurso confluências. org.* Elisa Guimarães, **São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.**

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. **11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.**

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação *in* *Imagens de si no discurso: a construção do ethos.* Ruth Amossy (org.). **São Paulo: Contexto, 2005.**

_____. A propósito do ethos *in* *Ethos discursivo.* Ana Raquel Motta e Luciana Salgado (organizadoras). São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Análise de textos de comunicação. Trad. De Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. **São Paulo: Cortez, 2001.**

MAURO, Maria Adélia Ferreira. Argumentação e discurso *in* *Retóricas de Ontem e de Hoje.* Lineide do Lago Salvador Mosca, org. **3ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.**

MENEZES, Aderson de. Teoria Geral do Estado, atual. por José Lindoso. **Rio de Janeiro: Forense, 2004.**

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (organizadoras) *Ethos discursivo.* **São Paulo: Contexto, 2008.**

OSAKABE, Akira. Argumentação e discurso político. **2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.**

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-Tyteca, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado

Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão. **2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.**

PETRI, Maria José Constantino. Marcas da argumentação lingüística no discurso jurídico. Dissertação de Mestrado. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1988.**

PLANTIN, Christian. A argumentação – história, teorias, perspectivas. tradução Marcos Marcionilo. **São Paulo: Parábola Editorial, 2008.**

PLEBE, Armando; IMANUELE Pietro. Manual de Retórica. Tradução Eduardo Brandão. **São Paulo: Martins Fontes, 1992.**

REVISTA NOVO TEMPO – São Caetano mais perto de você. **Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul: 2007.**

REVISTA ABCD REAL. 24ª ed. Santo André: Editora Alessi. ano III, out/2009.

RIBEIRO, Jaçanã. Resenha de 'Discurso Político' [Charaudeau, P. – São Paulo: Contexto, 2006] Linguagem em (Dis)curso – **LemD. v.9, nº. 1, p. 181/185, jan./abr. 2009.**

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

SEGURA, Luciano. Frases de efeito in Revista: Discutindo Língua Portuguesa. **São Paulo: Escala Educacional, ano 1, n.º 6, 2009.**

SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira. Dicionário de Política. **São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.**

SOUSA, Américo. Retórica e Discussão Política. 2001, site www.persuasao.com. consultado em 19 de fevereiro de 2010.

VIANNA, Hélio. História do Brasil. **São Paulo: Melhoramentos, v. II 1967.**

VIARO, Mário Eduardo. Artigo Nem assim tão iguais *in* Revista Língua Portuguesa. Editora Segmento. Ano 3, nº 43, maio de 2009.

www.wikipedia.com.br Conceito dos cânones da Retórica. consultado em 18 de novembro de 2010, às 17:00 horas.

www.saocaetanodosul.sp.gov.com.br, consultado em 20 de setembro de 2009.

ANEXO I

DISCURSO DE POSSE
PREFEITO JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
JANEIRO DE 2005

Senhoras e senhores. Nenhum cidadão pode vivenciar honra maior do que a de gerir a administração de seu município, eleito num processo extremamente democrático.

É o que ocorre comigo, hoje, ao tomar posse como Prefeito de São Caetano do Sul.

Tenho consciência do que esse privilégio representa.

Os compromissos assumidos nos palanques, nas praças, nas esquinas e nas ruas me tocarão a todo momento, como força de impulsão que ousamos despertar nos moradores de São Caetano do Sul.

Incumbe-me suceder um homem público, Dr. Luiz Olinto Tortorello, que revigorou a fisionomia de São Caetano do Sul, que planejou e implementou políticas públicas que colocaram a nossa cidade na liderança dos indicadores

usados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a ONU.

Sua administração fica como lembrança permanente de sua valorosa personalidade.

Mas, nos remetendo ao processo eleitoral pregresso, de 03 de outubro de 2004, tenho na minha eleição alguns aspectos que a caracterizam de modo especial.

Desde 1948, que através de um dos maiores movimentos de luta por liberdade que esta cidade já assistiu o Movimento Autonomista, o Poder Executivo então constituído foi permanentemente ocupado por um eixo de altíssimo valor construtivo-estruturalista, representado por Engenheiros, Empresários e Juristas de carreiras profissionais e política indiscutivelmente coroadas de êxito.

Porém, eu vejo de uma maneira quase inversa, na humildade da descendência de imigrantes, filho de uma classe média que aprendeu a necessidade imperiosa da relação dos valores sócio-educacionais como único meio de ascensão social, valores esses inclusive que fazemos absoluta questão de repassar aos nossos filhos.

Assim sendo, eu quero trazer, através da minha formação ético-humanística, obtida num Curso de Medicina, ciência a que me dediquei por inteiro, a construção de uma nova fase de relacionamentos interpessoais

calcados no respeito e no valor da liberdade e justiça social, traduzindo-se cristalinamente na forma da moderna social democracia, que conforme citação do Presidente Chileno Ricardo Lagos, talvez na minha idéia um dos maiores proeminentes representantes da social democracia contemporânea, enriquece essa conceituação ao afirmar que 'O sentido mais amplo da democracia, na construção da cidadania, está no direito à informação'.

E faço questão de reiterar o juramento de Hipócrates, numa síntese admirável, de que 'se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu, para sempre, a minha vida e a minha arte, com boa reputação entre os homens. Se o infringir ou dele afastar-me, suceda-me o contrário'.

A construção de um novo caminho, por alguém ainda jovem, que entende, compreende e interpreta os sentimentos e os anseios mais fortes da nossa coletividade e que aprendeu, como médico, a ver o ser humano na sua integralidade, com virtudes e fraquezas, capaz de gestos surpreendentes, apesar da incredulidade de muitos.

E foi, através da sensibilidade humana, que na campanha eleitoral ouvimos e compreendemos as demandas da nossa sociedade, que requisita respostas competentes, sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade urbano-social, frisando os segmentos de saúde, segurança pública e programas de inclusão social.

A saúde, como bem primeiro, será preocupação ininterrupta de nossa administração. Aprimorar o que já existe ampliar o que for necessário, agregar novos equipamentos e recursos exigidos pelas necessidades do cotidiano,

sempre dinâmico na sua renovação e altamente específico nas suas finalidades.

Serei obstinado na busca de soluções para o problema da segurança pública, que hoje é nacional. Mas, São Caetano do Sul, através do Prefeito Tortorello, tem estado na frente, tem saído primeiro na adoção de providências indispensáveis à vitória do bem.

Não há dúvida que todo o Brasil enfrenta, na atualidade, a ameaça e a ação criminosa de grupos armados ligados ao crime organizado, de soluções complexas quase intangíveis.

É um complicador, mas o desafio só nos tornará mais fortes e determinados. Não pode haver um mínimo de indecisão diante dos grandes embates dos problemas contemporâneos.

A sociedade tem de ter o direito de caminhar livremente. O Estado terá de usar o peso da repressão policial e da lei contra os que afrontam a autoridade constituída e os direitos dos nossos munícipes, e buscar permanentemente conhecer a gênese desse perverso cenário que vive o Brasil de uma das mais desequilibradas distribuições de renda do planeta, produzindo uma constante e progressiva exclusão, que devemos como força maior, minimizá-la através de eficazes políticas de compensação social, meta superior de nossa administração.

A Prefeitura de São Caetano do Sul entenderá a inclusão como um denominador comum. Tudo o que ela fizer e nela se fizer, haverá de existir o empenho em reduzir a fragilidade do ser humano diante de um mundo tão cruel e cheio de tantas injustiças e violências.

Sei que o administrador público convive, o tempo todo, com o natural confronto das expectativas da população com os recursos disponíveis. É normal que o cidadão esteja sempre a esperar mais dos governantes.

Durante o período que servi à administração do nosso município, vivi uma experiência nesse sentido. Com acerto a população aprovou os resultados. Confirmados por estatísticas, ficando patente que a administração de São Caetano do Sul soube estabelecer prioridades em harmonia com os anseios da população.

Assumimos, nesse momento, o compromisso que pode ser resumido numa palavra: Cidadania. E seu exercício se completa quando todos têm noção dos deveres, com os correspondentes direitos.

Parafraseando Mahatma Gandhi, que nos deu ensinamentos de uma forma magistral: 'a verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se todos cumprimos os nossos deveres, será fácil obter o respeito aos nossos direitos. Se negligenciamos nossos deveres e reivindicamos os nossos direitos, estes nos escapam'.

Em São Caetano do Sul esta máxima já prevalece: somos uma comunidade marcada pela solidariedade, que repudia a violência e que acredita no entendimento e no diálogo.

A complexidade da vida moderna vai, todavia, exigindo mais do Poder Público e do cidadão.

Há uma tendência a crescer a reivindicação dos direitos em oposição à capacidade estatal de atendê-los.

Em razão disso, devemos fortalecer e aplicar o conceito de Prefeito-Gestor, e, conseqüentemente obtermos um novo modelo de governo, onde a gestão produza respostas eficientes e eficazes, frente às noções operacionais, devendo ainda essas ações serem dominantes sobre a conservadora retórica política discursiva.

Entendendo assim o resultado claro e já amadurecido da Carta Magna Constitucional de 1988, a Constituição Cidadã, que impõe a grande missão da prestação de serviços aos Municípios, sem o seu apropriado financiamento, fazendo com que os grandes desafios e distorções ocorram no âmbito do Poder local.

E para que esse grande legado de modernização administrativa seja de fato atingido, é absolutamente fundamental abraçarmos o pilar da regionalidade, sobretudo nas questões estruturais. E é através dessa visão que acreditamos que essa conturbação em que vivemos possa encurtar de fato o

caminho para as soluções de seus problemas, que são crônicos e enraizados, numa estreita visão de limites geopolíticos, há muito tempo já demarcados.

Para que possamos produzir de fato uma sociedade mais justa e equilibrada, sem lugar para clientelismos ou outras práticas de privilégios que não foquem o coletivo, devemos buscar continuamente o conhecimento dos processos qualificando-os e cada vez mais aprimorando-os.

E não se esquecendo que a perseguição contumaz contra a corrupção, a sonegação fiscal e a malversação dos recursos públicos são indispensáveis, sob pena de corroerem a capacidade de produzirmos uma administração profícua.

E eu lhes garanto que estarei aqui, com os meus colaboradores com vistas a acompanhar o equacionamento das questões, em exame preliminar ou em face de implementação. Eu lhes garanto que será a governança da integração.

Executivo determinado, atuante e dinâmico, atento e fiel às emanções do Poder Legislativo Municipal, em que os ilustres Senhores Vereadores hão de colaborar elaborando leis objetivas e justas.

E um Poder Judiciário altivo e sereno, pela tradição de São Caetano do Sul, a compor o quadro dos Poderes harmônicos e interdependentes entre si, traduzindo absolutamente os valores republicanos.

Três princípios nortearão a minha administração: desenvolvimento, transparência e solidariedade.

Desenvolvimento como expressão do grande esforço que farei para ampliar o mercado de trabalho em nossa cidade. Será o estímulo consistente, permanente às atividades estruturantes que geram emprego e renda.

Transparência significa gestão aberta aos cidadãos e ampla publicidade dos atos administrativos. Ação inovadora e modernizadora em todos os trâmites e níveis.

O Prefeito deverá sempre observar as normas de comunicação social.

E solidariedade, palavra chave na gestão moderna, síntese da ênfase social que terá a nossa Administração.

O Poder Público não tem como solucionar todos os problemas dos carentes e mais sofridos. Pode, contudo, mobilizar forças, recursos de outros núcleos de poder, que ajudem a tornar suas vidas menos angustiadas.

Faz-se necessário apelarmos para a criatividade e o envolvimento de setores da comunidade na busca de respostas para problemas comuns

Na verdade, o mundo de hoje não admite que as pessoas se isolem e ignorem o que seus vizinhos estão tentando resolver.

Com a participação de entidades e associações filantrópicas e beneméritas, órgãos de classe, enfim, os segmentos mais organizados da sociedade, e conhecidos como terceiro setor, que podem e vão dar uma contribuição muito significativa para o enfrentamento das questões sociais em São Caetano do Sul.

Eu sei que nossos concidadãos, sempre que convocados, nunca faltaram com seus gestos de compreensão e de ajuda aos apelos dos mais necessitados.

Queremos ir mais longe. Desejamos ver a sociedade mais integrada com a Administração mediante múltiplas formas de participação. Problemas de um bairro ou de uma rua podem e devem ser discutidos pelos moradores, antecipando-se, inclusive, à atuação da Prefeitura Municipal.

Há, também, o caminho da parceria, que ganha contornos bem mais amplos e objetivos, posto que amplia, consideravelmente, as possibilidades de colaboração entre a empresa Privada e o Poder Público.

Além da capital participação do grande parceiro estratégico das modernas gestões públicas – a Universidade – que através tanto do seu

caráter acadêmico como do seu setor de pesquisas, engrandece e otimiza as ações e programas governamentais.

Inteligente e generoso povo de São Caetano do Sul. É com amor à cidade, e respeito por cada um dos senhores, que juntos caminhamos na campanha eleitoral.

Juntos discutimos os desafios da nossa cidade.

Juntos somamos esperanças de um futuro melhor e, juntos, vamos governar São Caetano do Sul.

E que Deus nos abençoe.

Muito obrigado a todos os senhores.

ANEXO II**DISCURSO DE POSSE
PREFEITO JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR
JANEIRO DE 2009**

Senhoras e senhores, bom dia.

Esta é uma manhã muito especial para mim, porque representa a realização de mais uma importante etapa em minha vida: a concretização do sonho de novamente servir à cidade onde nasci. Portanto, não poderia deixar de estar emocionado e honrado em ser empossado pela segunda vez Prefeito de São Caetano do Sul.

Em 2004, mais de 46% da população de São Caetano do Sul me elegeu Prefeito. Na época, durante a campanha eleitoral, fiz questão de frisar que meus compromissos eram garantir educação e saúde de qualidade, e não só manter, mas ampliar a infra-estrutura da cidade.

Quatro anos depois, estou aqui, frente aos senhores e a cada morador desse Município, com certeza de que cumpri aquilo a que me propus.

Tenho a convicção, aliás, de que fui além. São Caetano do Sul passou por uma ampla reformulação não somente nessas áreas, mas em muitas outras frentes.

Na educação, conquistamos certificação do Governo Federal de Município livre do analfabetismo.

Municipalizamos o ensino fundamental no primeiro ciclo, beneficiando mais de 6 mil crianças.

Adotamos o ensino em tempo integral, uma verdadeira revolução pedagógica, complementada com a constante capacitação de nossos professores e a adoção da tecnologia aplicada à educação, que vai muito além do que a simples instalação de computadores nas escolas, como se preconizava anteriormente.

No ensino superior, atingimos a marca histórica de 4 mil bolsas ao ano, oferecidas dentro do programa *graduar*. Nada mais, nada menos, do que um aumento de mais de 300% em relação ao início do meu governo.

Na outra ponta, a do ensino infantil, atualmente não temos *déficit* de vagas nas escolas em tempo integral, o que garante às mães de São Caetano do Sul a possibilidade de trabalharem enquanto seus filhos são educados dentro de um moderno modelo pedagógico, sobretudo responsável.

Na saúde o ciclo foi igualmente virtuoso, e se reflete nos altos índices de aprovação medidos por nossas pesquisas de satisfação dos serviços realizadas periodicamente por diferentes institutos da mais alta credibilidade.

São Caetano do sul possui hoje um hospital de emergências que é modelo não somente no grande ABC, mas em toda grande São Paulo.

A cidade passou a contar com uma unidade de saúde em cada bairro, e a oferta de medicamentos mais do que triplicou nesses quatro anos.

O programa saúde da família já cobre cerca de metade da cidade levando tratamento humanizado e acompanhamento personalizado a boa parte da população.

Sem mencionar o sem número de programas criados nesse período, oferecendo tratamento em especialidades médicas, e de qualidade, além de investimentos em infra-estrutura, como o aumento do número de leitos e as inéditas, em nível regional, unidades de terapia intensiva públicas nos três modelos existentes: neonatal (que acolhe os recém nascidos), infantil e adulto.

Estabelecemos e aprofundamos uma parceria exitosa com a Faculdade de Medicina do ABC, que agregou sua reconhecida excelência a nosso atendimento de saúde.

Revitalizamos corredores comerciais e com isso demos novo fôlego à economia do município. Transformamos a Avenida Kennedy em um parque linear, que nos próximos anos deverá ser ampliado.

Adotamos um novo modelo de transporte coletivo, que ainda não se encerrou e dará passos ainda mais arrojados.

Mas no quesito infra-estrutura urbana nada foi mais importante do que as obras para transformar São Caetano do Sul na primeira cidade metropolitana a tratar 100% de seu esgoto e o combate às enchentes.

Tratam-se de duas intervenções de grande porte e inéditas na trajetória de nossa cidade.

No combate às enchentes fizemos o maior investimento da história de São Caetano. Evidentemente, esse é um problema que demanda atenção contínua e assim o seguirá.

Mas tanto fizemos com galerias, piscinões, alteamento de pontes, entre outras ações, que estamos próximos do limite que a engenharia oferece para combater a verdadeira chaga que são as enchentes que assolam toda região metropolitana de São Paulo e o ABC de forma especial.

É realmente um verdadeiro desafio resumir ações, programas e realizações de 4 anos em breves palavras.

Ainda mais quando esse período foi absolutamente intenso, com programas de segurança pública, desenvolvimento econômico, na cultura, de cunho econômico/administrativo, na terceira idade, no esporte, entre tantas

outras áreas igualmente importantes, das quais destaco a área ambiental, onde realizamos significativo processo de re-arborização, além da troca de 100% de nosso parque de IP (p.10) com impacto direto na qualidade de vida de nossos moradores.

Mas assim o resolvi fazer para que fosse possível reservar, um átimo que fosse à questão social.

Porque quero compartilhar com as senhoras e senhores de que forma esse problema surgiu como prioridade ao longo de minha gestão.

Não foi difícil perceber que a Administração Pública de São Caetano do Sul estava contaminada por um modelo assistencialista, o qual colide frontalmente com tudo em que acredito, como cidadão, como médico, como pai de família, como político.

Simplesmente porque essa não é a solução para atingir o que realmente se necessita para todo e qualquer ser humano: dignidade, cidadania, igualdade de oportunidades.

Para agravar a situação, é preciso dizer, em verdade: São Caetano ignorava que há, sim, pobreza em nossa cidade.

Há, sim, pessoas que vivem em condições menos favorecidas economicamente, o que lhes tolhe uma série de direitos e oportunidades.

Por isso, digo que tive a coragem de confrontar-me com aqueles que acreditavam que tudo se resumia a doar uma cesta básica, um litro de leite e ponto final. Não! Para mim, não existe política social sem inclusão social.

Surgiu, então, o profamília: um projeto inédito entre todos os municípios desse país, que oferece acima de tudo dignidade e possibilidade de inclusão social àqueles que estão, e, notem bem, não são, menos favorecidos.

Atualmente já colhemos frutos desse programa que atende cerca de 30 mil pessoas, e do qual tanto me orgulho, pois vejo uma série de inscritos já não mais necessitando dos benefícios, pois foi graças ao profamilia que eles encontraram a porta de saída, ou de reentrada, seja no mercado de trabalho, nas camadas sociais, nas condições dignas de vida em si.

Também é gratificante perceber o movimento de mudança da população como um todo, que aderiu prontamente à nova linha de trabalho do fundo social de solidariedade, presidido por minha esposa Denise, com forte papel na integração social com o terceiro setor também com intenso antagonismo às ações assistenciais clientelistas de outrora.

Atualmente o número crescente de voluntários atuando nos trabalhos de capacitação profissional do fundo traz verdadeira honra para nós, e prova de uma vez que nossos munícipes se aperceberam que demandam fazer algo grandioso, e não assistencialista para incluir quem está fragilizado socialmente naquele determinado momento.

Desnecessário dizer que foi nesse instante que surgiram os maiores desafios em meu percurso como prefeito porque contrariar interesses faz com que surjam, em abundância, aqueles que usam especialmente a mentira para combater rupturas de paradigmas, pois se beneficiavam de um modelo retrógrado, com o qual não compactuo.

Em um rápido balanço desses 04 anos tenho a convicção de que a população entendeu, enfim, que eram necessárias as mudanças; mais que isso: percebeu que elas fazem parte de um ciclo que precisa avançar a cada dia, renovando-se, modernizando-se.

Por isso, propus-me a enfrentar essa tarefa, e com a graça de Deus obtive o voto de confiança, desta vez, de mais de 78% dos munícipes de São Caetano do Sul.

Desnecessário dizer o quanto isso representa um novo desafio. Tenham a certeza de que sei exatamente sua dimensão, e de que estou preparado para, mais uma vez, enfrentá-lo com coragem.

É imprescindível salientar que os avanços ocorreram, mas como parte do ciclo natural de desenvolvimento urbano, eles devem ser aprofundados, para que São Caetano possa ocupar sempre o lugar de destaque entre os municípios brasileiros.

Esse avanço depende também da relação entre os Poderes. Daqui a algumas horas o novo legislativo, eleito no dia 05 de outubro passado, elegerá sua mesa diretora.

Seguiremos com nosso tratamento republicano com esse importante Poder, dentro dos princípios do Estado democrático de Direito.

Mas com a experiência adquirida, a própria nova formação dessa casa de leis e o maior conhecimento de nossa equipe de governo acarretarão em uma relação remodelada com o Legislativo, seguindo o preceito de que a governabilidade se garante tão somente tendo dois ingredientes: diálogo e debate de idéias.

E os que atenderam a meu chamado para integrar a nova equipe estão tão compromissados quanto eu com essas premissas de governo.

E cada um deles será cobrado pessoalmente por mim, diariamente, acerca disso, porque a partir de agora passam a ter ainda mais responsabilidades, jurídicas inclusive.

Sobre os próximos 4 anos, asseguro que todos os planos já estão traçados, e estou preparado para administrá-los, qualquer nova situação que se apresente.

Não é porque atingimos metas pré-estabelecidas até 2008 que seremos menos arrojados a partir de hoje. Pelo contrário.

Já disse e repito: aqueles que esperam um ritmo menos acelerado de minha parte, uma espécie de acomodação, estão completamente enganados.

Porque para mim a segunda fase do ciclo de mudanças é ainda mais complexa do que a primeira. Exige-se mais preparo, mais ajustes finos, mais reformas de estruturas. É esse período que passamos a encarar a partir desse janeiro de 2009. E que, com certeza, ao seu 31 de dezembro de 2012, deveremos ter uma cidade preparada para as próximas gerações, e assim garantir a elas uma vida melhor que as nossas, e assim sucessivamente para as próximas décadas.

As mudanças estruturais terão início no capítulo econômico e administrativo.

Em quatro anos demos um verdadeiro salto nesse setor. A começar pela nossa capacidade de investimento, que saiu de pouco mais de 3% do orçamento para cerca de 15%.

O orçamento em si, perto de R\$800 milhões para 2009, é muito acima do projetado para 2005, quando assumi a prefeitura.

A gestão baseada na eficiência que estabelecemos fez com que cada ponto percentual de ajuste nesse orçamento nos possibilite a construção de uma escola, ou de parte de um hospital, de pelo menos algumas unidades de saúde.

Essa política econômica elevou São Caetano no ranqueamento de arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo, e também à 13ª colocação no ranking do PIB do Estado.

Além da escolha do município como única cidade do ABC a aderir ao plano estadual de desburocratização do Governo de São Paulo.

O ano passado foi coroado com a conquista do *rating* A+, pela Agência Internacional de classificação de risco econômico Austin. São Caetano é considerado hoje a melhor e mais segura cidade brasileira para as empresas investirem, segundo esse estudo.

Os ajustes devem ser permanentes porque só cresceremos se mantivermos a até ampliarmos nossa capacidade de investimento.

Caso contrário, o resultado será no mínimo a estagnação de nossa cidade; cenário que eu, pessoalmente, não admito e sequer cogito.

A capacidade de investimento ganha força já no princípio do mandato no qual sou empossado hoje.

A penosa fase que São Caetano viveu, com um pesado endividamento internacional, contraído há quase três décadas, está findando, pois conseguimos, com muito esforço e planejamento, honrá-lo. Essa é uma dívida que chegará ao fim nos próximos meses.

Sim, é importante termos uma visão arrecadatória, mas com justiça fiscal. O contribuinte jamais será penalizado, como não o foi em meus 4 primeiros anos de mandato.

Um dos caminhos mais efetivos para se alcançar esse meta, além de política econômica eficaz, é a gestão através de ferramentas eletrônicas.

Seguiremos com afinco os preceitos de Lei de Responsabilidade Fiscal, eixo de garantia de uma boa gestão, e que sempre pautou meus atos como agente público, mesmo antes de ser eleito prefeito.

Aliás, defendo a aliança entre a Lei de Responsabilidade Fiscal, clássico mecanismo de controle dos gastos públicos, e o que chamo de Lei de responsabilidade pessoal, que embora ainda não esteja normatizada na legislação, é um compromisso moral em política pública que defendo de forma veemente, para dar fim definitivamente, por exemplo, ao empreguismo como ferramenta eleitoreira, entre outras atitudes irresponsáveis que condeno.

É impossível dizer que a crise econômica que assola todo o planeta neste momento também não afete São Caetano. Previmos isso em nosso orçamento, e temos ferramentas já preparadas para evitarmos danos maiores.

Entre elas está o enxugamento da máquina pública, que são medidas de gestão para tornar a administração mais econômica e mais eficiente. Nesse sentido, é necessário fazer, por exemplo, uma redução na folha de pagamentos, mas com uma visão moderna, não linear, de forma responsável e justa.

O funcionalismo teve em minha primeira gestão um tratamento profissional e digno, com o fim da 'política do tapinha nas costas'. Esse trabalho culminou com uma reforma administrativa que começa a ser implantada, e que estabelece prioritariamente um plano de carreira.

Os servidores que nesses 4 anos passaram a ter acesso a plano de saúde, que receberam abonos de final de ano, entre outras benfeitorias mais do que merecidas, precisam receber um olhar especial, inclusive com um amplo recenseamento.

Essa será apenas a primeira medida de um pacote de ações que pretende 'entender melhor' o funcionalismo, enxergar e explorar melhor suas potencialidades capacita-lo, inclusive com uma escola de gestão, valorizando de fato aqueles que carregam consigo o compromisso com a causa pública.

O enxugamento da máquina começou no primeiro mandato reduzindo-se cargos em comissão além de adotarmos o modelo de compra eletrônica, que

permitiu maior transparência e economia da ordem de 20% nas transações efetuadas pela administração, nos modelos de pregão eletrônico e presencial.

Esse processo será aprofundado sobremaneira, com novas ferramentas. A meta é estender a economia em larga escala, para que a Prefeitura possa comprar melhor, em qualidade e preço.

Todos nossos contratos deverão ser revisados. Com a crise econômica já citada, cada um deverá dar sua parcela de contribuição, dentro da política de ainda mais racionalização no processo de aquisições de materiais e serviços por parte da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, suas autarquias e fundações.

Os ajustes passam ainda por um ato importante e que terá início já nos primeiros meses desse novo ano: um pacto de gestão baseado na adoção de metas.

Cada área da administração municipal deverá cumprir suas metas para que haja economia e melhores serviços prestados ao cidadão.

Esse é um moderno modelo de gestão que já mostrou ser eficaz, e que adotaremos com presteza, incluindo novidades que serão anunciadas dentro em breve.

Faço questão de salientar que esse processo será acompanhado diretamente por mim, que avalio tal medida como uma das principais do eixo de ajustes administrativos e econômicos desse segundo mandato.

Também fazem parte de minhas prioridades dois modernos modelos de gestão e que serão adotados a partir de 2009. As outorgas públicas por concessão e as parcerias público-privadas que integram meu plano de governo e serão implantadas em áreas-chave para a cidade, garantindo ainda mais desenvolvimento para São Caetano.

Enfim, nossa maior contribuição para enfrentarmos a crise econômica é aumentarmos nossa capacidade de investimento.

É enxugarmos cada vez mais onde for possível, para alocarmos recursos nas áreas em que cada sulsancaetanense precisa. É enxergarmos a cidade como um todo, mas sempre como somatória das necessidades de cada um de seus moradores.

Com isso atingiremos a meta principal, exposta com muita ênfase em meu plano de governo: desenvolvimento sustentado com justiça social.

Além dos ajustes, apostaremos muito em novas ações de desenvolvimento, com políticas de geração de emprego e renda, além do microcrédito.

Oferecendo recursos aos micro e pequenos empreendedores com facilidade de acesso e condições especiais, promoveremos sem dúvida uma oxigenação vigorosa na economia de São Caetano, que acarretará em uma série de benefícios no consumo, no emprego, na renda e conseqüentemente na qualidade de vida da população. Um verdadeiro ciclo virtuoso.

São demandas, inclusive, que ganham força com a crise econômica. Não podemos, jamais, fechar os olhos a elas.

Na esteira desse fator, também é mister aprofundarmos as investidas da administração no ensino técnico profissionalizante, utilizando sobretudo a excelente estrutura que nossa universidade municipal oferece.

Desejamos com esse importante passo, possibilitar aos jovens de nossa cidade o rápido ingresso no mercado de trabalho, com qualidade, assegurando renda extra às suas famílias, porém sem a necessidade de abdicar de sua carreira estudantil e muito menos ingressar no mercado de trabalho de forma precária e mal remunerado.

Quanto à justiça social, o termo é avançar. Alcançar patamares cada vez mais longínquos nos programas de sucesso que hoje temos, e criarmos novos, para atendermos a demanda de nossos moradores.

A tríade educação, saúde e habitação é a saída, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentado, para oferecer oportunidade a todos os cidadãos. Dentre as principais medidas desse tripé estão:

Capacitar com melhores condições nossos educadores com a instalação de um centro de formação;

Municipalizar o segundo ciclo do ensino fundamental;

Criar núcleos de ensino técnico profissionalizante com o apoio da Universidade de São Caetano do Sul em diversas unidades municipais, para qualificar os jovens profissionalmente, abreviando e melhorando as condições de acesso ao mercado de trabalho como já dissemos anteriormente.

Ampliar o número de bolsas de estudo do *programa graduar* de acesso ao ensino superior, que hoje já são 4 mil. Aumentar o valor dos benefícios; construir novas escolas infantis em tempo integral; ampliar o *programa saúde da família*; construir o hospital da mulher e o prédio 2 do Hospital Municipal *Maria Braido*; construir mais Centros de Especialidades Médicas (CEMS), onde estarão disponíveis todas as especialidade, pronto atendimento e laboratório de análises clínicas onde estarão disponíveis todas as especialidades.

Será agregado um inovador centro de atenção rápida à saúde, baseado em um modelo europeu extremamente bem sucedido, que oferece muitas especialidades, diagnóstico imediato e procedimentos cirúrgicos rápidos.

Construir, pelo menos, mais duas unidades básicas de saúde; ampliar e aprimorar o *profamilia*, tanto no número de beneficiados quanto nos valores de repasse; construir moradias com recursos da Prefeitura e em parcerias baseado em um modelo de financiamento de 25 a 30 anos, com garantia de não comprometimento de mais de 30% da renda das famílias; construir as vilas

da felicidade, conjuntos habitacionais para a terceira idade, sem necessidade de financiamento.

Mas, novamente não me estenderei nesses projetos, que constam todos também em outros setores, registrados em meu plano de governo, minha agenda de trabalho até 2012.

O fato é que, tanto para cumprir a missão de governar São Caetano nesses primeiros 04 anos, como para me preparar para fazê-lo por mais esse mandato para o qual sou empossado nessa manhã, afirmo que dois valores me nortearam: a coragem e a identidade com a cidade.

Coragem para enfrentar os desafios. Aqueles que sabia que viriam, ou aqueles que foram, e continuarão surgindo, no caminho.

E a identidade com São Caetano, que sempre cultivei e que só aumentou nos últimos 04 anos.

Porque desde que me coloquei o desejo de servir a cidade como agente político, passei a entender muito bem que a identidade com a cidade faz enxergar de forma privilegiada o valor da diversidade: de raça, origem, gênero, credo, enfim... que são desses elementos é que é constituída uma cidade. São eles que fazem um município crescer.

Tudo isso me levou a compreender ainda mais o lugar onde nasci, onde sempre vivi, e que hoje governo.

Emocionado, tenho um agradecimento especial nesse dia a outro pilar mais do que fundamental de minha vida: minha família. Meus pais, minha esposa, meus filhos, meus irmãos.

Empossado hoje, termino minha missão como Prefeito em 2012. Faço questão de deixar registrado nessa sessão solene que irei trabalhar, como já salientado, para melhorar São Caetano do Sul ainda mais.

Mas, cuidarei diuturnamente também para que esses avanços sejam perpetuados e que meu sucessor, seja ele quem for, não permita que a cidade retroceda, por exemplo, e principalmente, ao assistencialismo.

Que meu sucessor entenda, e aja consoante a isso, que o processo democrático deve passar sempre pelo debate, pela discussão de ideias com a população.

É necessário que se reveja esse clássico e antigo modelo político. Evidentemente, há pessoas que compartilham ideias e ideais, e que se unem em torno deles, mas meu grupo político é a cidade de São Caetano do Sul e seus moradores. Nossa cidade já não comporta conceitos tão arcaicos como caciques, coronéis ou o que valha.

No que depender de mim, meu sucessor, seja ele quem for, terá absoluta independência, porque também não admito a concepção pré-histórica e mesquinha de apoios em troca de co-participação em governo. Isso eu prezo, por diversas questões, e muito.

Após o encerramento de minha missão como Prefeito, em 2012, seja onde eu estiver servindo, seja como político, como médico, serei acima de tudo um cidadão. Um cidadão absolutamente vigilante com São Caetano do Sul, porque esse é meu compromisso.

Obrigado São Caetano do Sul. Estejam todos confiantes de que coragem e identidade com minha cidade jamais me faltarão.

Muito obrigado e bom dia a todos!